





# **A Sedução da imagem**

A televisão no limiar do Tocantins



JOCYLEIA SANTANA DOS SANTOS

# A Sedução da imagem

A televisão no limiar do Tocantins



**Palmas-TO**  
**2015**



**Reitor**

Márcio Antônio da Silveira

**Vice-reitora**

Isabel Cristina Auler Pereira

**Pró-reitor de Pesquisa e pós-graduação**

Waldecy Rodrigues

**Diretora de Divulgação Científica**

Michelle Araújo Luz Cilli

**Conselho Editorial**

Airton Cardoso Cançado (Presidente)

Christian José Quintana Pinedo

Dernival Venâncio Ramos Junior

Etiene Fabbrin Pires

Gessiel Newton Scheidt

João Batista de Jesus Felix

Jocyleia Santana dos Santos

Salmo Moreira Sidel

Temis Gomes Parente

**Projeto Gráfico, Revisão de Texto & Impressão**

ICQ Editora Gráfica e Pré-Impressão Ltda.

**Designer Responsável**

Gisele Skroch

**Impresso no Brasil**

*Printed in Brazil*

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins – SISBIB

S237s

Santos, Jocyleia Santana dos.

A sedução da imagem: a televisão no limiar do Tocantins / Jocyleia Santana dos Santos – Palmas, TO: Universidade Federal do Tocantins, EDUFT, 2015.

160 p.:il.

ISBN: 978-85-63526-92-2

1. Sedução da Imagem. 2. Televisão. 3. Tocantins. I. Título.

CDD 371.38117

Copyright © 2015 por Janira Iolanda da Rosa, Mariela Cristina Ayres de Oliveira e Rosane Balsan (organizadoras)  
TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

*“Posso todas as coisas  
naquele que me fortalece.”*

**(FIL.: 4.13)**

*“Amo a História, se não a  
amasse não seria historiador.  
Fazer a vida em duas: consagrar  
à profissão, cumprida sem amor;  
reservar a outra à satisfação das  
necessidades profundas – algo de  
abominável quando a profissão  
que se escolheu é uma profissão  
de inteligência. Amo a história – e  
é por isso que estou feliz  
por falar daquilo que amo.”*

**(FEBVRE, 1985, p. 28)**



## Agradecimentos

Agradeço a Deus, aos meus familiares, especialmente meus pais José Batista e Josefa, meu esposo Fabian e meu filho Kariston; aos meus irmãos Jocyelma e Batista Júnior, cunhados Fausto e Mil-lânia e, por fim, sobrinhos: Tharcio, Marjorie, Luiz, Louise e Arthur.

À amiga e profa. Dra. Maria do Espírito Santo Rosa Cavalcante; à minha orientadora do doutorado, profa. Dra. Sílvia Cortez Silva; ao prof. Dr. Corcino Medeiros dos Santos; aos amigos e professores Dr. Cláudio José Lopes Rodrigues e Dra. Inês Caminha; à amiga Dra. Juciene Ricarte Apolinário; aos amigos do Recife que me hospedaram nesta maravilhosa cidade: Aída, Romualdo e Dalva.

Também agradeço ao professor José Mendonça Teles pela disponibilidade e presteza quanto ao uso do acervo do Instituto Histórico Geográfico de Goiás (IHGG); ao pesquisador Antônio César Caldas Pinheiro, diretor do Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC) e; aos companheiros de equipe: Fabiane e Eusébio Fernandes de Carvalho.

Ao Centro de Documentação (CEDOC) do Grupo Jaime Câmara (GJC), diretores e funcionários e também à direção dos jornais Diário da Manhã e Opção.

Merecem agradecimento especial, ainda, todos os entrevistados, que decidiram repartir suas lembranças e documentos históricos, permitindo registro de uma parte importante da história da televisão no Tocantins.



## PREFÁCIO

A televisão chegou ao Brasil, na metade do século XX, pelas mãos de um “cabra da peste” oriundo do sertão nordestino que se tornou “cidadão do mundo” pela ousadia de seus projetos modernizadores.

Inicialmente, um meio de comunicação restrito às elites das grandes cidades brasileiras, a TV expandiu-se com rapidez, graças às novas tecnologias de difusão do som e da imagem. No final do século, todo o território nacional era abastecido pelas mensagens difundidas através dos satélites e captadas pelos televisores familiares ou comunitários.

Reconstituir a trajetória desse aparato singular de informação, educação e cultura tem sido um “cavalo de batalha” para os estudiosos da área, justamente pela “sedução” que o objeto exerce sobre os intelectuais. Alinhados na corrente dos “apocalípticos” ou reunidos no segmento dos “integrados”, os pesquisadores que descortinaram esse território geralmente fazem a denúncia ou a apologia da “telinha”.

Pretendendo fugir às armadilhas nas quais se enredaram os estudiosos que a precederam, a autora deste livro, a historiadora Jocyleia Santana dos Santos, munuiu-se de apetrechos metodológicos que lhe permitiram atravessar incólume o registro e a interpretação dos fatos essenciais ao conhecimento do processo de introdução e consolidação da TV no Tocantins.

A partir de uma competente e criteriosa revisão da literatura sobre o tema, a autora evitou o “canto de sereia” de quantos acreditam ser detentores da “verdade”. Sua estratégia foi tratar o

fenômeno televisivo como um espaço eivado de contradições e atravessado por variáveis nem sempre controláveis pelos que se imaginam herdeiros do Cidadão Kane ou do *Super Man*.

O resultado está contido neste livro que inventaria criticamente os caminhos cruzados entre o Tocantins e a Televisão, tendo em vista que a configuração desse novo espaço geopolítico se confunde com o desenvolvimento da comunicação audiovisual na outrora região norte de Goiás, refletindo e, ao mesmo tempo, influenciando na sua autonomia política.

Escrevendo com elegância e simplicidade, Jocyleia “seduz pela palavra”, de modo a converter “*A sedução da imagem*” em leitura imprescindível aos que pretendem desvendar a complexidade do Tocantins no “limiar” de um novo país que pretende acertar o seu passo com a História.

Embora constitua fonte seminal para a construção da História da Televisão no Estado do Tocantins, este livro representa um excelente roteiro para os jovens pesquisadores da mídia regional pela sua amplitude documental e pela argúcia com que os fatos e seus protagonistas são tratados analiticamente.

Trata-se de obra modesta em sua proposta, mas exuberante nos resultados obtidos, que evidenciam a potencialidade da autora, prenunciando uma trajetória acadêmica singular.

*José Marques de Melo*

Professor Emérito da Universidade de São Paulo  
São Paulo-SP

# SUMÁRIO

PREFÁCIO .....	XI
INTRODUÇÃO .....	15
1. Trilhando caminhos teóricos .....	27
Caminhos e descaminhos .....	32
De encantamentos e seduções... Também se faz história .....	35
2. A televisão no Brasil .....	43
O público viu na telinha a sua própria face... ..	45
Televisão em um país censurado .....	53
3. Imprensa no centro-oeste brasileiro .....	57
Da programação regional à integração nacional .....	67
A formação de redes .....	77
A alavanca do desenvolvimento .....	79
4. Antenas no cerrado .....	85
Mercados eleitoreiros .....	97
Diluindo fronteiras .....	100
No lugar do altar para o santo... a televisão .....	111
5. Quando a imprensa abraça a causa separatista .....	119
A TV mostra o discurso dos pioneiros .....	121
Da antena do pé de pequi ao satélite .....	127
Entre luzes e câmeras .....	139
<i>Flash</i> final: telejornais .....	143

JOCYLEIA SANTANA DOS SANTOS

CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	147
BIBLIOGRAFIA .....	149

# Introdução

A sedução pela pesquisa científica, para mim, surgiu do contato com os jornais, mais precisamente na década de 1990, quando fui bolsista de iniciação científica do projeto Movimento Estudantil em Goiás – Trinta anos de História (1960 – 1990), da Universidade Católica de Goiás e de outras instituições com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ). O contato com os jornais me proporcionou o entendimento da importância desses como documento para a compreensão da história de uma época, dos costumes, dos valores e do pensamento de uma classe. Essa trajetória inicial foi importante para o desenvolvimento da dissertação de Mestrado sobre a CENOG e o movimento separatista<sup>1</sup>.

A disciplina *Os meios de comunicação e sua influência na cultura local*<sup>2</sup> levou-me aos arquivos goianos onde tive de pesquisar sobre a imprensa no antigo norte de Goiás. As reportagens<sup>3</sup> relatavam o norte goiano e uma delas versava sobre a implantação

<sup>1</sup> A referida dissertação de mestrado intitulou-se: **O sonho de uma geração (Casa do Estudante do Norte Goiano e Movimento Separatista) 1959 - 1968**. Programa de Pós-graduação em História. Recife/PE: UFPE, 1996.

<sup>2</sup> No período posterior à defesa de dissertação, fui convidada para elaborar uma disciplina para o curso de Pós-Graduação Lato Sensu em História Regional.

<sup>3</sup> Os jornais, nesta pesquisa, serão compreendidos como resultado de um ofício exercido e socialmente reconhecido, constituindo-se como um objeto de expectativas, posições e representações específicas, ou seja, como leituras passíveis de restabelecer a pluralidade de concepções e interpretações sem que se busque uma versão “definitiva” e, por isso, a mais “verdadeira”. SCHWARCZ, Lília Moritz. **Retrato em branco e negro**: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 15.

de uma retransmissora de televisão<sup>4</sup>. Fui seduzida por um discurso que enunciava: “[...] a história da região antes e depois da televisão<sup>5</sup>[...]”. Esse trecho enfatizava um recorte histórico, criando uma retórica exagerada sobre o evento e sua dimensão cultural. Reatualizava o discurso separatista direcionado para a implantação da retransmissora de TV no norte goiano.

A leitura suscitou uma pergunta chave que problematizava o tema: quais os mecanismos reveladores do papel da televisão no processo separatista? O problema era evidente, pois, até a presente data, os historiadores da região ressaltavam o discurso oficial de uma região carente e sem possibilidade de progresso. Era uma narrativa que celebrava o desenvolvimentista como marco de independência dessa região. Projetava-se uma história em que os acontecimentos narrados eram colocados em um tom de “verdade absoluta.” Essas evidências nos impeliram a problematizar e mapear a televisão no limiar do Tocantins, gerando outras explicações e relacionando-as às “[...] falas de outras gerações e seus projetos inconclusos. [...] como também à tendência político-nacional e à oposição político-partidária entre as lideranças do norte de Goiás”<sup>6</sup>.

## Intersecções

É dinâmica a relação entre mídia e história, porque perpassa por várias intersecções, ou seja, caminhos se cruzam. Até o final do século XIX e meados do século XX, atribui-se à História o papel de reconstruir o passado dos homens, a partir da sistematização de grandes fatos que marcaram o caminhar da humanidade<sup>7</sup>. Essa concepção ganharia nova roupagem com as propostas dos pioneiros da Escola dos *Annales*, Lucian Febvre e Marc Bloch, na França. Mas o movimento só conseguiu espaço para se de-

<sup>4</sup> **Canal 2 de Araguaína já chega a 9 cidades.** O Popular. Goiânia, p. 6, 14 dez. 1976.

<sup>5</sup> Idem.

<sup>6</sup> CAVALCANTE, Maria do Espírito Santo. **O discurso autonomista do Tocantins.** Goiânia: Editora da UCG, 2003. p.14.

<sup>7</sup> Jorge Luiz Bezerra Nóvoa é professor do Departamento de História da Universidade Federal da Bahia, doutor em Ciências Sociais, estudioso da relação cinema-história, editor da revista *O Olho da História*. Autor da tese: *A Bahia no desenvolvimento desigual do capitalismo*.

envolver e, sobretudo para se difundir, penetrando no universo acadêmico das grandes capitais europeias e, depois, no restante do mundo ocidental após a Segunda Guerra Mundial. Nessa re- viravolta, ganham espaço a história econômica, a história social, a história cultural, entre outras áreas. Com as lentes da história cultural, é possível visualizar de forma diferenciada a sociedade e a cultura, compreendida também a partir do advento da televisão na região norte de Goiás, nas décadas de 1970 a 1990.

De outra forma, a mídia cria formas de interação entre os indivíduos. Como percebe Thompson, “o uso dos meios de comunicação implica a criação de novas formas de ação e de interação no mundo social, novos tipos de relações sociais e novas maneiras de relacionamento do indivíduo com os outros e consigo”<sup>8</sup>. O mesmo autor diz ainda que o avanço da mídia se tornou o sentido de passado do homem, ou seja, o conhecimento dos mais importantes acontecimentos do século XX foi feito por meio de livros, jornais, filmes e programas de televisão. Dessa forma, está se tornando cada vez mais raro que o indivíduo tenha compreensão do passado por experiência pessoal ou por relatos de testemunhas.

A partir das interseções entre mídia<sup>9</sup> e história, busca-se falar sobre “A televisão no limiar do Estado do Tocantins” e os cruzamentos com as fontes arroladas, tais como jornais, entrevistas, mapas, fotografias, revisão da literatura, o que resultou na tese. Como objeto específico de análise, a televisão é um dos temas recentes na historiografia acadêmica em geral. As referências sobre a presença da televisão são, na maioria das vezes, genéricas, fragmentadas, dispersas e/ou menos largamente partilhadas pelos membros de uma determinada unidade social e tendo como objeto a periodização política e econômica. Mesmo assim, o tema tem suscitado obras caracterizadas pela polêmica, em que parecem equilibrar-se a exaltação e/ou a reprovação<sup>10</sup>.

<sup>8</sup> THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 77.

<sup>9</sup> O termo mídia apresenta vários significados. Mas, para este trabalho, mídia é compreendida como veículo de comunicação, ou seja, forma por meio da qual a comunicação é feita, seja jornal, emissora de rádio ou de televisão.

<sup>10</sup> Os princípios teóricos da Escola de Frankfurt e os Estudos Culturais da Escola Latino-americana serão apresentados no item 2 deste trabalho.

Para efeito deste estudo e de tudo aquilo que o cerca, constatamos que nem sempre as hipóteses iniciais do historiador se confirmam no transcorrer do trabalho de pesquisa documental e bibliográfica, ou mesmo, na interpretação das informações. Essa situação se torna mais contundente quando a temática escolhida se apresenta muito recente - tanto quanto a ser objeto de pesquisa quanto a ter um recorte temporal de meados do século XX. Acrescente-se a isso o fato de ser um tema muito presente no imaginário social por estar permeado de mitos, indefinições e polêmicas<sup>11</sup>. Neste caso, optou-se por esse objeto de pesquisa mesmo antes de saber exatamente aonde se pretendia chegar. Mais ainda, as leituras preliminares não davam conta de nenhuma certeza quanto à definição e à problematização do tema, tampouco sobre o tempo histórico a que deveria estar delimitada a pesquisa.

Num primeiro momento, essa situação suscitou dúvidas em relação à verdadeira importância que um trabalho desse tipo poderia representar. Se assim fosse, tanto no Brasil quanto no Tocantins, onde a televisão permaneceu no anonimato, sendo referida em raras ocasiões pela historiografia disponível, talvez ela não merecesse, de fato, estudos específicos. Chegou-se também a cogitar que pudesse ter ocorrido o contrário das experiências estudadas em alguns países europeus, ou seja, ela teria sido apenas um objeto presente em determinado momento e que sobrevivera por meio do mito<sup>12</sup> construído por ela mesma e por seus inimigos. Ainda, concretamente, a sua inserção na realidade histórica tocantina poderia ter-se resumido ao fato de suas retransmissoras serem um espaço de divulgação social no século XX, sem qualquer significação maior além dessa.

---

<sup>11</sup> Eis algumas delas: 1) A televisão como instituição, uma indústria e suas organizações, moldada pela política governamental e pela administração corporativa; 2) A televisão como realização, com foco na cultura e na prática profissional, cujo contexto histórico tende a ser delineado especialmente nos relatos autobiográficos; 3) A televisão como representação e forma, um enquadramento estético que toma emprestado o vocabulário da crítica literária, teatral e cinematográfica; 4) A televisão como fenômeno sociocultural, profundamente interconectado com a política, a esfera pública e a sociedade civil, com a cultura popular (e de massa), com o caráter mutável do lar e dos valores domésticos; 5) A televisão como tecnologia, um experimento científico que se tornou tanto um item doméstico como uma fonte crescentemente poderosa para uma mutação na estética social.

<sup>12</sup> Cf. nota 9.

Por outro lado, a sua presença e significado histórico poderiam simplesmente não ter sido contemplados pela historiografia, o que significaria, então, que a temática não se manteve anônima, mas, sim, inédita. Assim, confirmar-se-ia a máxima de que quem confere sentido e significância histórica a determinados acontecimentos, conjunturas, processos ou instituições é o historiador.

Acreditamos que o caráter apologético, quase sempre demasiadamente parcial, sem crítica histórica e de natureza polêmica, da maioria das obras possa ser apontado como uma justificativa. A polêmica presente nelas não desmerece, contudo, um conjunto de obras sobre a história da televisão que foge em muito desse padrão. É que foram exatamente esses livros – trabalhados no início do estudo – fundamentais na opção por desenvolvermos este objeto de pesquisa.

Novamente, o caráter, em grande parte inédito, da temática poderia apresentar um outro perigo, ou seja, o de inverter-se a situação: ao invés de nos debruçarmos sobre alguns aspectos da televisão no Tocantins, conferindo-lhe o máximo de profundidade, desenvolveríamos uma visão quase panorâmica da sua história nesse espaço.

A respeito das fontes existentes e disponíveis, principalmente a documentação de origem, convenceram-nos de que se poderia conhecer sobre a presença da televisão no Estado muito mais do que o aparente ineditismo demonstrava. Portanto, a par do risco deste trabalho se tornar generalista demais, optamos por valorizar, do ponto de vista heurístico e de crítica, as potencialidades das fontes documentais primárias e a sua riqueza de informações. A valorização das fontes foi uma opção também em razão de revelarem, com uma coerência estrutural de conjunto, os passos, os conflitos, as contradições e a expansão da televisão no norte goiano no século XX, especialmente nas décadas de 1970, 1980 e 1990. Com isso, pensou-se em uma visão panorâmica do trabalho no sentido de dar um leque de possibilidades para pesquisas historiográficas.

Assim, do ponto de vista metodológico, optamos por desenvolver o tema com base em uma visão o mais documentável possível, apresentando uma série de conhecimentos necessários para que se possa entender a presença da televisão no Brasil e no

Tocantins no período delimitado. A matriz principal para a análise é a histórico-cultural, isto é, a relação principal que estabelecemos, a partir da leitura e crítica documental, é a que se desenvolveu do confronto entre as forças oposicionistas e situacionistas em prol do Estado do Tocantins. Como protagonista desse confronto, a mídia televisiva deu as diretrizes ao processo de construção do Estado do Tocantins.

O passo inicial deste estudo consistiu na análise de referências bibliográficas sobre o tema. Nesse processo, o critério que nos direcionou para a seleção/separação das fontes foi procurar saber o que já havia sido escrito sobre televisão, quem o escrevera e com quais objetivos. Nesse sentido, observamos e cartografamos três conjuntos historiográficos: o primeiro constituído de obras relacionadas à história da televisão, escritas por comunicadores descomprometidos ideologicamente com a instituição; o segundo, composto de obras com conteúdos de uso interno da Organização Jaime Câmara; e o terceiro grupo, aquele que reúne pesquisadores preocupados com a história da televisão em razão de um comprometimento ou engajamento ideológico favorável ou contrário à instituição.

Em relação ao primeiro conjunto, aparecem no transcorrer do trabalho apenas como fonte de informação e esclarecimento para situações relacionadas ao vocabulário, aos rituais, à simbologia e à organização interna da instituição. Quanto ao segundo, de caráter interno da televisão, tivemos a finalidade de compreensão dos parâmetros administrativo-organizacionais internos da instituição, ou seja, não os observamos com preocupação de fazer sua crítica ou análise. Foi por meio da produção historiográfica dos dois grupos cartografados em sequência que nos introduzimos na temática.

## Ver ao longe: televisão

Embora, no Brasil, a história da televisão ainda não esteja contemplada nos estudos históricos, vem sendo escrita desde os seus primeiros tempos por comunicadores descomprometidos ou comprometidos com a televisão.

Estudando as teorias sobre televisão descritas nos livros relacionados à imprensa no Brasil, percebemos que, em sua maioria, os autores tentam estabelecer uma periodização sobre a TV. Tais como Antonio Costella (2001), Mario Ferraz Sampaio (1984), Sérgio Mattos (2002), Octavio Augusto Vampré (1979) e outros.

Para o estudioso Sergio Matos<sup>13</sup>, a trajetória histórica da televisão no Brasil iniciou pela chamada fase “elitista”. Na sua compreensão, o processo se divide em seis fases:

1. Fase elitista (1950-1964): quando o televisor era um luxo ao qual apenas a elite econômica tinha acesso;
2. Fase populista (1964-1975): quando a televisão era considerada um exemplo de modernidade e programas de auditório e de baixo nível tomavam grande parte da programação;
3. Fase do desenvolvimento tecnológico (1975 – 1985): quando as redes de TV se aperfeiçoaram e começaram a produzir, com maior intensidade e profissionalismo, os seus próprios programas, com estímulo de órgãos oficiais, visando, inclusive, à exportação;
4. Fase da transição e da expansão internacional (1985 -1990): durante a Nova República, quando se intensificam as exportações de programas;
5. Fase da globalização e da TV paga (1990 -2000): quando o país busca a modernidade a qualquer custo e a televisão se adapta aos novos rumos da redemocratização;
6. Fase da convergência e da qualidade digital (que começa no ano de 2000): a tecnologia aponta para uma interatividade cada vez maior dos veículos de comunicação com a Internet e outras tecnologias da informação.

---

<sup>13</sup> MATTOS, Sérgio. **História da Televisão Brasileira**: uma visão econômica, social e política. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 78- 79.

Mattos observa que, só a partir da década de 1960, o meio passou a ser objeto de estudo em pesquisas brasileiras, com um aumento considerável a partir da década de 1970. A maioria dos trabalhos produzidos davam conta de análises e descrições sobre como o veículo se desenvolveu, a influência que exerceu ou como foi utilizado pela sociedade. O autor encerra com uma cronologia sobre os principais fatos que assinalaram a TV brasileira, precedida de um breve resumo quanto à sua evolução mundial.

Antonio Costella (2001) aborda as formas de comunicação através dos tempos tais como a escrita, o papel, o correio, o jornal, a telegrafia, a telefonia, o rádio, a televisão e os satélites de comunicação. Inclui também dados das novas tecnologias, ou seja, a evolução dos meios que compreendem informática, telemática e internet num mundo globalizado.

O autor diz que “a história da comunicação se inicia no momento em que os integrantes de um primitivo agrupamento humano começaram a se entender por gritos, gestos com os quais externaram intenções e indicaram objetos<sup>14</sup>”.

Mário Ferraz Sampaio publicou um estudo sobre a nossa televisão, dentro de uma perspectiva linear da história. Trata-se do livro *História do Rádio e da Televisão no Brasil e no Mundo*. Depois de discorrer sobre a telegrafia, telefonia e apresentar alguns aspectos sobre a implantação da radiodifusão no mundo e no Brasil, Sampaio aborda a história da televisão brasileira, destacando o pioneirismo de Assis Chateaubriand. Segundo ele, a televisão só se consolida no país a partir de 1955. Destaca o estudo comparativo entre os artistas de rádio e de televisão, com o aparecimento das novelas. Ele analisa, também, o advento da televisão em cores no país e apresenta aspectos gerais sobre a televisão educativa<sup>15</sup>.

Daniel Herz buscou, em documentos oficiais, em depoimentos e na imprensa, o registro dos fatos que marcaram a implantação da Rede Globo. Faz uma caracterização das forças

<sup>14</sup> COSTELLA, Antonio. **Comunicação: do grito ao satélite**. São Paulo: Editora Mantiqueira, 2001. p. 13.

<sup>15</sup> SAMPAIO, Mario Ferraz. **História do Rádio e da Televisão no Brasil e no Mundo**. Rio de Janeiro: Ed. Achiamé Ltda, 1984. p. 221- 255.

sociais que controlam os meios eletrônicos de comunicação de massa no Brasil. Desvenda as relações da Globo com os interesses políticos e econômicos que predominaram da década de 1960.

Herz enfatiza que a análise das principais manifestações contra a associação da Globo com o grupo norte-americano *Time-Life* mostra que os maiores temores eram quanto ao controle político das emissoras de Roberto Marinho.<sup>16</sup> A Globo surgiu integrada ao bloco de poder que instaurou o modelo econômico de desenvolvimento capitalista associado ao pós-64. Deu funcionalidade ao desenvolvimento econômico e político implementado pelo bloco de poder emergente. Constituiu-se no grande instrumento de criação e estimulação de um mercado nacional unificado, gerado principalmente pela concentração da renda e, por outro lado, funcionou como agente catalisador para o mercado de produtos eletroeletrônicos, cuja produção era dominada pelas indústrias multinacionais.

Sérgio Caparelli examina a televisão no contexto do capitalismo dependente, no livro *Televisão e Capitalismo no Brasil*. Procura delinear a condição da televisão brasileira, ora operando como uma unidade de produção econômica e, portanto, integrando a estrutura da sociedade, ora como uma unidade de produção político-ideológica, funcionando em nível de superestrutura.

Caparelli ressalta que o modelo brasileiro de televisão seguiu o modelo do desenvolvimento dependente e, de certa maneira, serviu para o reforço dessa dependência, sobretudo, em relação à hegemonia norte-americana<sup>17</sup>.

É uma reflexão sobre o duplo papel da televisão como agente e reflexo da estrutura socioeconômica, política e cultural do Brasil. A obra está dividida em três partes: a) um ensaio sobre a evolução da TV no Brasil; b) uma análise da problemática referente à reprodução pela TV da ideologia das emissoras; c) as funções da televisão brasileira dependente.

<sup>16</sup> HERZ, Daniel. **A história secreta da Rede Globo**. Porto Alegre: Editora Tchê Ltda, 1987. p. 200-205.

<sup>17</sup> CAPARELLI, Sérgio. **Televisão e Capitalismo no Brasil**. Porto Alegre: L&PM, 1982. p. 168-171.

*A Teleinvasão: a participação estrangeira na televisão brasileira*, de Carlos Rodolfo Ávila, salienta a televisão no Brasil, apesar de ser um fenômeno com características e implicações em nível nacional, faz parte de um sistema internacional, em que os fatores externos influenciaram sua organização e desenvolvimento. Ávila apresenta uma análise sobre a programação e a comercialização da televisão a partir de 1978, mostrando a participação estrangeira nas diferentes áreas do universo comercial da televisão, tais como: programas, anúncios, agências de publicidade, etc. e o potencial econômico do meio no mercado nacional<sup>18</sup>.

O livro *Raízes e evolução do rádio e da televisão*, de Octavio Vampré, faz um apanhado histórico das primeiras tentativas com transmissões radiofônicas e televisivas, até o nível de desenvolvimento técnico e social que os veículos atingiram.

Pormenoriza as principais passagens do rádio e da televisão com um relato memorialista e cronológico da luta e dos primeiros tempos da televisão brasileira. Embora a maior parte do livro seja dedicada ao rádio, narra com veemência sobre as redes de televisão e sua interiorização<sup>19</sup>.

Em *A TV no Brasil do século XX*, Othon Jambeiro focaliza o ambiente regulador da TV no Brasil, suas raízes históricas, sua formação, seus atores e suas transformações na história recente do país, fazendo também um estudo da regulação da TV a cabo, ocorrida em meados da década de 1990<sup>20</sup>.

Jambeiro focaliza a indústria brasileira de TV e sua relação com a ditadura militar, posteriormente analisa sua consolidação como uma indústria nacional e o rápido desenvolvimento de um sistema nacional integrado de serviços de telecomunicações; e, por fim, o crescimento da Rede Globo que vem monopolizando os serviços de TV no Brasil desde os anos 1970.

Conclui seu estudo revendo os dispositivos constitucionais referentes à televisão, analisando o contexto no qual germinou e

---

<sup>18</sup> AVILA, Carlos Rodolfo Amêndola. **A Teleinvasão: a participação estrangeira na televisão do Brasil**. São Paulo: Cortez Editora, 1982. p. 15-16.

<sup>19</sup> VAMPRE, Octavio Augusto. **Raízes e Evolução do rádio e da televisão**. Porto Alegre: FEPLAM/RBS, 1979. p. 250-251.

<sup>20</sup> JAMBEIRO, Othom. **A TV no Brasil do século XX**. Salvador: EDUFBA, 2001. p. 200.

se consolidou a ideia de uma Assembleia Constituinte. Procura compreender o processo constituinte, a regulamentação da TV e os principais atos regulatórios referentes ao tema, publicados posteriormente à promulgação da Constituição de 1988<sup>21</sup>.

Este rápido olhar para as publicações sobre televisão nos ajuda a pensar as mídias como meios de comunicação de homens e mulheres premidos pelas engrenagens do trabalho e mergulhados na correria de um cotidiano. A informação, o jornal, os meios de comunicação de massa tiveram e têm um papel fundamental nas lutas pelas liberdades pública e democrática.

Por isso, quando nos interessamos pela temática, procuramos identificar se as fontes, no caso, os jornais que relataram a implantação da televisão no norte goiano, usaram o evento para defender suas ideias políticas e/ou travar um debate ideológico. Compartilhamos com a opinião de Motter, quando afirma que:

A imprensa é uma das fontes de que se serve o historiador. Fonte sujeita a múltiplos comprometimentos pela ambivalência de se situar como espaço público e espaço privado, ou seja, pelas suas características de constituir-se em empresa inserida no sistema capitalista - já que é esse tipo de imprensa que nos preocupa - com todas as conseqüências que isso pode acarretar, por um lado, e, por outro, propondo ser um espaço de liberdade, estabelecer a intermediação entre governantes e governados, porta-voz desses últimos e defensora de seus interesses<sup>22</sup>.

Motter explica por que os jornais são tendenciosos e, neste sentido, não podemos perder de vista a importância de um evento como a implantação da retransmissora e seus desdobra-

<sup>21</sup> Idem, p. 128.

<sup>22</sup> MOTTER, Maria de Lourdes. História e Imprensa. **Revista Comunicação e Arte**. Ano 15, 24 setembro - dezembro, número 24, p. 55, 1990.

mentos, bem como, o caráter que esse evento teve na imprensa e no novo estado. França diz que

Já há bastante tempo, busca-se identificar e compreender a intervenção dos meios de comunicação na sociedade. Têm sido estudados seus efeitos (o mais recente é a hipótese de *agenda setting*), funções (desejáveis e indesejáveis). Os meios deixaram de ser vistos como uma instância neutra a serviço da sociedade e passaram a ser tomados na sua natureza ideológica e de classe, instrumento de poder político e econômico, esfera de dominação<sup>23</sup>.

Concordamos com França quando afirma que “os meios deixaram de ser vistos como uma instância neutra a serviço da sociedade”, portanto, nosso objetivo é procurar identificar se houve alguma ação político-ideológica exercida pelos jornais na porção setentrional goiana durante o evento.

Para analisarmos essas questões, lançaremos mão da proposta de Violette Morin: eleger alguns jornais diários, que sejam representativos, com o objetivo de mapear a compreensão da imprensa sobre o veículo a ser implantado. Não é nossa intenção examinar toda a imprensa, mas apenas uma parte que entendemos ser significativa e suficiente para o objetivo da pesquisa.

Para tratar da ação dos jornais, é essencial compreender como era o norte goiano no período de 1970 a 1990. Para isto, faremos uso do olhar dos jornais sobre a região, cientes de que será sempre uma percepção cujo ângulo se coaduna com os interesses do jornal.

---

<sup>23</sup> FRANÇA, Vera Regina Veiga. Construção jornalística e dizer social. In: PORTO, Sergio Dayrell. (Org.). **O jornal**: da forma ao sentido. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002. p. 485.

# 1.

## Trilhando caminhos teóricos

Ao longo dos anos 1960, as análises sobre televisão partiram da tradição sociológica da Escola de Frankfurt, um instituto do pensamento marxista fundado em 1924, na Alemanha. A Escola abordou criticamente aspectos contemporâneos das formas de comunicação e cultura humanas. Partindo do conceito de “indústria cultural”, proposto por Theodor Adorno<sup>24</sup>, essa corrente analisava os meios de comunicação e as mercadorias culturais como um todo, como expressões de certa “decadência” cultural, reflexo e produto da expansão do capitalismo monopolista nos países ocidentais.

Em meados de 1980 e anos 1990, com base em novas pesquisas, foram elaboradas revisões críticas que, mesmo partindo dessas análises iniciais, procuraram aprofundar alguns pontos e relativizar as conclusões genéricas.

Michel De Certeau, partindo de uma premissa teórica pouco comum nas Ciências Sociais, procurou resgatar o papel

---

<sup>24</sup> Particularmente, no campo da teoria da comunicação, as tendências críticas tomavam como referência abordagens do estruturalismo marxista (Luis Althusser) e da Escola de Frankfurt. Em linhas gerais, denunciava-se a cooptação política dos meios de comunicação com as forças hegemônicas do modelo capitalista e do imperialismo cultural norte-americanos. A comunicação social passou a ser problematizada via análise de corporações transnacionais, suas imposições culturais, a violência simbólica e a imposição de ideologias sobre as culturas locais. No âmbito das análises das mensagens, a ênfase recaía sobre a identificação das ideologias subjacentes aos discursos midiáticos. Aqui, as referências teóricas se originavam na semiologia estruturalista (Saussure e por extensão Roland Barthes) e nas análises de discurso da linha francesa (Emile Benveniste e Michel Pecheux). Em grande medida, esses estudos buscavam denunciar as estratégias de “dominação”.

ativo que os grupos sociais têm na decodificação e utilização das mídias contemporâneas, sem negar o caráter de consumo embutido nesta relação. Partiu de uma dúvida epistemológica para proferir: “Assim, uma vez analisadas as imagens distribuídas pela TV e o tempo que se passa assistindo aos programas televisivos, resta ainda perguntar o que é que o consumidor ‘fabrica’ com essas imagens e durante essas horas<sup>25</sup>”.

Em frase provocativa, procura sistematizar os procedimentos de análise do polo mais difícil de ser conhecido: o polo receptor da mensagem, o cidadão comum, enfatizando que sua consciência talvez não fosse tão “teleguiada” quanto às considerações acadêmicas vigentes sugeriam. Assevera o referido autor que o consumo de produtos, neste caso, os bens culturais, deveria ser analisado em função do repertório de operações dos consumidores, que formariam uma espécie de “rede de produção”, na medida em que se “apropriavam” ativamente dos produtos.

Essas “redes de produção” são tão menos viáveis quanto as redes de enquadramento (o pólo produtor tradicional) se fazem mais apertadas, ágeis e totalitárias e [...] desaparecerem nas organizações colonizadoras cujos produtos não deixam lugar para os consumidores marcarem sua atividade<sup>26</sup>.

O sociólogo espanhol Jesus Martin-Barbero menciona que o problema fundamental se encontra no polo receptor, entendido como um sujeito portador de códigos e valores culturais que não são destruídos pela experiência da TV, ou seja, ele (telespectador) não vive uma “alienação” frente ao conteúdo veiculado como teóricos anteriores chegaram a afirmar, mais especificamente a escola de Frankfurt.

Barbero critica a corrente que politiza o produtor das mensagens (a grande empresa televisiva) como a manipuladora

<sup>25</sup> DE CERTEAU, Michel. **A Invenção do Cotidiano**. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 93.

<sup>26</sup> Idem, p. 94.

das consciências populares, mas, paradoxalmente, despolitiza o receptor das mensagens, pois vê nas classes populares (a massa de audiência televisiva) vítimas passivas do “sistema”. Defende ainda que as demandas sociais interferem na recepção, ainda que não formuladas coerentemente. As formas dos vários segmentos de público captarem e decodificarem a mensagem de um telejornal, por exemplo, variam no tempo e no espaço, estabelecendo uma “negociação de sentido” com o polo emissor da mensagem que não é supervalorizado<sup>27</sup>.

Para ele, o conceito mais importante para compreensão da significação é o de mediação. Esse conceito nega fortemente a concepção de comunicação vertical ou autoritária na qual um emissor unilateralmente manipula um receptor. A comunicação a partir da mediação é concebida como a interação entre diversas entidades, que em maior ou menor escala exercem um variado sistema de trocas.

O conceito também enfatiza a relação que há entre vida cotidiana e as grandes decisões coletivas, do processo de dar sentido às crises de ordenação do mundo e às funções semânticas de nomear, reconhecer e diferenciar os elementos da relação social. É uma forma de investigar não os resíduos armazenados na memória, mas sim o que a comunicação instiga no sujeito para a produção de suas mensagens.

O enfoque de Barbero possibilita uma visão crítica da indústria cultural, sem perder de vista o processo de recepção, a atração exercida pela ficção audiovisual por meio dos gêneros, a participação, enfim, do espectador nessa dinâmica cultural. Além de estudar as identidades dos grupos sociais como novos espaços de recepção mediáticos, Barbero também faz uma análise do consumo, sempre na perspectiva de que o sistema de mídia está perdendo sua especificidade, não há mais como se considerar o mediocentrismo. A mídia está se tornando cada vez mais integrante de outros sistemas de maior envergadura como, por exemplo, o político, o social, o cultural, o econômico. Segundo Barbero,

---

<sup>27</sup> MARTIN-BARBERO, Jesus. Op. cit. passim.

[...] nem toda forma de consumo é interiorização dos valores de outras classes. O consumo pode falar e fala aos setores populares de suas justas aspirações a uma vida mais digna. Nem toda busca de ascensão social é arrivismo; ela pode ser também uma forma de protesto e expressão de certos direitos elementares [...]”<sup>28</sup>.

Outro autor que também analisa a questão do consumo é o antropólogo Nestor García Canclini. Em seu livro “Consumidores e Cidadãos: conflitos multiculturais da globalização”<sup>29</sup>, estuda como as mudanças na maneira de consumir alteraram as possibilidades e as formas de exercer a cidadania. Essas, sempre estiveram associadas à capacidade de apropriação de bens de consumo e à maneira de usá-los. A mídia ‘traduzia’ para o povo os novos hábitos e comportamentos tidos como adequados para uma região que deveria ser desenvolvida. Para ele, o consumo é um processo em que os desejos se transformam em demandas e atos socialmente regulados. Para Canclini, as reivindicações pelo acesso aos bens de consumo estão substituindo as reivindicações políticas clássicas, como a participação nos espaços públicos tradicionais. Cada vez mais os cidadãos se veem e são vistos pelos meios de comunicação como consumidores<sup>30</sup>.

Por meio do discurso publicitário direto e indireto, a televisão e os demais meios de comunicação exercem grande pressão para o consumo. Canclini considerou o consumo como uma das dimensões do processo comunicacional, relacionando-o a práticas e apropriações culturais dos diversos sujeitos envolvidos nesse sistema<sup>31</sup>. Afirmou que, por meio dele, os sujeitos transmitem mensagens aos grupos socioculturais dos quais fazem parte.

Como entender o encontro do artesanato indígena com

<sup>28</sup> MARTIN-BARBERO, Jesus. **Dos Meios às Mediações**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003. p. 301.

<sup>29</sup> CANCLINI, Nestor García. **Consumidores e Cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999. p. 76-86.

<sup>30</sup> COELHO, Cláudio Novais Pinto. **A cultura juvenil de consumo e as identidades sociais alternativas**. 2006. Disponível em: <<http://www.riototal.com.br/coojournal/academicos036.htm>>. Acesso em: 27/02/2006.

<sup>31</sup> CANCLINI, Nestor García. Op. Cit.

catálogos de arte de vanguarda sobre a mesa da televisão? Em busca de uma resposta a essa indagação emblemática, Canclini analisa a cultura nos países da América Latina, levando em conta a complexidade de relações que a configuram na atualidade: as tradições culturais coexistem com a modernidade que ainda “não terminou de chegar” por aqui.

Em “Culturas Híbridas”, são apresentadas suas reflexões sobre o fenômeno da hibridação cultural nos países latino-americanos, procurando compreender o intenso diálogo entre a cultura erudita, a popular e a de massas, e sua inserção no cenário mundial. Para empreender a análise, Canclini lança mão de uma abordagem interdisciplinar e de um tratamento intercultural do tema, cumprindo sua tarefa com notável desenvoltura. Nestor propõe um interessante caminho de reflexão sobre o fenômeno da “hibridação” cultural nos países latino-americanos<sup>32</sup>.

Segundo Wanderley, a questão cultural nos países latino-americanos sempre se confundiu com a busca de suas identidades nacionais. A nova compreensão do problema da identidade leva setores de esquerda na região a encarar essa questão como dentro de um movimento de profunda transformação do político, uma mudança na própria concepção que se tinha dos sujeitos políticos<sup>33</sup>.

Ainda que ligados a correntes de pensamento europeias e norte-americanas, os teóricos latino-americanos fundamentam suas pesquisas a partir das especificidades socioculturais das sociedades do continente.

Segundo Lyra, a partir da década de 1960, a televisão foi se impondo como um meio de comunicação hegemônico. Atualmente, aproximadamente 98% dos lares brasileiros possuem pelo menos um televisor. Isso possibilita que haja uma uniformização dos padrões referenciais de consumo, nos quais praticamente as mesmas mercadorias seriam desejadas, independente do grupo ao qual o indivíduo pertença<sup>34</sup>.

<sup>32</sup> CANCLINI, Nestor. **Culturas Híbridas**. São Paulo: Edusp, 2003. p. 242-246.

<sup>33</sup> WANDERLEY, Sonia. **Mídia e História**: construindo caminhos de interpretação. Rio de Janeiro: UFRJ; Revista Arte e Cultura, 2001. p. 73-83.

<sup>34</sup> LYRA, Renata Maldonado da Silva. **Consumo, Comunicação e Cidadania**. 2006. Disponível em: <<http://www.uff.br/mestcii/renata2.htm>>. Acesso em: 27/02/2006.

Pierre Nora (1995), em “O retorno do fato”, diz que em nenhuma época se viu, como a nossa, viver seu presente como já possuído de um sentido “histórico”. E somente isso seria suficiente para dotar esta época de uma identidade. O historiador francês entende que a história contemporânea tem se desenvolvido a partir do “acontecimento monstro” que invade a vida de todos, em especial por meio da mídia, sem que nos deixemos levar por “paixões partidárias”. De outro lado, segundo Nora, as mídias promovem um verdadeiro retorno da história, na medida em que, nas sociedades contemporâneas, é por intermédio delas e “somente por elas que o acontecimento marcaria a sua presença”<sup>35</sup>. Imprensa, rádio, imagens transformam-se na sua condição de existência. Para que algo exista é preciso que seja conhecido. Acontecimentos capitais podem ter existência sem que se fale deles.

Vivemos na era da sociedade midiática, aquela que possui sistemas nacionais consolidados de meios de comunicação de massa, com capacidade de construir os mapas cognitivos dos seus membros. Contemporaneamente, essas sociedades dependem da mídia para a produção do conhecimento público, o que possibilita a cada um tomar suas decisões quotidianas. Dito de outra forma, os meios de comunicação não somente informam o que está acontecendo, mas também, influenciam a maneira pela qual as imagens/mensagens por eles transmitidas devem ser entendidas.

## Caminhos e descaminhos

[...] numa cidadezinha ao norte, acima do Paralelo 13, onde não há estradas nem energia elétrica, um cidadão decidiu instalar uma televisão movida a bateria em sua sala de estar. E passou a cobrar ingressos dos televisinhos<sup>36</sup>.

<sup>35</sup> NORA, Pierre. O retorno do fato. In: LE GOFF, J.; NORA, Pierre. **História**: novos problemas. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995. p. 180.

<sup>36</sup> ORGANIZAÇÃO Jaime – Um feudo da comunicação no coração do Brasil. **O Popular**. Goiânia, p. 9, 27 jul.1980.

Para nós, leitores do século XXI, a matéria pode ser interpretada de várias maneiras. O jornal poderia estar nos contando uma história comum de um telespectador que utilizava métodos pouco convencionais para adquirir seu sustento. Dessa maneira, o relato poderia passar despercebido ao leitor, se não fosse a singularidade do telespectador descrito, não por seu nome e especificidades, mas por suas atribuições.

A reportagem citada foi escrita quase oito anos depois da instalação da primeira unidade retransmissora de TV no norte goiano, na região onde em 1988 nasceria o Estado do Tocantins.

Numa análise inicial, o jornal goiano ‘O Popular’ denota uma postura política conservadora quando caracteriza a região como desfavorecida, ao utilizar as expressões “onde não há estradas nem energia elétrica” e ainda apresenta o contraste entre a nova tecnologia e a realidade do lugar, tão distante da modernidade.

Versão diferente de outros jornais da época, como o ‘Cinco de Março’, que adotou uma postura política diversa sobre a região ao divulgar com destaque a instalação de uma retransmissora de TV em Tocantinópolis, município que fica na divisa com o Maranhão. Nos anos 1970, a cidade assistira à transmissão de quatro canais de televisão<sup>37</sup>.

Mas até que ponto a chegada de uma retransmissora de televisão pode provocar alterações e instigar sentimentos separatistas nos telespectadores da região? Discutir como uma empresa de comunicação se insere no processo separatista do Norte em relação ao Sul de Goiás será o fio condutor deste trabalho, em que os indícios encontrados estão presentes nas fontes pesquisadas, ou seja, nos jornais “Folha de Goiaz”, “Diário da Manhã”, “O Popular, Jornal do Tocantins”, “Opção” e “Cinco de Março”.

Ingressar na história da implantação da televisão no antigo norte de Goiás, atual Tocantins, é colher as impressões divulgadas pela imprensa sobre as mudanças, sobretudo culturais, provocadas pela chegada da “novidade” nesta região. Mas é também perceber que as transformações, conforme mostram os jornais da

<sup>37</sup> TOCANTINÓPOLIS vai ter a imagem de quatro canais de televisão. Cinco de Março. Goiânia, p. 2-8 fev. 1976.

época, evidenciam-se não só no aspecto cultural, mas teimam em incentivar as ambições separatistas dos moradores e seus líderes.

Primeiro, nasceu o desejo de ver a televisão, em seguida, nasceu o desejo de “se ver na telinha”. Depois, de visitar a capital Goiânia, as autoridades políticas da época voltavam para seus municípios do norte de Goiás seduzidos pela ideia de que a televisão também poderia ser a salvação da região. Fascinados, buscavam incutir em seus eleitores o desejo de visualizar as informações propagadas na televisão. O prefeito de Paraíso do Norte, por exemplo, desde agosto do ano de 1976, solicitava a homologação ao Departamento de Telecomunicações (DENTEL) para a transmissão de sinais de televisão<sup>38</sup>.

Tais conquistas nem sempre eram acessíveis à população e tornavam-se objetos de disputa política e cultural por parte de autoridades administrativas. Essas disputas emergem nos noticiários jornalísticos em outras fontes impressas, nas atas das Câmaras Municipais e nos depoimentos de funcionários da emissora, de diretores e de integrantes da comunidade em geral.

Tentar analisar esta história é dar uma versão dos fatos que, de outra maneira, ficaria circunscrita aos jornais ou nas memórias isoladas daqueles que viveram as décadas de 1970, 1980 e 1990. O historiador não é um romancista, mas também não é um analista “seco” da realidade vivida. Portanto, ingressar na história da implantação da televisão no antigo norte de Goiás, hoje Tocantins, é colher as impressões divulgadas pela imprensa sobre as mudanças, sobretudo culturais, provocadas pela chegada da “novidade”, em uma região ainda inóspita, empobrecida. Mas também perceber que a divisão da região foi mostrada na TV e relatada nos jornais da época.

A emancipação era uma das bandeiras dos moradores, encabeçada por estudantes universitários,<sup>39</sup> autoridades e políticos, levantada desde os séculos XVIII e XIX, mas arrefecida no período de 1970, em virtude do recrudescimento do governo militar. Compreender esse processo e relacioná-lo à implantação da televisão na região é desnudar as motivações, as influências e os

<sup>38</sup> Prefeito de Paraíso veio tratar da TV. **O Popular**. Goiânia, p. 5, 11 ago. 1976.

<sup>39</sup> SANTOS, Jocyléia Santana dos. **O sonho de uma geração (Casa do Estudante do Norte Goiano - CENOG e Movimento separatista 1959-1968)**. Recife: UFPE, 1996.

efeitos desse instrumento de comunicação, analisando-os sob a ótica da história cultural, utilizando reportagens, histórias descritas por meio da imprensa e contrapondo tais relatos às lembranças de outros personagens, por meio da oralidade de suas falas.

## De encantamentos e seduções... Também se faz história

Tal como uma luz que atrai, a televisão tem este poder de chamar a atenção, porque seduz, influencia as pessoas. A palavra provém do latim *seducere* (se[d] + ducere). *Sed*, além de conjunção equivalente a “mas”, atuava nos textos antigos como prevérbio, significando “separação”, “afastamento”, “privação”; e *ducere* queria dizer “levar”, “guiar”, “atrair”. Em síntese, portanto, “seduzir” era o processo pelo qual se atraía para privar o outro da autonomia de si, sob a promessa de possibilitar-lhe a experiência do prazer pleno. Com muita propriedade, cantam os roqueiros Titãs, “a televisão me deixou burro demais, agora todas as coisas que eu penso me parecem iguais<sup>40</sup>”.

Como uma libélula presa, debatendo-se, refém de sua própria curiosidade, o *eu* dessa canção parece dizer que a mente do indivíduo se assemelhou a uma tela de televisão em que todas as imagens desfilam como que chapadas, repetidas, por mais distintas que possam parecer.

Inevitavelmente, a partir de uma música como essa, meus sentidos foram aguçados para a etimologia da palavra televisão, *ver ao longe*. Isso me permitiu um olhar curioso sobre os significados, as intimidades, os percursos e as paisagens nos jornais pesquisados; nas memórias produzidas pelas falas dos personagens que desejavam a divisão do norte e na amplitude de uma época que me parece tão próxima e ao mesmo tempo longínqua. Essas sensações foram intensificadas na medida em que pesquisávamos, por meio da imprensa, a televisão no norte goiano e, ao mesmo tempo, convivíamos com as lembranças da nossa infância na região conhecida como Bico do Papagaio, porção setentrional de Goiás.

<sup>40</sup> ANTUNES, Arnaldo. **Televisão**. São Paulo: WEA, 1985. 1 disco sonoro.

De acordo com as palavras de Halbachs, devemos nos concentrar agora, fechar os olhos, remontar o curso do tempo tão longe quanto nos seja possível, tanto quanto nosso pensamento possa se fixar em cenas ou pessoas das quais conservamos a lembrança<sup>41</sup>.

Esse olhar analítico e desencarnado só se pode conhecer sob a condição expressa de ‘não ver’ o olhar da positividade. A crescente valorização da memória, tanto na esfera individual como nas práticas e na historiografia, possibilitou a construção de tramas que colocaram a história em diálogo com diversos campos do saber, inclusive o das intrincadas relações que se desenrolam em torno dos sistemas de comunicação.

Discorrer sobre televisão requer entender o que Robert Darton conceituou como circuito da comunicação, isto é, o percurso que vai do autor ao editor, impressor, distribuidor, vendedor e chega ao leitor<sup>42</sup>. O leitor encerra o circuito porque ele influencia o autor tanto antes quanto depois do ato de composição.

Dessa forma, para reportar-se à televisão é necessário compreender o que se produziu, de que forma, como e para quem foi produzido e, sobretudo, que consequências trouxeram essa produção para a sociedade. Isso implica numa referência direta ao público, o receptor; como reagiu àquelas mensagens? É preciso perceber de que forma realizaram a “leitura”, as interpretações plurais. Portanto, a leitura se faz no contexto histórico e não fora dele. É ali que se faz a indivisão irreduzível do sentiente<sup>43</sup> e do sentido<sup>44</sup>.

Nossa abordagem supõe uma história ligada à construção desse sentido. Os sentidos, entretanto, fazem-se na comunicação entre o mundo dado a ver, olhar e ouvir, passando pela recepção ativa dos interlocutores, ou seja, os textos – não importando o tipo de sua materialidade – não se imprimem nas consciências, mas são por elas trabalhadas<sup>45</sup>.

<sup>41</sup> HALBACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice/RT, 1990. p. 160.

<sup>42</sup> DARTON, Robert. **O beijo de Lamourette**: mídia, cultura e revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 112.

<sup>43</sup> Aquele que sente, que tem sensações, sensível.

<sup>44</sup> CHAUÍ, Marilena. Janela da alma, espelho do mundo. In: NOVAES, Adauto (Org.). **O Olhar**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p. 59.

<sup>45</sup> CHARTIER, Roger. **A História cultural**: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S. A, 1990. p. 27-28.

Nós inserimos a mídia televisiva dentro de um campo denominado história cultural, cuja conceituação, na perspectiva de Roger Chartier, tem por principal objetivo identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler<sup>46</sup>. Quando ressalto a expressão “[...] dada a ler [...]” destaco a particularidade do lugar de onde falo e do domínio por onde conduzo uma investigação. Neste campo, Foucault, Certeau, Paul Veyne e outros provocaram um despertar epistemológico, um desafio de articular uma teoria a uma prática.

A escrita da história é um desafio para o historiador, uma operação histórica que se constrói em função de um espaço, obedece a regras próprias que exigem ser examinadas por elas mesmas. A pesquisa é articulada a partir de um lugar de produção socioeconômico, político e cultural<sup>47</sup>.

A rede de sentidos instaurada assegura, portanto, a repetição dos enunciados míticos, apesar das instâncias de repetição não serem coincidentes. Os fragmentos discursivos povoam a mesma rede de sentidos: “Coração do Brasil”, “Autêntica Redenção”, “O ideal que nunca se apaga”, “Último Eldorado”, “Nova Canaã” e o “Estado Solução”.

O discurso sobre o norte goiano, atual Tocantins, é marcado pela invocação do mítico, funcionando como um processo explicativo - busca no passado elementos de ancoragem que possibilitem uma compreensão direcionada do presente. O papel da mídia na construção dessa interpretação mítica é acentuado pelo discurso das instituições representantes do povo tocantinense: a historicidade do fato é suplantada pela criação do acontecimento por meio da mídia<sup>48</sup>.

A ideia separatista ganhou força através dos meios de comunicação implantados pela Organização Jaime Câmara (OJC), que tinha na TV Anhanguera e no jornal “O Popular” seus amplos

<sup>46</sup> Idem. Op.cit. p. 17.

<sup>47</sup> CERTEAU, Michel. A Operação histórica. LE GOFF, Jacques. et al. **História**: novos problemas. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1995. p. 18.

<sup>48</sup> RIBEIRO, Fabrício de Almeida. **A invenção do Tocantins**: memória, história e representação. Tese (Mestrado) UFG, Goiânia, 2001, p. 108.

divulgadores. O Jornal era e ainda é considerado o carro-chefe dos veículos de comunicação da OJC - como ficou conhecida a *holding* que reúne as empresas do grupo. Foi “O Popular” que abriu caminhos para que fossem criados os demais veículos do grupo - jornais e emissoras de rádio e televisão. O discurso era de que só a criação do novo Estado do Tocantins resolveria os problemas do norte goiano<sup>49</sup>.

Por trás da empolgação, havia o interesse expansionista e comercial do grupo, pois a criação do novo Estado significaria a instalação de infraestrutura como rodovias, novas empresas, a migração de pessoas e outros empreendimentos que fariam girar capital financeiro na região. Na época, a OJC mantinha dois jornais diários, um em Goiás e outro no Distrito Federal (Jornal de Brasília), além de retransmissoras da TV Anhanguera em municípios goianos. No início dos anos 1970, a cobertura do sinal da emissora chegava a mais da metade do Estado<sup>50</sup>.

A batalha final foi travada pela mobilização da Conorte, do Comitê Pró-Criação do Estado do Tocantins, presidido pelo juiz federal Darci Martins Coelho e tendo o empresário João Rocha como um dos seus articuladores ao lado de Célio Costa, Adão Bezerra, diversos prefeitos e lideranças nortenses. Esses grupos contaram com o apoio decisivo dos veículos de rádio, TV e jornais da Organização Jaime Câmara em Brasília, Goiás e no antigo Norte Goiano<sup>51</sup>.

O escritor goiano Bernardo Élis, líder comunista atuante, autor do livro “O Tronco”, membro da Academia Brasileira de Letras, diante da postura adotada pelo grupo de comunicação goiano, considerava o projeto de formação do Estado do Tocan-

<sup>49</sup> HERMANO, Amália Hermano. **Revista Presença**. Goiânia-GO, ano I. n. 3, p. 19, 1986.

<sup>50</sup> Os detalhes da composição, cobertura, veículos e investimentos do Grupo OJC serão apresentados na parte 2 deste trabalho, sobre o tema **O contexto... da imprensa no sertão**.

<sup>51</sup> **Além da Quimera**. Rosalvo Leomeu. Reportagem publicada pelo Jornal do Tocantins em 05/10/2001, por ocasião do 13º aniversário de criação do Estado do Tocantins.

tins uma mera criação da Organização Jaime Câmara. A *Revista Presença* relatava de forma irônica os bastidores do ideal tocantinense, os interesses políticos mascarados pela antiga retórica do progresso e desenvolvimento da região a ser desmembrada.

Que os mesmos espaços [...] ocupados em seus jornais pelos que defendem a destruição da unidade goiana, também sejam abertos aos que defendem a sua integridade, coisa que não tem acontecido<sup>52</sup>.

O processo de implantação da televisão no norte de Goiás ocorreu, preponderantemente, entre os anos de 1970 e 1980. Os governos pós-64 estimularam a promoção de um desenvolvimento econômico rápido, aliado à concentração de capital, à internacionalização do mercado interno e à convergência geográfica para a região centro-norte do país.

A televisão foi a máquina difusora da ideologia de segurança nacional, símbolo do desenvolvimento e da modernização do governo militar. Durante esse período, iniciou-se a execução das obras de ampliação e atualização do sistema de telecomunicações, o que permitiu o surgimento das redes de televisão, que passaram a ter uma influência de abrangência nacional na promoção e venda de bens de consumo em larga escala<sup>53</sup>.

A noção de integração nacional teve como pano de fundo a supracitada ideologia de segurança nacional, que criou uma ponte entre os militares e os empresários, embora as perspectivas fossem diferenciadas. Ambos os setores viam vantagens em integrar o território nacional. Todavia, enquanto os militares propunham a unificação política das consciências, os empresários ressaltavam o lado da integração nacional em relação às indústrias<sup>54</sup>.

Nesse contexto econômico, está inserido um novo mercado consumidor, a região norte do país. Impulsionada pela abertura

<sup>52</sup> **Revista Presença**. Goiânia-GO, ano I, n. 6, p. 9, 1986.

<sup>53</sup> MENDONÇA, Sônia et al. **História do Brasil recente (1964-1980)**. São Paulo: Ática, 1991. p. 67.

<sup>54</sup> ORTIZ, Renato. **A moderna tradição brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 118.

da Rodovia Belém-Brasília, houve a conquista do interior do Brasil e, conseqüentemente, o surgimento de povoados, futuros municípios, onde seriam instaladas as torres de retransmissão do canal goiano de televisão.

Para construir este trabalho, optou-se por uma metodologia que exigiu uma sistematização dos jornais analisados – leitura, classificação e agrupamento de matérias afins – sem perder de vista o papel fundamental desempenhado pelo discurso enquanto ordenador da leitura. Em seguida, deu-se o manuseio das páginas diárias, procurando conhecer os diferentes cadernos de edição, seções e suplementos. Esse momento foi importante para determinar a linha do jornal, confrontando com os outros jornais do mesmo período. Várias questões foram colocadas na medida em que se foi visualizando o contexto histórico, fazendo comparações com outros documentos (atas, mapas, gráficos, e outros) para perceber as falas e os silêncios por meio da frequência ou das ausências, tentando desvelar o perfil do jornal, a tendência política.

A segunda etapa constitui-se da leitura reflexiva e levantamento de dados que forneceram os nomes dos entrevistados, as instituições que deveriam ser investigadas, os lugares, os discursos convergentes e divergentes sobre o tema.

Na pesquisa, foram utilizadas várias entrevistas que complementaram e indicaram caminhos para a solução do problema. Além desse aspecto, o documento oral também impõe um questionamento sobre a função do conhecimento histórico. A história oral é uma alternativa à história oficial, como expõe Sebe, “essa sua grande contribuição [...] pois, ao registrar a história local ou de comunidades, ela destaca aspectos que, em geral, não são considerados<sup>55</sup>.”

Para a escolha dos entrevistados, levou-se em conta o vínculo desses com o norte goiano, sua experiência de implantação dos veículos de comunicação, nas décadas de 1970/1990.

Neste universo, o telespectador reagiu a esse discurso por meio de suas práticas, produzindo diferentes histórias nas cidades em que as retransmissoras foram implantadas. Várias histórias se

---

<sup>55</sup> MEIHY, José Carlos Sebe. **Manual de História Oral**. São Paulo: Edições Loyola, 1996. p. 24.

entrecruzam, confluem-se ou se separam, conforme os conflitos e tensões que se estabeleceram durante o processo separatista.

Na tentativa de montar um roteiro desta história e ao mesmo tempo relacionar as intenções dos atores às consequências (ainda que visíveis só anos depois), optou-se por construir esta transmissão em seis etapas. No primeiro item, delinea-se os objetivos do trabalho, os teóricos e problematizações. No segundo item, revisita-se a história da caixinha mágica de imagens e sons no Brasil, ou seja, da Televisão.

No terceiro item, recupera-se a trajetória da implantação da imprensa escrita no Estado de Goiás, com o objetivo de acompanhar os passos da expansão empresarial do grupo de comunicação Jaime Câmara, nas regiões central e norte de Goiás. Ao mesmo tempo em que apresento as primeiras produções televisivas das emissoras dos Câmara, também traço os avanços que contribuíram para modificar o modelo de televisão e, conseqüentemente, o faturamento dos seus proprietários em detrimento da cultura local. Postas tais considerações, busco descobrir quem está com o controle remoto nas mãos – ligando e desligando investimentos em veículos de comunicação – na região e quais telespectadores quer atingir.

O quarto item discute os ‘ruídos’ na comunicação transmitida pelos veículos de televisão ligados ao grupo goiano, a partir das reclamações dos telespectadores veiculadas nos jornais impressos da época. Os ruídos, na perspectiva da comunicação, são todos os fatores extrínsecos que interferem na recepção da mensagem, quer sejam na qualidade comprometida das imagens captadas pelos televisores locais, quer seja no conteúdo dos programas “enlatados” em sua maioria. É também neste item que procuro relacionar a presença das emissoras de televisão no norte goiano e o fortalecimento dos ideais emancipacionistas da região.

No quinto item, focalizam-se os depoimentos dos profissionais que ajudaram a fazer notícia nos primeiros telejornais das emissoras instaladas na capital do novo estado, o Tocantins. Relatos pitorescos dão a tônica de um tempo de “comer poeira”, de fazer acontecer. É aqui também que pretendo analisar os objetivos de expansão das emissoras e as relações que se estabeleceram entre imprensa e Estado.

No último item, busco delinear as considerações elencadas ao longo do trabalho e, principalmente, o objetivo que foi investigar a implantação de uma retransmissora de televisão e sua inserção no processo separatista do norte do Estado de Goiás. Referiu-se ao papel histórico da televisão como protagonista de um processo que pretendia a criação do Estado do Tocantins.

## 2. A televisão no Brasil

Wladimir Zworikin, russo naturalizado norte-americano, produziu e testou o seu invento do iconoscópio, em 1929, com o qual a televisão comercial ensaiou os primeiros passos nos Estados Unidos. A esse tempo, também os alemães estavam envolvidos em demonstrações de um circuito fechado de TV, em diversos países, inclusive no Brasil. Assim relata Mario Sampaio Ferraz:

Estávamos em 1920. A esse tempo eu era *habitué* de um cinema da Rua Aurora, em São Paulo - o cine Rio Branco. Na sua programação, o que mais me seduzia era assistir filmes (sic) policiais, tipo Rocamboles. Bandidos e detetives que iam e vinham na tela, numa eterna perseguição, em correrias desabaladas até que surgia um corte e aparecia uma cena tranqüila em que um indivíduo se comunicava por um telefone, vem do-se (sic) ao lado deste uma pequena tela, como a de um cinema, reproduzindo a cara e a gesticulação do interlocutor falando do outro lado do fio. E me perguntava se aquilo que via seria, por ventura, uma realidade no futuro, se teria a felicidade bastante para chegar a ver, na realidade, uma coisa parecida, mas não “de faz de conta”.... Esse dia chegou....quando estava a passeio no Rio de Janeiro, fui percorrer a Feira de Amostra do

Calabouço, em 1935, e ali vi numa tela de um receptor de televisão imagens móveis de pessoas falando e andando. Tratava-se de uma demonstração que técnicos alemães estavam fazendo na Feira, do Circuito Fechado de TV, que tanta admiração despertou no público carioca<sup>56</sup>.

A televisão produz a figura do melancólico diante do espelho, o olhar dirigido sobre a imagem refletida em uma absurda espera infinita. O espectador se sente ao mesmo tempo íntimo e universal; esse é um dos elementos da sedução que modela os desejos de quem vê<sup>57</sup>. É possível que um dos recursos sedutores da televisão seja, precisamente, essa identificação, a máquina de narciso<sup>58</sup>.

No final da década de 1940, uma empresa estrangeira tentou vender um equipamento de televisão para a Rádio Nacional. Algumas experiências foram feitas nos estúdios da Praça Mauá, no Rio de Janeiro. Programas radiofônicos foram transmitidos em circuito interno de TV: *Rua 42* - produção de Max Nunes, com animação de Manuel Barcelos; *Nada Além de 2 Minutos*, de Paulo Roberto e; *Papel Carbono*, de Renato Murce. César Ladeira também organizou um teste no andar térreo da Nacional<sup>59</sup>.

A partir de 1948, sob a direção de Alceu Nunes Fonseca, a Rádio Industrial de Juiz de Fora passou a transmitir experimentalmente uma programação variada. A aparelhagem construída pelo

<sup>56</sup> SAMPAIO, M. Ferraz. **História do Rádio e da Televisão no Brasil e no Mundo**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1984. p. 183.

<sup>57</sup> NOVAES, Aduino (Org.). **Rede imaginária: televisão e democracia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 86

<sup>58</sup> SODRÉ, Muniz. **A máquina de narciso**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1984. O deslocamento da atividade simbólica para o indivíduo isolado implica o apagamento do sujeito clássico e modificações essenciais no imaginário social. Essa é uma das principais características da condição humana nesta modernidade tardia ou "pós-modernidade", como preferem alguns sociólogos. Os simulacros, as imagens produzidas pela sociedade industrial, criam um universo próprio, com novas formas de relacionamento social, centradas no contato à distância e no olhar. A máquina de Narciso, de Muniz Sodré, discute essa nova ordem - tecnonarcísica - das imagens, da televisão como forma cultural. Este texto mostra como o tecnonarcisismo, apoiado no sistema dos meios de comunicação, cumpre funções importantes para a economia capitalista contemporânea.

<sup>59</sup> Disponível em: <<http://www.rodrigopereiradecastro.hpg.ig.com.br/TelevisaoManualdoRadialistaComputacaolbope.html>> Acesso em: 15/12/2005.

técnico Olavo Bastos Freire na cidade mineira permitiu a exibição do Congresso Eucarístico, da partida de futebol entre Bangu-RJ e Tupi-MG, e da festa do centenário de Juiz de Fora, patrocinada por Carlos Pereira Indústrias Químicas. O jornalista Alceu Nunes Fonseca relatou: “Sob minha direção, pela primeira vez na América do Sul, em 29 de setembro de 1948, a Rádio Industrial de Juiz de Fora passou a transmitir programas de televisão”<sup>60</sup>.

A televisão surgiu no contexto em que o rádio se tornava mais comercial, a ponto de alguns anunciantes se transformarem em produtores de programas, como no caso da Standart Propaganda e da Colgate/Palmolive que contratavam atores, escritores e tradutores de radionovelas<sup>61</sup>.

Em 1º de março de 1932, foi assinado, pelo presidente Getúlio Vargas, o decreto-lei 21.111, que autorizava a veiculação de propaganda comercial pelas rádios. Foi permitida a transmissão de anúncios publicitários em 10% e, mais tarde, em 20% do total da programação<sup>62</sup>. Com o decorrer dos anos, a publicidade começou a ocupar cada vez mais espaço na programação radiofônica, substituindo a sua finalidade principal, que era educativa. Nessa busca por grandes audiências, os programas foram se modificando e se popularizando.

## O público viu na telinha a sua própria face...

Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Melo nasceu em Umbuzeiro, Estado da Paraíba, em 5 de outubro de 1892, e faleceu em São Paulo em 4 de abril de 1968. Filho de Francisco

<sup>60</sup> Alceu Nunes Fonseca, natural de Maricá (RJ), na década de 1950, foi o proprietário da maior rede de emissoras de AM do Brasil, entre elas a Rádio Sul Fluminense, AM em Barra Mansa e a Rádio Carioca no Rio. VAMPRE, Octavio Augusto. **Raízes e Evolução do rádio e da televisão**. Porto Alegre: FEPLAM, 1979. p. 210. A notícia foi publicada nos Estados Unidos, na revista especializada *Television*, em julho de 1951, com fotografias e dados completos.

<sup>61</sup> ORTIZ, Renato. **A moderna tradição brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 40

<sup>62</sup> Disponível em: <<http://www.radialistasp.org.br/radiodifusao.htm>>. Acesso em: 22/01/2006. Decreto nº 21.111, de 1º de março, que regulamentou o Decreto nº 20.047, de maio de 1931, primeiro diploma legal sobre a radiodifusão define o rádio como "serviço de interesse nacional e de finalidade educativa". No mesmo ano, o Decreto nº 21.111 autoriza a veiculação de propaganda pelo rádio, tendo limitado sua manifestação, inicialmente, a 10% da programação.

Chateaubriand Bandeira de Melo, frequentou, no Recife, o Ginásio Pernambucano, cursando, em seguida, a Faculdade de Direito da capital pernambucana, da qual se tornaria um dos professores, mediante concurso para a cadeira de Filosofia do Direito Romano.

Chateaubriand criou e dirigiu a maior cadeia de imprensa do país, os *Diários Associados*: 34 jornais, 36 radioemissoras, 18 estações de televisão, uma agência de notícias, uma revista semanal (O Cruzeiro), uma mensal (A Cigarra), várias revistas infantis e uma editora.

A estreia no jornalismo aconteceu aos quinze anos, na Gazeta do Norte. Dedicou-se ao jornalismo, escrevendo no *Jornal Pequeno* e no veterano *Diário de Pernambuco*.

Em 1917, já no *Rio de Janeiro*, colaborou no *Correio da Manhã*, em cujas páginas publicaria impressões da viagem à *Europa*, em 1920.

Em 1924, assumiu a direção de *O Jornal* - o denominado “órgão líder dos Diários Associados”. Em 1924, comprou *O Jornal*. Substituiu artigos soníferos por reportagens instigantes e deu certo. A partir daí, começou a constituir seu império jornalístico, ao qual foi agregando importantes jornais, como o *Diário de Pernambuco*, o jornal diário mais antigo da *América Latina*, e o *Jornal do Comércio*, o mais antigo do *Rio de Janeiro*. No ano seguinte, Chatô arrebatou o *Diário da Noite*, de *São Paulo*. Nessa altura, já tinha o jornal líder de mercado na maioria das capitais brasileiras.

A ascensão do império jornalístico de Assis Chateaubriand deve ser entendida no quadro das transformações políticas do Brasil durante as décadas de 1920 e 1930, quando o consenso político oligárquico e fechado da *República Velha*, centrado em torno da elite agrária de *São Paulo*, começou a ser contestado por elites burguesas emergentes da periferia do país. Não é uma coincidência que Chateaubriand tenha apoiado o movimento revolucionário de 1930, que levou *Getúlio Vargas* ao poder, assim como durante toda sua vida tenha fanfarroneado a sua condição de provinciano que chegou ao centro do poder como uma espécie de bucaneiro político<sup>63</sup>.

<sup>63</sup> MORAIS Fernando. **Chatô**: o rei do Brasil, a vida de Assis Chateaubriand. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p. 30-32.

Chateaubriand havia encomendado de uma companhia americana um estudo mercadológico que analisasse a viabilidade da implantação da televisão no Brasil. O estudo apontou que o mercado mostrava-se prematuro para investimento de tal monta. Ignorando o diagnóstico, Chateaubriand levou adiante seu projeto, seguindo a Inglaterra, a França e os Estados Unidos<sup>64</sup>.

A televisão foi inaugurada diretamente da torre instalada no edifício do Banco do Estado de São Paulo. Em setembro de 1950, surgia oficialmente a primeira emissora de televisão, a TV Tupi de São Paulo, prefixo PRF-3, de acordo com o modelo desenvolvido nos Estados Unidos na década de 1940. Idealizada e fundada também pelo empresário Chateaubriand, a emissora era lançada como parte das Emissoras Associadas, uma rede nacional formada, até então, por estações de rádio, e que havia sido montada por Chateaubriand a partir da inauguração, em 1935, da Rádio Tupi do Rio de Janeiro<sup>65</sup>.

**Figura 1** - Marcação de cena. Rio de Janeiro



<sup>64</sup> Idem. Op.cit. p. 49.

<sup>65</sup> MOREIRA, Sonia Virgínia. A legislação dos meios eletrônicos (TV e rádio) nos Estados Unidos e no Brasil. **Comunicação e Sociedade**. Ano XIII, n. 24, São Paulo: Editora IMS, 1995, p. 32.

No início, a emissora pioneira contou com a assessoria de técnicos americanos da *Rádio Corporation of America*<sup>66</sup> (RCA) e com profissionais oriundos da rede do rádio.

No discurso de inauguração, Chatô demonstrou sua vontade empresarial e política marcada pelo signo do pioneirismo:

Esse transmissor foi erguido com a prata da casa, isto é, com recursos de publicidade que levantamos, sobre as Pratas Wolf e outras não menos maciças pratas da casa; a Sul América que é o que pode haver de bem brasileiro, as lãs Sams, do moinho Santista arrancadas ao coiro das ovelhas do Rio Grande, e mais que tudo isso, o guaraná Champagne da Antártica, que é bebida dos nossos selvagens. O cauim dos bugres do pantanal mato-grossense e de trechos do vale amazônico. Atentai e verei mais fácil do que se pensa alcançar uma televisão: com Prata Wolf, lãs Sams bem quentinhas, Guaraná Champagne borbulhante de bugre e tudo isso bem amarrado e seguro na Sul América, faz-se um bouquet de aço e pendura-se no alto da torre do Banco do Estado, um sinal da mais subversiva máquina de influenciar a opinião pública – uma máquina que dará asas à fantasia mais caprichosa e poderá juntar os grupos humanos mais afastados<sup>67</sup>.

Esse trecho do discurso do empresário, por ocasião da transmissão inaugural da TV Tupi, deixava evidente não apenas a característica notadamente comercial do veículo que surgia no país, como também o peso dos anunciantes.

Apesar do espírito premonitório de Chatô, até meados da década de 1950, o investimento na televisão era objeto de desconfiança por parte dos anunciantes. Em seus primórdios, a produção e a distribuição televisiva resumiam-se ao eixo Rio - São Paulo, estendendo-se, em 1955, a Belo Horizonte e, em 1959, a

<sup>66</sup> Em 1929, a Victor foi comprada pela Radio Corporation of America (RCA), constituindo-se assim, a RCA Victor.

<sup>67</sup> SIMÕES, Inamá. **TV Tupi**. Rio de Janeiro: Funarte, s/d.

Porto Alegre. Portanto, seu raio de ação era limitado, não só pelo número reduzido de telespectadores, como também pela incipiente organização empresarial e pelas limitações tecnológicas do país. Sérgio Augusto cita que,

Era rudimentar sua parafernália eletrônica, amadorística sua equipe técnica, medíocre sua retaguarda intelectual e maior do que devia a fome de lucros dos seus cartolas. [...] Para complicar, há trinta anos, o brasileiro era freguês cativo da aldeia global montada pela rádio nacional<sup>68</sup>.

Assim, ele coloca em cena alguns elementos até então pouco abordados. A descrição elaborada pelo jornalista serve perfeitamente para imaginarmos as resistências, desejos e conflitos, quebrando a aura de sedução que envolvia o novo sistema.

---

<sup>68</sup> AUGUSTO, Sérgio. Um requentado da Rádio Nacional. **Isto é**. São Paulo, p. 68, 23 jul. 1980. Jornalista carioca, nascido em 1942, começou sua carreira em 1960 como crítico de cinema do jornal *Tribuna da Imprensa*. Foi crítico, repórter, redator e editor nos jornais *Correio da Manhã* e *Jornal do Brasil*, correspondente do jornal americano *Variety*, trabalhou nas revistas *Senhor*, *O Cruzeiro*, *Fatos & Fotos*, *Veja* e *Isto É* e nos semanários *Pasquim* e *Opinião*. Repórter especial da *Folha de S. Paulo* durante 15 anos (1981-1996), escreve atualmente para *O Estado de S. Paulo*, *O Globo* e *Zero Hora*. Em 1989, publicou um ensaio sobre a chanchada, *Este mundo é um pandeiro*, editado pela Companhia das Letras, de São Paulo.

**Figura 2** - Primeira telenovela brasileira



A câmera da PRF3-TV se aproxima da atriz Lia de Aguiar: era a primeira telenovela — *Sua Vida me Pertence* —, em dezembro de 1951. Além das novelas, a TV incipiente dava grande destaque a peças teatrais completas, geralmente de autores clássicos. Tudo ao vivo

Destaca-se também, no país, a partir de 1951, a fabricação de televisores, que se expande rapidamente. Em 1955, já existem 8.500 e, no final da década, seriam 200.000<sup>69</sup>. Os receptores fabricados no Brasil facilitaram o acompanhamento, ainda no mesmo ano, dos capítulos da primeira telenovela brasileira. Com o título *Sua vida me pertence*, essa novela, escrita por Walter Foster, foi transmitida no período de 21 de dezembro de 1951 a 15 de fevereiro de 1952.

<sup>69</sup> AVILA, Carlos Rodolfo Amêndola. **A teleinvasão**: a participação estrangeira na televisão do Brasil. São Paulo: Cortez/ Universidade Metodista, 1982. p. 32.

**Figura 3** – Teleteatro: O Julgamento de João Ninguém



A TV Tupi, primeira emissora de televisão da América Latina, desapareceria em 16 de julho de 1980, 29 anos e dez meses depois da sua inauguração. O governo militar preferiu a cassação da concessão a liberar o canal para uma cooperativa de funcionários, após um período de crise financeira e greve de empregados na emissora paulista. O episódio foi registrado em vários jornais brasileiros, como o goiano *Diário da Manhã*:

#### **Dentel desliga a Rede Tupi**

Às 12h30 foram desligados os transmissores da estação no morro do Sumaré. A TV Tupi, canal 6, ZYB – 513 estava fora do ar para sempre depois de 30 anos <sup>70</sup>.

Nos dois primeiros anos, a televisão não passou de um eletrodoméstico de luxo das elites do país, por causa do seu alto custo. Um televisor custava, nessa época, nove mil cruzeiros, três vezes mais caro que uma vitrola<sup>71</sup> - o cálculo foi feito com base em

<sup>70</sup> Dentel desliga a Rede Tupi. *Diário da Manhã*. Goiânia. p. 6. 19 jul. 1980.

<sup>71</sup> A década de 1970 começa com 60% das famílias brasileiras fazendo parte do mercado de bens de consumo “modernos”, ou seja, possuindo pelo menos um eletrodoméstico como rádio, vitrola e TV. E, com o consumo de entretenimento pela televisão, surge mais um

dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), pioneiro na disseminação de informações e conhecimentos sobre a área econômica brasileira<sup>72</sup>. Na década de 1950, um segundo de publicidade custava 200 cruzeiros, bem mais barato que a propaganda em rádio ou em revistas, devido ao pequeno número de aparelhos existentes (em 1951, havia só 375 televisores em São Paulo)<sup>73</sup>.

A implantação da televisão culmina com a política econômica do governo Juscelino Kubitschek, cujo núcleo básico era o Programa de Metas, e que constituía o comprometimento prioritário de sua campanha.

A partir do Plano de Metas, o governo brasileiro atraiu investimentos estrangeiros para ampliar o parque industrial do país. Relevante seria o seu papel como administrador do desenvolvimento, estabelecendo as condições para a proeminência econômica do capital oligopolista multinacional e associado, transformando-se em produtor direto de bens e serviços estratégicos para a infraestrutura<sup>74</sup>.

O desenvolvimento juscelinista procurava dissimular o domínio real do capital. Essas inversões de capital externo redefiniam a importância do Estado favorável aos interesses multinacionais e à ocupação de postos burocráticos na administração:

Apesar de expressiva presença do Estado na economia, ele “não orientava” a nova estrutura de produção. Pelo contrário, era o capital transnacional que, tendo penetrado os setores dinâmicos da economia, controlava o processo de expansão capitalista<sup>75</sup>.

---

meio de exposição para o produto da indústria fonográfica. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/>>.

<sup>72</sup> Vinculado ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o IPEA produz pesquisas, projeções e estudos macroeconômicos, setoriais e temáticos com o intuito de subsidiar o governo na produção, análise e difusão de informações voltadas para o planejamento e a formulação de políticas.

<sup>73</sup> Disponível em: <<http://www.30anosdehistoria.hpg.ig.com.br/tv.htm>>. Acesso em: 22/01/2006.

<sup>74</sup> DREIFUSS, René Armand. **1964**: a conquista do Estado. Petrópolis: Vozes, 1987. p. 34-35.

<sup>75</sup> Idem. Op. cit.

O processo de crescimento econômico assegurava e legitimava as ações do governo, em contrapartida, esse apoio era avalizado pela aliança entre Partido Social Democrata e Partido Trabalhista Brasileiro. Isso favorecia a aliança entre os coronéis do PSD (que desejavam manter o *status quo* no campo e receber subsídios federais, controlando o eleitorado) e os políticos populistas do PTB, que controlavam a clientela urbana, por meio dos sindicatos e Previdência Social. Kubitschek conseguiu criar um clima de confiança nas instituições e no governo. Catalisou a esperança da sociedade, fazendo surgir uma mentalidade desenvolvimentista. Tratava os brasileiros em seus discursos como soldados do desenvolvimento e focalizava a industrialização acelerada como “imperiosa necessidade” e verdadeira “condição de vida”.

## Televisão em um país censurado

Noventa milhões em ação pra frente, Brasil do meu coração. Todos juntos vamos, vamos, pra frente, Brasil, salve a Seleção. De repente é aquela corrente pra frente, parece que todo o Brasil deu a mão Todos ligados na mesma emoção, tudo é um só coração. (“Pra frente Brasil”, marcha de Miguel Gustavo).

De olho vidrado na televisão, o brasileiro acompanhava os feitos da seleção tricampeã no México e entoava o refrão: “Todos juntos vamos, vamos, pra frente, Brasil, salve a Seleção”. O noticiário e as novelas da TV eram censurados e reeditados com imagens de paz, prosperidade e tranquilidade social.

A televisão, que trazia alegria e fazia o povo sonhar, logo se tornou o meio para manipular as massas. Tal instrumento se evidencia na gestão do Presidente Médici, que entevia na televisão uma forma de viabilizar seu projeto de governo, máquina repressora exemplar, cujo principal objetivo era difundir a ideia de progresso e a doutrina de segurança. Médici expressava a centralização do poder e a censura aos meios de comunicação, ao dizer:

Sinto-me feliz todas as noites quando ligo a televisão para assistir o jornal (sic). Enquanto as notícias dão conta das greves, agitações, atentados e conflitos em várias partes do mundo, o Brasil marcha em paz, rumo ao desenvolvimento. É como se eu tomasse um tranquilizante após um dia de trabalho<sup>76</sup>.

Final da década de 1960, censura institucionalizada, a repressão vigorava em nome da segurança nacional e do combate à subversão comunista. Os *outdoors* exibiam em letras grandiosas: “Brasil: ame-o ou deixe-o”, ou melhor, “ame-o ou morra”. A que o deboche popular acrescentaria: “o último a sair apague a luz”.

Essas eram as condições impostas aos civis. Inconformados com a supressão dos direitos individuais, artistas, compositores e poetas reclamavam. Um deles foi Chico Buarque de Holanda, que expressou na sua produção artística o clima da época. Seu descontentamento inspira-o a compor a letra do samba *Apesar de você*<sup>77</sup>. Chico reagiu ao escrever na letra da música, “Hoje você é quem manda/ Você que inventou esse estado/ Esqueceu-se de inventar / o perdão”, não falando de lado, mas, olhando para frente; questionando a censura existente em todas as áreas, jornais, revistas, livros, rádio, filmes, teatro, músicas, ensino, principalmente sob a alegação de preservar a moral da família brasileira.

Os militares investiram na infraestrutura necessária à ampliação da abrangência da televisão e aumentaram seu poder de influência na programação por meio de regulamentações, censura e políticas culturais normativas. As telecomunicações foram

---

<sup>76</sup> NADINE, Habert. **A década de 70 (Apogeu e crise da ditadura militar brasileira)**. São Paulo: Ática, 1992. p. 8.

<sup>77</sup> “Hoje você é quem manda/ Falou, tá falado/ Não tem discussão/ A minha gente hoje anda/ Falando de lado/ E olhando pro chão, viu/ Você que inventou esse estado/ E inventou de inventar/ Toda a escuridão/ Você que inventou o pecado/ Esqueceu-se de inventar/ O perdão.”

HOLLANDA, Chico Buarque de. **Chico Buarque, letra e música** (incluindo gol de letras de Humberto Werneck e Carta ao Chico de Tom Jobim). São Paulo: Cia das Letras, 1985. p. 92.

consideradas estratégicas na política de desenvolvimento e integração nacional<sup>78</sup>.

A ditadura militar é motivada pela preocupação em manter estruturas e pessoas sob controle, e isto se dá através das campanhas que enfatizam o progresso, o avanço para o interior do país e a defesa dos interesses nacionais.

A expansão dos bens de consumo foi impulsionada pela criação de um sistema de crédito ao consumidor e pela intensa divulgação de produtos e serviços. A TV foi um importante instrumento para a ampliação e unificação do mercado interno, verificando-se alterações nos padrões de consumo dos assalariados<sup>79</sup>.

Em meados dos anos 1960, existiam dez emissoras de televisão em funcionamento. Essa expansão exigia, portanto, regulamentação, o que proporcionou a elaboração do Código Brasileiro de Telecomunicações, aprovado pelo Congresso Nacional em 27 de agosto de 1962, promulgado pela Lei nº 4.117/62. A entrada em vigor desse código constitui-se num avanço para o setor, pois dava garantias às concessionárias. Entretanto, seu projeto era de inspiração militar, identificava-se com as teses de integração nacional, de segurança e desenvolvimento divulgadas na Escola Superior de Guerra (ESG)<sup>80</sup>.

Três anos depois, com proposta de uma política modernizadora para as telecomunicações, em 1965, foi criada a Embratel, como uma das principais estratégias do governo instaurado com o golpe militar. Nesse mesmo ano, o Brasil se associava ao Sistema Internacional de Satélites (Intesalt) e, em 1967, criava-se o Ministério das Comunicações. Antes da criação de um ministério específico, o setor estava subordinado ao Ministério da Viação e Obras Públicas (Mivop). Iniciava-se a construção de um sistema de micro-ondas, que foi inaugurado em 1968, permitindo a interligação de todo o território nacional. Isso significava a superação de dificuldades tecnológicas das quais padecia a televisão na década de 1950.

<sup>78</sup> HAMBURGER, Éster. Diluindo fronteiras: a televisão e as novelas do cotidiano. **História da Vida Privada no Brasil**: contrastes da intimidade contemporânea. v. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 454.

<sup>79</sup> Idem.

<sup>80</sup> PRIOLLI, Gabriel. A tela pequena no Brasil grande. **Televisão & Vídeo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1985. p. 31.

Ainda nesse período, foram regulamentadas as programações ao vivo. Em 1965, surgiu aquela que se tornaria a maior rede de televisão, a Globo, tendo, inicialmente, o respaldo financeiro e técnico do grupo americano *Time/Life*. O envolvimento americano da TV Globo foi subsequentemente eliminado, embora isto só viesse a acontecer depois que ela usufruiu das vantagens econômicas e da experiência gerencial estrangeira<sup>81</sup>.

No ano de 1967, fundamentado no Ato Institucional nº 4, o governo militar, por meio do Decreto-Lei nº 236, promoveu modificações na Lei 4.117/62, estabelecendo novas normas, que passaram a reger o exercício das concessões de canais de rádio e de televisão.

O documento estabeleceu que pessoas jurídicas e estrangeiras não podiam participar da sociedade e/ou dirigir empresas de radiodifusão. Determinou, ainda, que a origem e o montante dos recursos financeiros dos interessados em desfrutar concessões deveriam ser aprovados. Colocou, também, sob a dependência de aprovação prévia do Conselho de Telecomunicações (Contel) e, depois, do Ministério das Comunicações, todos os atos modificativos da sociedade, assim como contratos com empresas estrangeiras.

Ficou determinado, também, por esse mesmo decreto, que cada entidade só poderia obter concessão ou permissão para executar serviços de televisão de, no máximo, dez estações em todo o território nacional, limitando-se em cinco o total em *Very High Frequency* (VHF) - canais 2 a 6. Após o decreto nº 236/67, nenhuma modificação substancial foi promovida no regime jurídico da radiodifusão até o ano de 1988.

O fato de ter sido do capital privado e, no caso, familiar, o instrumento de implantação da TV no Brasil tornou o investimento uma atividade dependente da renda publicitária. A TV procurou imprimir seus traços e salientar sua força e sua identidade por meio de programas que tinham o nome de seus patrocinadores.

---

<sup>81</sup> HERZ, Daniel. **A história secreta da Rede Globo**. Porto Alegre: Editora Tchê Ltda, 1987. p. 133.

### 3.

## Imprensa no centro-oeste brasileiro

Possuído, pois, de hum verdadeiro Patriotismo, so tendo em vista o bem ser da Nação [...], creio que assim mesmo hirei dissipando as trevas, ate que os Espíritos illuminados queirao espalhar suas luzes(sic)<sup>82</sup>.

O Jornal Matutina Meiapontense surgiu na cidade de Meia Ponte (depois Pirenópolis), em Goiás, em 1830, ano em que era disciplinada a conduta da imprensa<sup>83</sup>. Durante o Império, havia uma relativa liberdade. Entretanto, no primeiro editorial do jornal registra-se que a liberdade era parcial, uma vez que se combatia o Absolutismo e pregavam-se os princípios liberais, defendendo a liberdade de pensamento e, principalmente, os interesses goianos. Sua impressão era realizada no arraial de Meia Ponte, depois de Pirenópolis, a 26 léguas<sup>84</sup> da capital, denominada Goiás. O primeiro número circulou em 5 de março de 1830<sup>85</sup>.

Até a proclamação da Independência, havia, portanto, no Brasil: a Imprensa Régia e as oficinas da Bahia, do Pernambuco,

---

<sup>82</sup> Frase de Pe. Luiz Gonzaga de Camargo Fleury, editor. In: Jornal Matutina Meyapontense. Pirenópolis, n. 1, 5 mar. 1830.

<sup>83</sup> **Carta de lei de 22 de novembro de 1823.** Regula a liberdade de imprensa. **Carta de lei de 20 de agosto de 1830.** Dos abusos da liberdade de exprimir os pensamentos por impressos, por palavras e manuscritos, e das penas.

<sup>84</sup> Uma légua tem aproximadamente cinco mil e quinhentos e cinquenta e cinco metros. (5.555 m).

<sup>85</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983. p. 105.

do Maranhão e do Pará, essas autorizadas; e mais as duas em Vila Rica e outras seis do Rio de Janeiro, fundadas após o Alvará do Príncipe-Regente, de 28 de agosto de 1821, proclamando liberdade de imprensa. Na versão de Rizzini:

Em Goiás, por Meia Ponte, 1830, introduzido por Joaquim Alves de Oliveira, que já ali criara uma Biblioteca Pública, correndo a *Matutina Meiapontense*<sup>86</sup>.

No século XVIII, medidas punitivas foram aplicadas aos que ousaram editar um periódico. Contrariando o veto do Império à aquisição de uma tipografia, Joaquim Alves de Oliveira trouxe as cargas com utensílios de tipografia do Rio de Janeiro. Chegou a Goiás no dia 31 de dezembro de 1829. Três meses depois, no dia 5 de março de 1830, era editado o primeiro jornal.

O estado de Goiás, no referido ano, não tinha mais do que 60 mil habitantes e seus principais núcleos urbanos concentravam-se na região sul, tendo a cidade de Goiás, capital da Província, uma população estimada em 10 mil habitantes.

O redator, Padre Luiz Gonzaga de Camargo Fleury, fundou o *Matutina Meiapontense* sob os auspícios do liberalismo. Para ele, nenhum outro nome parecia tão propício ao periódico. No dizer do mesmo, a luz matutina muito pouco clareava, mas era a precursora do dia e assim iria dissipar as trevas, até que espíritos iluminados espalhassem suas luzes<sup>87</sup>.

A ideologia liberal presente no jornal destaca que o papel da imprensa era de propagar o saber e a instrução como requisitos para o progresso e união da Pátria. Na versão de Braz de Pina, o *Matutina* concentrava-se nos atos do governo e no repasse de notícias dos centros do país<sup>88</sup>.

<sup>86</sup> RIZZINI, Carlos. **O Jornalismo antes da Tipografia**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977. p. 187.

<sup>87</sup> **JORNAL Matutina Meiapontense**. Pirenópolis, p. 1, n. 1, 05/03/1830.

<sup>88</sup> PINA, Braz de. **História da Imprensa**. Goiânia: Cerne, 1971. p. 40.

O Matutina Meiapontense circulou no período de 1830 a 1834 com um total de 526 números. Saía às terças e sextas-feiras. A partir do número 25, passou a sair três vezes: às terças, quintas e aos sábados, até o número 332, quando voltou a circular duas vezes por semana, às quartas-feiras e aos sábados. Era impresso em quatro páginas, em papel almaço, contendo duas colunas. A partir do número 179, de 21 de maio de 1831, passou a trazer, no cabeçalho, as seguintes inscrições: “Os reis só são legítimos quando governam com a Constituição. O direito de resistência é direito público de todo povo livre”.

A imprensa divulgava que o impasse entre as forças políticas regionais, neste jogo de transições, representava as visões pluralizadas da sociedade. Ao longo do século seguinte, seria a modelizadora da tendência de desenvolvimento da região sudoeste goiana e, por fim, da construção de Goiânia, capital que seria o novo centro político, econômico e financeiro. Vários jornais passaram a circular neste período, tais como: o Correio Oficial de Goiás, o Goyano, a Gazeta Oficial, O Tocantins e outros.

O Informação Goyana trazia a seguinte nota:

O assunto mais palpitante neste momento em todo o Estado é o da mudança da sua capital, projectada pelo Interventor Pedro Ludovico para outro local. No interior do Estado reina um verdadeiro entusiasmo pela idéia, sendo que a maioria é pela transferência da sede do governo. Na Capital, entretanto, dous terços são a favor, sendo a maioria contrária composta de grandes proprietários<sup>89</sup>.

A Imprensa Oficial começa em 18 de março de 1836, quando o presidente da Província de Goiás, José Rodrigues Jardim, assinou a Resolução nº 24, aprovando o contrato de compra e venda celebrado com o comendador Joaquim Alves de Oliveira sobre a tipografia que se achava instalada em Meia Ponte.

<sup>89</sup> **JORNAL Informação Goyana**. Rio de Janeiro, 1932.

Nesse mesmo dia foi sancionada a Lei nº 16, fundando a Imprensa Oficial e, conseqüentemente, o Correio Oficial, como se depreende do artigo 2º, que registra: “Artigo 2º - O governo fica autorizado a despender o que for necessário para a impressão das leis provinciais e demais objetos marcados nesta lei e com a redação de uma Folha Oficial, que sairá duas vezes por semana”.

Em 12 de agosto de 1837, o presidente Luiz Gonzaga de Camargo Fleury sancionou a Lei nº 58, disciplinando o funcionamento da tipografia e da Imprensa Oficial.

Determinava a supracitada lei que a tipografia fosse administrada por um diretor, que também seria o seu redator, por cujo trabalho receberia a gratificação de 400\$000 (quatrocentos mil réis). E o indicava como “responsável pela guarda e asseio do estabelecimento”, bem como “pelos erros da tipografia que transtornassem o sentido das leis e mais impressos, fazendo-se a reimpressão à sua custa”<sup>90</sup>.

Devido a doença do 1º tipógrafo, Joaquim Ayres de Maya, a edição só passou à normalidade em 26 de agosto de 1837. Daí em diante, às vezes sem regularidade, circulou até 1890. Desse ano até 1894, os atos do governo foram publicados no *Goyaz*, órgão do partido considerado dominante, até 1906.

De 1906 a 1909, editou-se o *Semanário Oficial*. Em 1912, reapareceu o *Correio Oficial* e, em 1914, os atos oficiais passaram a ser publicados no *A Imprensa*.

Em janeiro de 1915 retorna o *Correio Oficial*, editado em tipografia particular contratada e, em 11 de maio de 1918, passa a ser impresso em tipografia do Estado.

No dia 31 de dezembro de 1943, atendendo ao que fora decidido pela Primeira Reunião de Diretores das Imprensas Oficiais, realizada em maio na Capital da República, encerra-se a circulação do Correio e, pelo Decreto-Lei nº 8.304/43, suas atribuições passam à responsabilidade do Diário Oficial, cuja primeira edição data de 12 de janeiro de 1944. Esse, inicialmente, não considerou a existência do Correio e estampou em seu cabeçalho o

<sup>90</sup> Disponível em: <<http://www.imprensa.macau.gov.mo/pt/links/record.asp>>. Acesso em: 22/02/2006.

“ANO I – NÚMERO 1”. Treze meses depois, em 28 de fevereiro, por decisão de diretoria, optou-se por resgatar a origem do Correio, corrigindo o cabeçalho do jornal e considerando o 108º ano de existência da Imprensa Oficial do Estado de Goiás.

Com o advento da reforma administrativa promovida pelo governador do Estado de Goiás, na forma da Lei Estadual nº 13.550, de 11 de novembro de 1999, o Consórcio de Empresas de Radiodifusão e Notícias do Estado (CERNE) – empresa pública, detentora de algumas empresas consorciadas, entre as quais a Gráfica de Goiás que cuida precipuamente da confecção do Diário Oficial e Diário da Justiça, bem como sua veiculação, circulação e arquivos – entrou em processo de liquidação<sup>91</sup>.

A mudança da capital almejada desde os séculos XVIII e XIX ressurgia por meio da habilidade política do interventor Pedro Ludovico, no momento em que viu ruir seu plano de controlar a política regional, com o plano de saneamento e higienização, em razão da falta de apoio financeiro do governo federal. Tal estratégia de poder tomaria conta da política goiana praticamente por toda a década de 1930 e estaria na ordem do dia do Estado, ou no interior de Goiás ou na efervescente política da cidade de Goiás, ainda capital<sup>92</sup>.

O jornal Opção<sup>93</sup> publicou uma versão diferente sobre a temática da mudança da capital em entrevista com Jaime Câmara:

Pedro Ludovico conseguiu porque foi inflexível. Com ele, era oito ou oitenta; sim, sim, não, não e todos sabiam disso, principalmente seus adversários que chegaram a conclusão de

<sup>91</sup> A Lei Estadual no 13.550, de 11 de novembro de 1999 criou a Agência Goiana de Comunicação – AGECOM, que absorveu todas as empresas do CERNE, inclusive a Gráfica de Goiás, que cuida da impressão, circulação, arquivo e divulgação do Diário Oficial, tendo o caráter de Imprensa Oficial do Estado de Goiás. Disponível em: <<http://www.imprensa.maca.gov.mo/pt/links/record.asp>>.

<sup>92</sup> CHAUL, Nasr Fayad. **Caminhos de Goiás**: da construção da decadência aos limites da modernidade. Goiânia: UFG, 2001. p. 206.

<sup>93</sup> Em 1976, na cidade de Goiânia, surge o Opção, passando a diário sob o nome de Jornal Opção, em 25 de março de 1979. Diretor e fundador: Herbert Moraes Ribeiro. Editor Geral: José Luiz Bittencourt. In: TELES, José Mendonça. **A imprensa matutina**. Goiânia: CERNE, 1989. p. 65.

que só iriam impedi-lo dos seus planos caso o matassem. Havia um apoio dissimulado de toda população de Goiás, exceção feita aos Caiados que, por interesses políticos, eram contrários por tradição a tudo que partia do governo estadual<sup>94</sup>.

Segundo o jornal *Diário da Manhã*<sup>95</sup>, logo após o lançamento da pedra fundamental de Goiânia, 24 de outubro de 1933, os periódicos surgiam de acordo com as conveniências políticas<sup>96</sup>. As atividades jornalísticas resumiam-se a matérias preparadas pelos jornalistas Joaquim Câmara Filho, Celso Hermínio Teixeira, Venerando de Freitas Borges, Guimarães Lima, Vasco dos Reis Gonçalves.

Em 1934, o Departamento de Propaganda e Expansão do Estado, dirigido pelo jornalista Joaquim Câmara Filho, distribuía para a imprensa estadual e nacional a cobertura da transferência da sede do governo para Goiânia.

Em junho de 1935, circulava o *Nova Goiaz* sob a direção de Baltazar dos Reis, impresso em tipografia de propriedade de Germano Roriz. Em 20 de novembro de 1935, surgia o jornal *Goiânia*, sob a orientação de Carlos Pierucetti e impresso na cidade de Araguari.

O *Correio Oficial*, posteriormente denominado *Diário Oficial*, passou a circular em Goiânia, em 8 de abril de 1936, dirigido pelo jornalista Celso Hermínio Teixeira. A redação do órgão funcionava em uma casa de madeira nas proximidades do córrego Botafogo e as suas oficinas ocupavam o prédio de propriedade do português Alípio Mendes Ferreira, situado na Avenida Anhangueira, esquina com a Rua 24.

Em 3 de outubro de 1936, surge o primeiro número do *Jornal de Goiânia* tendo como diretores Venerando de Freitas Borges, Vasco dos Reis Gonçalves e Guimarães Lima. Era impresso na tipografia de Leônidas Schwindt (Av. Bahia, nº 88, bairro Campinas).

<sup>94</sup> JAIME Câmara: os tempos de mudança. **Opção**. Goiânia, p. 11, 28 maio a 3 jun. 1978.

<sup>95</sup> O JORNAL Cinco de Março. Goiânia, p. 7. 10 a 16 mar 1980. Registra o lançamento do *Diário da Manhã*. Fundadores: Batista Custódio e Consuelo Nasser. Deixou de circular em 1984, retornando em 1986.

<sup>96</sup> NOS JORNAIS, a história viva de Goiânia. **Diário da Manhã**. Goiânia, p. 3, 24 out., 1983.

Com a mudança da capital de Vila Boa (Goiás Velho) para Goiânia, a Jaime Câmara comprou a parte de seu sócio Henrique Pinto Vieira e, após dois anos, transferiu a papelaria e a tipografia para a nova capital. A firma J. Câmara e Irmãos S. A (1937) foi formada com Joaquim Câmara Filho, Jaime Câmara e Vicente Rebouças Câmara.

**Figura 4** - Primeira sede da Tipografia *O Popular*



*A primeira sede, na Avenida Anhanguera, então Bairro do Botafogo*

A ideia de fazer circular o jornal denominado *O Popular*<sup>97</sup> foi consolidada no dia 3 de abril de 1938. Tinha dez funcionários e direção de Joaquim Câmara Filho. Inicialmente, o periódico era bisemanário e tinha uma tiragem de três mil exemplares, tornando-se diário em 1944. Em 1952 circulou a primeira edição em cores de um jornal no Estado de Goiás:

Quando o primeiro Câmara, Joaquim transferiu-se para Goiás na década de 30 vindo do Rio Grande do Norte onde era fazendeiro, sua missão consistia em assessorar o interventor do Estado. Quase em seguida, dois irmãos de Joaquim, Jaime e Rebouças seguiam seus passos. A família estabeleceu-se em Goiás Velho fundando uma tipografia e um jornal que teve vida curta. Em 1937, Goiânia tornou-se capital do Estado e a empresa foi transferida para lá. Da impressora da família Câmara, saiu o primeiro semanário da cidade: *O Popular* – que anos mais tarde foi transformado em diário, hoje o mais tradicional do estado<sup>98</sup>.

<sup>97</sup> Na versão de Marques de Melo, o jornal *O Popular* passou por seis fases tecnológicas. A primeira, de 1938 a 1944, foi a fase das caixas tipográficas e de uma impressora manual Marinoni, italiana, quando o jornal era feito de forma artesanal; a segunda, de 1944 a 1949, o jornal passou a circular diariamente, impresso numa Frankental alemã, com capacidade para apenas duas páginas; a terceira, de 1959 a 1970, coincide com a passagem para sede própria e o jornal sendo impresso numa rotoplana Büller Duplex suíça, com capacidade de impressão de até 4 mil exemplares por hora; a quarta, de 1970 a 1981, vai fazer de *O Popular* um dos primeiros jornais brasileiros a adotar o sistema de impressão *offset*, com a utilização de uma impressora Goss *Communit* de 4 unidades e 16 páginas; a quinta, de 1981 a 1995, assinala a transferência do jornal para a nova sede no Setor Serrinha e a ampliação de seu sistema de impressão, com a aquisição de mais quatro unidades e *deck* de cores, atingindo uma capacidade de 28 mil exemplares por hora; a sexta fase começa em 1995. Foram feitas aquisições de novas unidades de impressão Goss, ampliando a capacidade de impressão para 74 mil exemplares por hora. O novo sistema também permitiu o aumento de impressão a cores. Nessa mesma época, iniciou-se o processo de informatização da redação e dos setores de produção, que hoje estão totalmente informatizados. Repórteres, editores e formatadores passam a trabalhar em computadores diretamente na produção final das páginas, reduzindo prazos e tarefas de produção. Um novo projeto gráfico do jornal foi implantado em 1996 sob a supervisão do designer Mário Garcia, consultor internacional de projetos gráficos, que é o responsável pelas maiores transformações nos jornais brasileiros na última década. In: MELO, José Marques (Org.). **De Belém a Bagé: imagens midiáticas do natal brasileiro**. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo/ Cátedra Unesco, 1998. p. 202.

<sup>98</sup> ORGANIZAÇÃO Jaime Câmara: um feudo da comunicação no coração do Brasil. **O Popular**. Goiânia, p. 9, 27 jul.1980.

Em 2 de julho de 1939, sob a direção de Gerson Castro Costa, surge o *Folha de Goiaz*. Em 1943, as oficinas do referido jornal foram adquiridas pelos Diários Associados e, posteriormente, às Empresas Reunidas de Comunicação. O *Folha* estava situada na Avenida 24 de outubro no Bairro de Campinas. Tornou-se diário em 20 de janeiro de 1946.

Em 1937, Getúlio Vargas reconduziu Pedro Ludovico<sup>99</sup> à interventoria em Goiás. Acaba a oposição à mudança da capital da cidade de Goiás para Goiânia. A política estadonovista procurava divulgar que a Marcha para o Oeste constituiria o fruto de uma prática inédita no Brasil, ou seja, a interiorização do país.

Dentro da chamada Marcha para o Oeste, Goiânia seria o símbolo do Brasil novo, do progresso, que levaria o Estado de Goiás a sair do marasmo político-econômico, além de representar o novo tempo que se estruturava nos horizontes nacionais<sup>100</sup>.

A capital se ergue com e para o capital. Novos espaços são delineados; arquitetonicamente, são construídos vários edifícios, entre eles, em 1947, o edifício-sede da Associação Comercial na principal Avenida, a Goiás, espaço urbano onde se consolidaria o complexo de comunicação da Organização Jaime Câmara<sup>101</sup> (OJC). Em 1954, foi fundada a Rádio Anhanguera, incorporada definitivamente ao grupo em 1961.

Outros jornais tiveram destaque no contexto político goiano, tais como: o *Jornal do Povo* (Alfredo Nasser), *O Social* (Venerando de Freitas Borges), *o Estado de Goiaz* (Alberto Xavier de Almeida), *Goiás-Moço* (1948), *Goiânia* (1948), *Brasil-Central* (1949), *O Tempo* (1949), *Goiás-Desportivo* (1950), *Jornal de Goiás* (1950), *Jornal de Notícias* (1952), *O Momento* (1953), *Imprensa de Goiás* (1955), *Jornal Oió* (1957) e *Reportagem Esportiva* (1958).

---

<sup>99</sup> Pedro Ludovico era médico pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Depois de formado, retornou a Goiás para praticar a profissão, inicialmente, em Rio Verde. Mas a vida acadêmica ensinou-lhe também a arte da política, que exerceu com maestria durante toda sua existência. Governou o estado por cinco mandatos, três como Interventor e dois como Governador eleito. Foi Senador por três vezes e sua luta pela redemocratização do país levou à cassação de seu mandato, em 1968. Ludovico morreu em 1979. Disponível em: <[http://www.achetudoeregiao.com.br/GO/Goiania\\_sua\\_historia.htm](http://www.achetudoeregiao.com.br/GO/Goiania_sua_historia.htm)>.

<sup>100</sup> CHAUL, Nasr Fayad. *Idem*. Ibidem. p. 230.

<sup>101</sup> Em Março de 2013 foi lançada a nova marca do Grupo Jaime Câmara. A nova marca foi criada com o intenção de renovar a imagem da empresa.

O *Cinco de Março* foi fundado em março de 1959 por Batista Custódio, Consuelo Nasser e Telmo Faria, semanário classificado como opinativo que nasceu para combater a violência da classe estudantil. O *Diário do Oeste* foi fundado no mesmo ano, em 13 de dezembro, por Waldemar Gomes de Melo.

O pioneiro jornal *Matutina Meiapontense* e outros jornais do sul de Goiás consolidaram a imprensa goiana. Na porção setentrional goiana, o primeiro periódico surge em 1891 na cidade de Porto Nacional. Depois vieram O Incentivo (1901), Norte de Goiás (1905), Jornal do Povo (1920), O Corisco (1927), Voz do Norte (1929), O Norte (1929), A Palavra (1938), Correio do Norte (1948), O Tocantins (1950), O Goiás Central (1950), Ecos do Tocantins (1951), A Norma (1953) e O Estado do Tocantins (1956).

Nas obras sobre a imprensa goiana, os jornais nortenses são apenas catalogados, mencionando o local de publicação e editores<sup>102</sup>. Em prol do separatismo, surgiram alocações solitárias, por meio da imprensa local. Exemplifica-se, sobretudo, o jornal Ecos do Tocantins, que publicou 600 edições semanais entre 1951 e 1961, em Pium, do O Estado do Tocantins, que circulou entre 1956 e 1960, em Porto Nacional, e do Anuário do Tocantins, em 1957, o primeiro almanaque cultural e político da região, também de Pium. Esses veículos, ao aludirem em seus cabeçalhos o nome “Estado do Tocantins” e reclamarem em suas páginas o separatismo, tornaram-se periódicos a serviço não apenas das elites políticas e econômicas da região, mas também a serviço da sociedade do norte, servindo, inclusive, como suporte para as diversas manifestações separatistas<sup>103</sup>.

<sup>102</sup> Para exemplificar, os livros de PINA FILHO, Braz Wilson Pompeu de. Goiás: **História da Imprensa**. Goiânia, [?] 1971; de TELES, José Mendonça. A imprensa Goiana – síntese histórica. In: TELES, José Mendonça. **A imprensa Matutina**. Goiânia: Cerne, 1989; SILVA, Otávio Barros da. **Breve História do Tocantins e Sua Gente: uma luta secular**. Araguaína: Fieto, Brasília: Solo editores, 1996.

<sup>103</sup> COSTA, Lailton. et al. Folha do Norte (1891 – 1894): o jornal pioneiro da imprensa tocantina. In: I ENCONTRO NACIONAL DA REDE ALFREDO DE CARVALHO, 2. **Artigo apresentado...** Florianópolis, de 15 a 17 de abril de 2004. GT História da Mídia Impressa. p. 3.

## Da programação regional à integração nacional

A transposição das notícias do jornal escrito para o jornal televisionado tinha a seguinte trajetória: os primeiros noticiosos eram locuções no esquema radiofônico. Os telejornalistas liam as notícias, quase sempre recortadas dos jornais pertencentes às empresas Diários Associados (Folha de *Goiáz* e TV Rádio Clube) e Organização Jaime Câmara (O Popular e TV Anhanguera). A TV Rádio Clube de Goiânia (TV Goya, canal 4) surgiu em 7 de setembro de 1960, quando a televisão brasileira era muito recente<sup>104</sup>.

O Consórcio de Empresas de Radiodifusão e Notícias do Estado (CERNE), órgão de comunicação do Governo de Goiás, vinculado à Secretaria do Governo, foi criado pela Lei nº 4.034, de 6 de junho de 1962, como autarquia e, posteriormente, transformado em empresa pública por meio da Lei nº 7.600, de 30 de novembro de 1972. Integram o consórcio as emissoras de rádio AM e FM e a Televisão Brasil Central. “Senhoras e senhores, entra no ar, neste instante, a Televisão Anhanguera em caráter experimental”<sup>105</sup>.

Essas palavras foram pronunciadas pela garota-propaganda Marilene Andrade Galotti na estreia da TV Anhanguera que fazia concorrência com a TV Rádio Clube (Canal 4), líder absoluta de audiência em Goiânia. Estava lançada a base do que viria a se constituir num enorme complexo de telecomunicação do Centro-Oeste.

Após o registro legal da empresa, foi requerida a concessão de um canal ao presidente em 1963, Marechal Castelo Branco. A concessão foi autorizada e o canal denominado de Televisão Anhanguera S/A, Canal 2, fez sua primeira transmissão em 23 de outubro daquele ano.

<sup>104</sup> **Telejornalismo em Goiás (1)**. Opção. Goiânia, 23 jun. 1979.

<sup>105</sup> Em seus 21 anos a consolidação de um veículo informativo. **O Popular**. Goiânia, 23 out.1984.

**Figuras 5 - Primeiro ícone da TV Anhanguera**



Anhanguerinha: primeiro ícone da TV Anhanguera

A OJC adotou como logotipo o desenho de um bandeirante vestido como um soldado empunhando um trabuco (espingarda de um só cano) curto e de boca larga. Essa arma de fogo tinha longo alcance e era muito usada pelo exército. A Jaime Câmara tenta introjetar no telespectador a imagem do bandeirante Anhanguera<sup>106</sup>: desbravador, determinado a alcançar os mais distantes rincões goianos. A torção do corpo do bandeirante na primeira imagem indica movimento, inquietude e dinamismo. O logotipo evidenciava a predominância das cores cinza e preto, a primeira cor simboliza a inteligência e sensibilidade, o preto indica a tradição. A mão direita do *Anhanguerinha* segura firme a arma, símbolo de poder e autoridade. Com a mão esquerda abre caminho para a luta e, no segundo, segura o balão com a palavra “apresenta”. A conotação vai se estabelecendo paralelamente à figura decorrente dos procedimentos tais como: a pose, os objetos, a estética e a sintaxe<sup>107</sup>. O exercício de análise do ícone estimula

<sup>106</sup> Anhanguera - palavra de origem tupi que significa “Diabo velho” ou “espírito do mau” para designar o bandeirante Bartolomeu Bueno da Silva que conquistou Goiás no século XVIII.

<sup>107</sup> Para análise de imagem, indicamos os livros: MOREIRO GONZÁLEZ, José Antonio et al. **O conteúdo da imagem**. Curitiba: Ed. UFPR, 2003. p. 30-107; NEIVA JR. Eduardo. **A imagem**. São Paulo: Ática, 1994. p. 5-13.

Para Roland Barthes, toda a imagem é portadora de uma dupla mensagem: uma codificada (conotação), que remete a um determinado saber cultural e seus significados e outra não codificada (denotação), cujo caráter analógico pressupõe a capacidade da imagem de reproduzir o real. BARTHES, Roland. **O óbvio e o obtuso**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990. p. 35-40.

a percepção visual e habitua a enxergar na logomarca uma radiografia do contexto histórico, pré-golpe militar.

Ademais, no período de 1964 a 1988, a concessão de licenças para exploração de frequências reforçou o controle exercido pelo Estado, pois tais permissões só eram concedidas a grupos que originalmente apoiavam as ações do Estado.

Nesse sentido, J. Câmara adequa-se à meta do governo de expandir os meios de comunicação para o interior do Brasil, amparado na legislação que permitia a criação de canais de televisão acima do Paralelo 13<sup>108</sup>. Essas concessões eram fornecidas pelo governo sem a necessidade de aprovação do Congresso Nacional. A lei 6.301 de 15 de dezembro de 1975 enunciava:

Art. 1º, parágrafo 1º- As emissoras [...] deverão operar dentro de elevados padrões técnicos e propiciar a cobertura necessária para atender, sobretudo, às *regiões de baixa densidade demográfica e reduzido interesse comercial*, e às localidades julgadas estrategicamente importantes para a integração nacional<sup>109</sup>.

Com sede própria e tendo como sócios Tasso José Câmara, Fernando Câmara e Tadeu Câmara Filho, a Organização Jaime Câmara se desenvolveu e prosperou, tornando-se uma das principais no ramo das telecomunicações do Estado, atuando em 145 dos 223 municípios goianos, nos anos de 1980<sup>110</sup>.

A cobertura da Globo atingia um total de 179 municípios dos 223 que compunham o Estado, ou seja, 75,1%. O jornal Cinco de Março informava outros dados<sup>111</sup>.

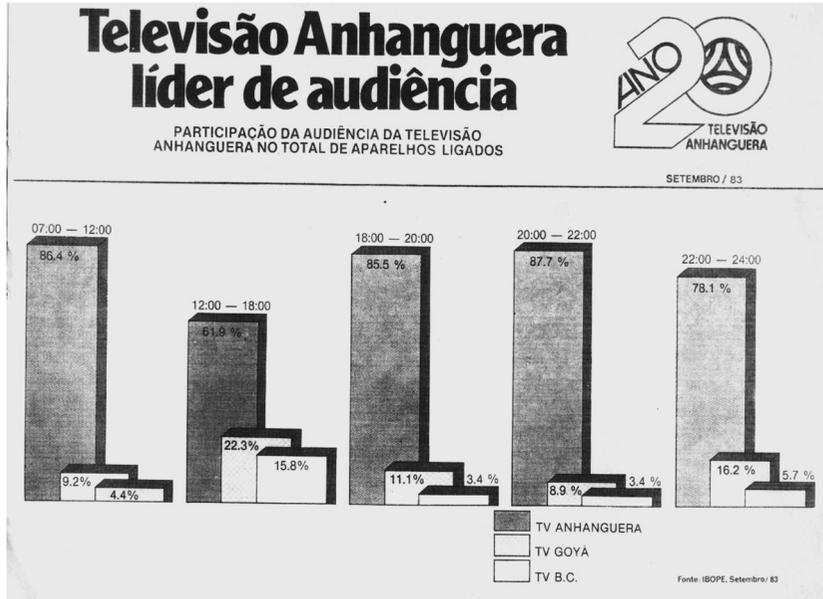
<sup>108</sup> Paralelo 13 corresponde a região norte do Estado de Goiás.

<sup>109</sup> BRASIL. Lei nº 6.301, de 15 de dezembro de 1975. Institui política de exploração de serviço de radiodifusão de emissoras oficiais. Diário Oficial da União, Brasília-DF, 16 dez. 1975.

<sup>110</sup> ORGANIZAÇÃO Jaime Câmara, um feudo da comunicação no coração do Brasil. **O Popular**. Goiânia, p. 26, 27 jul.1980.

<sup>111</sup> O DOMÍNIO da rede globo. **O Popular**. Goiânia, p. 2, 17 a 23 set. 1979.

Figura 6 – Participação da audiência da Televisão Anhanguera (1980)



No início, a emissora mantinha uma programação com filmes e programas ao vivo, como entrevistas e palestras.

Se O Popular era o veículo que puxava e sustentava os negócios da Organização Jaime Câmara, a partir de 63 cedeu seu lugar para a TV Anhanguera, Canal 2. Agora, sem qualquer dúvida, a Anhanguera se constitui no carro-chefe da empresa, graças ao seu extraordinário índice de audiência, detendo quase 99% do mercado, uma vez que, através de sua rede de retransmissoras, cobre todo o Estado de Goiás, utilizando-se de boa parte da programação da Rede Globo, a que está filiada, e em alguns programas de produção local, como *Mulher*, *Jornal do Campo*, *Jornal Nacional* (edição local), *Espaço Dois* e *Debate*.<sup>112</sup>

<sup>112</sup> O PERFIL de uma empresa que venceu. **O Popular**. Goiânia, p. 22, 3 abr.1982.

A *Hora do Ângelus* foi um programa produzido com o objetivo de lembrar “que são seis horas, o dia está terminando, mas que, com talento, esperança, coragem e fé, continuamos a fazer, sem dúvida, a melhor televisão do Centro-Oeste brasileiro”.<sup>113</sup> Assim, defendia o coordenador de marketing da empresa, que também reconheceu a responsabilidade dos funcionários e diretores da emissora ao transmitir uma programação que estaria exposta para ao julgamento de telespectadores residentes na capital.

Outra funcionária da empresa, dos primeiros anos e programas, a jornalista Magda Santos, recorda:

Naquele tempo, os programas (ou as crônicas) eram feitos em cima de, no máximo, duas a três imagens, ou seja, sem os recursos de hoje. Em 1964, surgiu o primeiro programa ao vivo, produção (super, para a época) de Fued Nacif (hoje, diretor do Grupo Executivo de Propaganda). O programa tinha duração de 60 minutos (contratual), mas o Fued fazia até 3 horas de programa, desde que o mesmo estivesse agradando (e sempre agradava). Muitos programas foram lançados depois com muitos nomes que ainda hoje estão no conhecimento, na lembrança e na ativa: Fued Nacif, Carlos de Souza, Silvio Medeiros, Pimenta Neto (teatro ao vivo), Ramos Jubé, Paulo Gonçalves, Jávier Godinho (produtor), Cici Pinheiro (primeira novela ao vivo), Fernando Galoti (animador e produtor), Arthur Rezende (animador e produtor), Coronel Hipopota (produtor e animador), Baltazar de Castro (programa de esporte), Draulas Vaz (esporte), Cunha Júnior (apresentador), Zezinho (hoje Chrislian), Lindomar Castilho (antes, Cabral), Edvaldo Leite, Aidê Maria, Shirley, Julio César, Maria das Graças, Thelma Fernandes, Randur Moreira, Conjunto Marquinho, (12

<sup>113</sup> FONSECA, Paulo Berrini da. Um pouco de história e estórias da Televisão Anhanguera. **O Popular**. Goiânia, 03 abr., 1982.

figurantes), Dona Odenete (pianista), Aparecida Amorim, Josafá Nascimento, Jacy Amorim, Gegé Barreiros (todos os cantores da época), ou seja, dos musicais da casa, cada um com seu horário na semana até completar a linha de show. O Sr. Vicente Carvalho e Vicente Rebouças muito trabalharam em prol do crescimento da TV no seu O Popular, uma vez que, na época (ou anos atrás), o Canal 4 (TV Rádio Clube) tinha tudo que a gente não tinha: os melhores filmes, os melhores desenhos e uma equipe de produção pra fazer shows ao vivo <sup>114</sup>.

Santos administrou o departamento artístico da TV por um longo período. No final dos anos de 1960, sem condições técnicas de transmitir ao vivo as notícias nacionais, a emissora gravava parte da programação em Brasília e remetia para Goiânia. Por esse motivo, Goiânia assistiu, em dois horários diferentes, o homem pisando no espaço lunar: “Um do canal 4 (TV Rádio Clube), outro do canal 2 (TV Anhanguera)”<sup>115</sup>. Para “furar” a concorrente, apresentando primeiro a chegada do homem à lua, a TV Anhanguera mobilizou uma equipe em tempo integral, dois carros – para se encontrarem no percurso Goiânia e Brasília – para repassar as fitas de gravação. Esse trabalho exigiu profissionalismo e envolvimento de todos os técnicos.

A Anhanguera colocou no ar suas primeiras imagens e programas de auditório com distribuição de brindes e apresentação de cantores locais. Como não havia os recursos oferecidos pelo videotape (VT), a televisão explorava a programação regional. Diariamente, realizavam-se programas de auditório, com participação do público. Aos poucos, conquistava a liderança da audiência.

Improvisos e criatividade eram fundamentais, haja vista que a programação era ao vivo, com entrevistas, sujeita a erros e imperfeições. Há episódios humorísticos, como o lembrado por Magda Santos,

---

<sup>114</sup> Idem.

<sup>115</sup> Idem. *Ibidem*.

[...] as pessoas não gostavam de colocar terno para as apresentações considerando cafonas as pessoas de casa que exigiam esse tipo de traje. Falar em fazer maquiagem para se entrar em cena era um verdadeiro ultraje, podia-se ofender a pessoa. Hoje, tanto homens como mulheres usam a maquiagem naturalmente, como um corretivo, forma de melhorar a imagem da pessoa<sup>116</sup>.

Alguns dos programas elaborados em 1969 foram veiculados até a década de 1980, como é o caso de *República Livre do Cerrado*, comandado pelo Coronel Hipopota. Outros programas permaneceram devido ao aval popular, caso específico de *O Mundo é das Crianças*, *O Musical no 2*, que evoluiria para o *Show em Dois Maior*, atuando como programa de variedades, reportagens, números musicais comandados por Magda Santos. *General Novilar comanda o Espetáculo* foi um dos programas ao vivo com prêmios, atrações musicais, tendo a duração de duas horas, apresentado por Fued Nacif.

A emissora ganha o Troféu Ana Terra pela apresentação de *Esta é a Resposta*, programa considerado o melhor da região Centro-Oeste na sua categoria, no final dos anos 1970.<sup>117</sup> Tinha caráter religioso, era produzido por evangélicos batistas.

### *Videotape e imagens a cores*

Quatro anos depois de iniciar seu funcionamento, em 10 de setembro de 1967, a TV Anhanguera sofreu o primeiro revés<sup>118</sup>. Um incêndio destruiu a estação, deixando um prejuízo de um bilhão de cruzeiros e a suspensão da transmissão da programação por quinze dias consecutivos. Autoridades e pessoas da

<sup>116</sup> ANTES do videotape, uma arma indispensável: a criatividade. **O Popular**. Goiânia, 24 abr. 1985.

<sup>117</sup> TELEVISÃO Anhanguera – No ar: 19 anos de informação, cultura e lazer aos goianos. **O Popular**. Goiânia, 23 out. 1982.

<sup>118</sup> Prejuízos de 1 bilhão no incêndio do Canal 2. **O Popular**. Goiânia, 12 set. 1967.

comunidade foram oferecendo auxílio para que a televisão voltasse ao ar. O editorial *Vamos para a frente* de *O Popular*, elaborado pelo jornalista Hélio Rocha, expressa:

Quis Deus que fosse assim, não há o que lamentar. Ele deu força [...] para enfrentar a catástrofe e a coragem para vencê-la. Assim será feito. A Televisão Anhanguera vai ser reconstruída e, em breve, há de voltar aos lares de quantos tristemente a viram emudecer.[...]

Os rostos que se empalideceram sob o clarão do incêndio iluminaram-se depois numa impressionante demonstração de solidariedade, como jamais vista aqui. E de todos partia uma só determinação, a de reconstruir a Televisão Anhanguera.

[...] Uma estação de TV, como um jornal, como uma escola ou hospital não são bens de pessoas, mas bens públicos, profundamente ligados à própria vida do povo.

É a alegria para as crianças, o entretenimento para os homens cansados do trabalho, é veículo de difusão central, é uma das mais importantes conquistas da técnica ao alcance do homem comum. E foi o homem comum que se manifestou ontem, por milhares de telefonemas, oferecendo sua modesta ajuda para que a TV volte ao ar.

[...] E voltará. Melhor do que era, porque animada e rejuvenescida pelo amor das crianças, das mulheres e dos homens que, unidos, vão reerguê-la das cinzas que o fogo deixou<sup>119</sup>.

---

<sup>119</sup> Vamos para a frente. *O Popular*. Goiânia, p. 1, 12 set. 1967.

Ao noticiar o fato, o jornalista destaca de maneira emocional o evento, procurando aproximar a cena do leitor. Descrevendo em minúcias, faz com que o veículo seja identificado com o cotidiano O Popular e insinua que a TV interage com os indivíduos, sendo essencial ao bem-estar diário.

A emissora reestruturou-se, voltando a funcionar com equipamentos cedidos pela TV Excelsior de São Paulo. Para dar continuidade à programação, importou equipamentos da Inglaterra, como câmeras de estúdio, telecine, geradores, transmissor e videotape, que possibilitou a retransmissão de imagens coloridas.

O advento do videotape tornou possível a gravação dos programas, facilitando a atuação dos artistas locais. Entretanto, os programas ao vivo continuavam a ser atração principal. Neste período, ganhou audiência *O Musical n° 2*, que tinha mais de um apresentador. Cunha Júnior foi um deles e lembra:

*O Musical n° 2* evoluiria, mais tarde, para o *Show em Dois Maior*, atuando todo o tempo de sua existência como programa de variedades, reportagens, números musicais e outros. Na época, o advento do teipe deu muita flexibilidade ao programa e facilitou o aproveitamento maior de valores locais.<sup>120</sup>

Carlos de Souza apresentou o primeiro programa de calouro. Maria José produziu o *Passarela Social* de 1968 a 1974. Artur Rezende comandou o programa *Juventude Comanda*, que descobriu artistas como Ângelo Máximo, Odair José, Naire, Maguinha e outros<sup>121</sup>.

Mas, ao mesmo tempo em que tinha vantagens porque colaborava para o aperfeiçoamento das produções locais, uma das consequências da gravação em videotape foi a retirada paulatina da programação regional.

<sup>120</sup> DEPOIS do incêndio, um período fértil e a liderança absoluta. **O Popular**. Goiânia, 23 out. 1983.

<sup>121</sup> Idem

Alterar a programação local para absorver os programas da emissora nacional significava modificar sentenças populares e tornar o regional postiço e estranho. O desenraizamento causa a conquista e a morte, como também, a supressão das tradições. Bosi, ao tratar deste tema, reforça que o desenraizamento cultural é a ignorância do destino das coisas que se fabrica<sup>122</sup>.

Em 1968, a TV Anhanguera foi uma das primeiras emisoras a afiliar-se à Rede Globo, dando início à transmissão da programação global, e em virtude dos prejuízos financeiros ocorridos com o incêndio no mês de setembro do ano anterior. Os programas considerados artesanais foram substituídos. Resultado visto como desvantagem por profissionais, tais como o apresentador Cunha Júnior, para quem no início:

Toda a equipe tinha muita garra, vontade, amor, e eu lamento que hoje os valores estejam tão mudados e as pessoas de valor regional tenham que ir para o Rio de Janeiro para fazer sucesso [...] Há alguns anos, no início da TV Anhanguera, tínhamos espaços definidos e valorizávamos a “prata da casa”.<sup>123</sup>

Com o uso do videotape, o telejornalismo na emissora passa a ser considerado o principal na programação local, ao lado de programas religiosos. Sobre a natureza do evento, Lauro José de Araújo pondera:

Foi uma perda muito importante. Pelo lado cultural, deixamos de divulgar nossos valores, nossos artistas. Isto acabou nos deixando bitolados, acostumados a só repassar o que recebíamos pronto. Nós nos ressentimos de um espaço maior dentro da programação das redes para colocar programas locais.<sup>124</sup>

<sup>122</sup> BOSI, Ecléa. Cultura e desenraizamento. In: BOSI, Alfredo. **Cultura Brasileira: temas e situações**. São Paulo: Ática, 1992. p. 16–41.

<sup>123</sup> ARAUJO, Lauro José. Em defesa das produções locais. **O Popular**. Goiânia, p. 11, 14 maio 1989.

<sup>124</sup> Idem.

A televisão unificou todo o país numa fala na qual a tendência será a erradicação das entonações regionais. A TV suplantará as temporalidades e os ritmos num discurso que se traduzirá em desvalorização do cotidiano dos saberes e das práticas. Mas, ao mesmo tempo, produzirá uma proximidade dos personagens e dos acontecimentos para inserir no tempo do ritual e da rotina a rentabilidade do mercado.<sup>125</sup>

## A formação de redes

A lógica do capital se encaminhará para a possibilidade de duplicação dos programas de televisão, levando à formação das redes nacionais de TV. Para “afiliar-se” a uma rede, as estações regionais firmaram um contrato de exclusividade para exibição de programas adquiridos da geradora da programação, a chamada “cabeça de rede”. Essa cláusula restringiu o número de provedores de programas a empresas como Tupi, Globo, Bandeirantes e Record.

O modelo insular da televisão será substituído pela dimensão nacional. As “ilhas” regionais construirão “pontes” para São Paulo e Rio de Janeiro, rompendo com o “isolamento” e, ao mesmo tempo, anulando-se como centros produtores de TV.<sup>126</sup> Não tendo como competir com a qualidade técnica das emissoras nacionais, as retransmissoras se restringirão, quanto à cobertura local, aos telejornais e aos programas de informação local.

Segundo Regina Festa e Luiz Santoro, o processo de regionalização na formação de redes só foi percebido no início dos anos 1980 com as transformações ocorridas nos meios de comunicação.

---

<sup>125</sup> Sobre este aspecto, Barbero analisa que o espaço da reflexão sobre o consumo é o espaço das práticas cotidianas, da produção de sentidos: lugar de uma luta que não se restringe à posse dos objetos, pois passa pelos usos que lhes dão forma social e nos quais se inscrevem demandas e dispositivos de ação provenientes de diversas competências culturais. A série e os gêneros fazem agora a mediação entre o tempo do capital e o tempo da cotidianidade. MARTIN-BARBERO, Jesus. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997. p. 268, 290 e 296.

<sup>126</sup> BUCCI, Eugênio. (Org.). **A TV aos 50**: criticando a televisão brasileira no seu cinquentenário. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000. p. 18.

No campo das comunicações, os anos 1980 foram marcados pelo maior avanço da história latino-americana. Assistimos a um aumento singular do número de emissoras de televisão, ao lançamento de satélites domésticos, ao enlace mundial de satélite, à implantação e inserção na rede mundial de transmissão de dados, à introdução de TV a cabo, da TV por assinatura, à abertura de emissoras em UHF, à formação de redes regionais de televisão, a introdução de parabólicas em todos os países, e à entrada indiscriminada de equipamentos de telecomunicações e de radiodifusão por intermédio das corporações internacionais, com o beneplácito da maioria dos governos e apesar das leis e protecionismos.<sup>127</sup>

No entanto, ao mesmo tempo em que possibilita a intercomunicação e a autoidentificação da audiência local, a formação de redes regionais também mostra outra tendência, a de emissoras vinculadas a poderes políticos locais, que retransmitem as grandes redes nacionais e valorizam o jornalismo local como uma forma de fortalecimento dos polos de poder.<sup>128</sup>

Por outro lado, na perspectiva mercadológica, a formação de redes ampliou o faturamento das pequenas emissoras, gerando capital para o investimento noutras partes do Estado. Enquanto isso, também defendiam os interesses dos grupos nacionais. No aspecto político, criavam relações comerciais e institucionais, com a esfera dos governos estaduais. Segundo Kurth, o sinal da Embratel chegava apenas nos principais pontos de cada estado, cabendo a cada emissora montar suas próprias torres dali para frente. O alto custo das antenas de retransmissão exigia a coparticipação das prefeituras e, conseqüentemente, arranjos políticos delicados.<sup>129</sup>

<sup>127</sup> FESTA, Regina, SANTORO, Luiz Fernando. A terceira idade da TV: o local e o internacional. In: NOVAES, Adauto (Org.). **Rede imaginária**: televisão e democracia. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura, 1991. p. 180.

<sup>128</sup> Idem. Op cit.

<sup>129</sup> KURTH, Estela. **Uma análise da história escrita das redes de televisão no Brasil**: contribuições e limites. GT História da Mídia Audiovisual. Novo Hamburgo: CD do 3º Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho, 14 -16 abr. 2005.

Milaneze destaca a importância desse fato ao dizer que

A TV torna-se símbolo máximo do progresso, tanto que os políticos candidatos a cargos eletivos incluem invariavelmente, em suas plataformas eleitorais, promessas relacionadas à recepção de imagens da TV em suas comunidades.<sup>130</sup>

No caso específico, a TV Anhanguera buscou novas possibilidades de investimento e seguiu em direção ao norte goiano. Quando os negócios do grupo Jaime Câmara começaram a crescer, o patriarca vislumbrou a possibilidade de dominar uma das maiores regiões do país em extensão.<sup>131</sup>

## A alavanca do desenvolvimento

A ocupação amazônica foi um investimento que o grupo Jaime Câmara vislumbrara ser possível por meio da conquista do interior por meio de investimentos na maior cidade da região norte do Estado de Goiás, Araguaína. De olho nestes novos mercados, com visão empresarial definida, apesar da concorrência que já se fortalecia no final dos anos 1970, a Jaime Câmara esquematizou e solidificou seu império de comunicação. A intenção era tornar maciça a presença dos veículos pertencentes ao grupo no estado de Goiás, sobretudo, das emissoras de televisão, como estratégia de ocupação de espaço.

<sup>130</sup> MILANESE, 1978, apud COSTA, A. H. da; SIMÕES, I.; KEHL, Maria Rita. **Um País no Ar – História da Televisão Brasileira em 3 Canais**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986. p. 79.

<sup>131</sup> No caso da Televisão Anhanguera, aconteceu um fenômeno típico das filiais à Rede Globo: 70 % da publicidade era nacional. Neste período, poucos eram os anunciantes locais com condições de desembolsar as verbas exigidas para veiculação da tevê. Paradoxalmente, porém, a Anhanguera não tinha como política de vendas buscar o patrocinador. O tempo estava tomado e, muitas vezes, quem se habilitava à inserção precisava aguardar uma fila de espera de 3 meses. **O Popular**. Goiânia, p. 9, 27 jul. 1980.

Durante o regime militar, muitos empresários foram convidados a conhecer a região Amazônica e a investir no local, com a promessa de que teriam facilidades fiscais. Sérgio Caparelli afirma que

A televisão talvez fosse o melhor meio de comunicação para representar esta espécie de integração. Porque refletia a acumulação e concentração de capital, era formada por um oligopólio da indústria da informação, estava situada num país dependente e tendia a reproduzir internamente as disparidades a nível internacional. De um lado, a importação dos padrões norte-americanos de programação reforçava as tendências e legitimava a própria dependência; do outro, a televisão servia aos interesses dos grupos dominantes e, sob rígida censura, legitimava a política econômico-financeira do Governo e reforçava os valores da coalização dominante do poder pós-64.<sup>132</sup>

A médio prazo, pensava-se em desenvolver projetos que cobriam outras partes da Amazônia e Mato Grosso. A justificativa era de que a emissora precisava ocupar o Estado para não perder mercado para as estações de Belém no Pará.<sup>133</sup> A expansão do grupo Jaime Câmara desafiava as condições adversas à implantação da TV no norte, tais como a ausência de sistema de eletrificação permanente na maioria dos municípios e pavimentação da principal rodovia de ligação do Brasil com a região norte, ou seja, a Belém-Brasília, mais conhecida como BR 153.

A política econômica do governo JK impulsionou o desenvolvimento para o interior do país, especialmente para a porção setentrional, sobretudo, por meio da construção da BR 153. A legalização da abertura se deu pelo Decreto 43.710, de 15 de maio de 1958, criando a Comissão Executiva da Rodovia Belém-Brasília (RODOBRÁS), autarquia subordinada à Superintendência

<sup>132</sup> CAPARELLI, Sérgio. **Televisão e capitalismo no Brasil**. Porto Alegre: L&PM, 1982, p. 34.

<sup>133</sup> Organização Jaime Câmara: um feudo da comunicação no coração do Brasil. **O Popular**. Goiânia, p. 9, 27 jul. 1980.

do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). O engenheiro Bernardo Sayão tornou-se diretor da RODOBRÁS. Neste mesmo ano, trabalhadores e quatrocentas máquinas partiram em direção ao extremo norte goiano<sup>134</sup>.

A Rodovia mudou o eixo de crescimento populacional da região, cidades economicamente ativas, como Porto Nacional, Miracema, Tocantinópolis e Carolina no Maranhão, deram lugar a outras cidades, como Guaraí, Paraíso, Araguaína, Miranorte e Gurupi. Otávio Barros acrescenta que

Aos poucos a imagem do Norte vai deixando de ser a de um “peso morto” e “gigante deitado na riqueza latente”. Com a chegada da energia de Tucuruí (PA), vias terrestres, aeroportos, rede de telecomunicações e incentivos fiscais e financeiros da Sudam, através do Banco da Amazônia.<sup>135</sup>

As linhas hidroviárias Porto Nacional-Lajeado, Tocantínia-Pedro Afonso-Carolina, Carolina-Tocantinópolis-Belém são desativadas. A BR 153 ligará o Centro-Oeste à orla marítima da região Norte. As tentativas iniciais para instalar uma retransmissora de TV encontraram respaldo nas autoridades locais e regionais. Como exemplo, tem-se o requerimento do deputado Wilton Cerqueira, endereçado ao jornalista Jaime Câmara e aos prefeitos de municípios que tinham sido beneficiados com a imagem e o som da Anhanguera, que diz o seguinte ao referir-se a inauguração do Canal 2, repetidora de Porto Nacional:

É realmente um acontecimento da maior importância sociocultural [...], uma vez que, a televisão na atualidade é o veículo de informação, divulgação e entretenimento de maior

<sup>134</sup> BARROS, Otávio. **Breve história do Tocantins e de sua gente**: uma luta secular. ARN / Brasília: Fieto / Solo Editores, 1996. p. 92.

<sup>135</sup> Idem. Op. Cit. p. 93

expressão. A televisão vai influir de maneira positiva para a maior integração dessa vasta e rica região do norte do Estado.<sup>136</sup>

Os jornais registraram várias manifestações alusivas aos empreendimentos da Organização Jaime Câmara no norte goiano. Em Araguaína, primeira cidade alvo da expansão empresarial, a Câmara Municipal enviou voto de louvor ao grupo.

A Câmara Municipal de Araguaína, por iniciativa da mesa diretora, aprovou, por unanimidade, voto de louvor para a Organização Jaime Câmara por não ter poupado esforços em trazer até nós a imagem direta de TV através do Canal 2. [...] Reconhecidos, os membros do Poder Legislativo sentem-se desconcertados por não poderem dispor de maiores meios para expressar a sua gratidão para com o seu preclaro concidadão (*referindo-se ao empresário Jaime Câmara*).<sup>137</sup>

O sinal da repetidora da cidade ultrapassava os limites do Estado, chegando até Carolina, no Maranhão. Assim, os moradores daquela localidade puderam assistir à Copa de 1978 e também se manifestaram gratos pelo episódio, enviando telegrama de congratulações à Organização Jaime Câmara.<sup>138</sup>

O norte goiano mantinha suas características de atraso e aparente abandono por parte das autoridades estaduais e nacionais. Tanto que, em novembro de 1978, com o advento da visita do presidente, General João Batista Figueiredo, o prefeito Joaquim de Lima Quinta aproveita para cobrar obras de infraestrutura para o município.

<sup>136</sup> Canal Dois no Norte recebe congratulações. **O Popular**. Goiânia, p. 6, 07 jun. 1978.

<sup>137</sup> Câmara louva TV Anhanguera. **O Popular**. Goiânia, 29 jun. 1978.

<sup>138</sup> Carolina viu a Copa pela TV Anhanguera. **O Popular**. Goiânia, 29 jun. 1978.

Senhor General, [...] aquilo que mais nos aflige é a falta de energia elétrica. Eu peço a Vossa Excelência que dê atenção especial à Usina de Tucuruí para que através dela se possa iluminar todo o nosso grande norte e através dessa iluminação nós atendemos todo nosso Norte no que tange à industrialização [...] Eu tenho certeza de que isto faz parte de seu governo porque já conhecemos seus propósitos de implantar aqui cursos superiores, faculdades para que os nossos filhos possam receber aqui mesmo a indispensável educação com a qual eles se sentirão preparados para os desafios deste Brasil que cresce e desponta como uma das maiores nações do mundo. <sup>139</sup>

Neste contexto, televisão é sinônimo de modernidade e progresso. Nesse mesmo discurso, o administrador municipal aproveitou para destacar o papel do Grupo Jaime Câmara no que ele chama de “uma das coisas que mais nos ajudaram ultimamente,” <sup>140</sup> referindo-se à instalação da televisão. A edição do *Jornal O Popular*, de 11 de novembro de 1978, destacava a reação da população ao discurso do líder municipal,

A população de Araguaína foi pródiga em aplausos quando o prefeito Joaquim Quinta, discursando na presença do general Figueiredo, destacou o pioneirismo do Grupo J. Câmara. A referência ao espírito empreendedor do grupo, diversas vezes, gerou aplausos e ovação, pois a população sente que a TV Anhanguera instalou na região decisivos elementos integradores da comunidade. <sup>141</sup>

---

<sup>139</sup> Quinta destaca pioneirismo do Grupo Jaime Câmara. **O Popular**. Goiânia, p. 4, 10 nov. 1978.

<sup>140</sup> Idem.

<sup>141</sup> Pioneirismo aplaudido. **O Popular**. Goiânia, 11 nov. 1978.

Entretanto, se por um lado a TV era um marco de progresso e crescimento para uma região pobre e esquecida, por outro lado, por trás deste discurso de integração, de expansão do progresso, de trazer desenvolvimento para uma região ainda obscura pelas dificuldades de acesso, de estradas e atraso social, haveria outras motivações para que o grupo empresarial goiano buscasse ampliar sua atuação rumo ao Norte do Estado e do País?

Na década de 1980, para o prefeito João Ribeiro, a televisão proporcionaria oportunidades de veiculação de propaganda política, divulgação de projetos da prefeitura, pois

Se a prefeitura fosse instalar, como eram os planos iniciais, uma antena parabólica de transmissão apenas em circuito fechado, os custos seriam bem maiores e sua serventia bastante restrita [...] Por outro lado, por um largo espaço de tempo, a Prefeitura não pagará publicidade na TV, visto que, no convênio a Organização Jaime Câmara se compromete a repor o numerário dispendido através de prestação de serviços, permutando avisos, anúncios, comunicados e tudo quanto o Poder Público necessitar dos meios de comunicação.<sup>142</sup>

A afirmativa expressa a fala do poder que necessita do meio de comunicação e, ao mesmo tempo, permuta os dividendos em troca de divulgação das ações administrativas. A falta de concorrência no setor é um dado que conduz a um ponto central: a hegemonia da TV Anhanguera afiliada da Globo no norte goiano.

Num primeiro momento, o jornal impresso no centro-oeste brasileiro teve como papel difundir as questões locais, principalmente, de divulgar as insatisfações do norte. Em momento posterior, a televisão assume essa característica ao aliar-se às forças políticas e, ao mesmo tempo, difundir reclamações da sociedade em geral.

<sup>142</sup> BRASIL. **Projeto de Lei de 24 de fevereiro de 1989**. Autoriza celebrar convênio com a Televisão Anhanguera S/A. Araguaína, TO, Setor de Protocolo. Processo n. 307.

## 4. Antenas no cerrado

Em meados da década de 1970, a cidade de Imperatriz do Maranhão, localizada a 250 quilômetros de Araguaína, já recebia o sinal de televisão da capital, São Luís<sup>143</sup>. Os noventa canais de televisão em funcionamento atingiam 60 milhões de pessoas, num total de 15 milhões de receptores, ou seja, 133 por mil habitantes. Esses dados foram levantados pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa da Comunicação (ABEPEC)<sup>144</sup>.

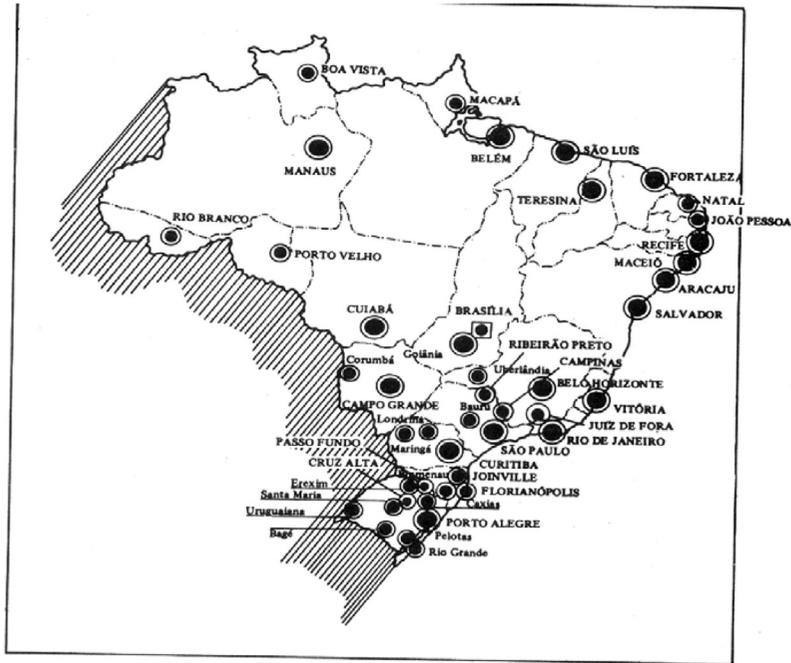
Com a produção centralizada na região Sudeste e concentração de mais de 70% dos receptores no eixo São Paulo – Rio de Janeiro, as cidades do extremo norte goiano, entre elas Araguaína, ficavam sem sinal das principais redes de televisão (vide mapa).

---

<sup>143</sup> A TV Difusora, canal 4 de São Luís (Grupo Raimundo Bacelar) foi inaugurada no dia 09 de novembro de 1963, primeira TV no Estado do Maranhão. In: XAVIER, Ricardo. **Almanaque da TV**. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2000. p. 26.

<sup>144</sup> Pesquisa realizada por Alberto Juan, Sérgio Caparelli e José Marques de Melo. CAPARELLI, Sérgio. **A Comunicação de Massa sem massa**. São Paulo: Summus, 1986. p. 13-18.

**Mapa 1** - As cinco principais redes de televisão



**REDE GLOBO**

Fonte: CAPARELLI, Sérgio. Comunicação de Massa sem massa. São Paulo: Summus, 1986.

Cerca de dois terços das emissoras de televisão do país estavam concentradas nas regiões sul e sudeste, enquanto as demais se localizavam nas regiões nordeste e centro-este. Além da concentração geográfica do público telespectador, bem como da produção brasileira de programas, em 1978 existiam três redes de expressão nacional (Mapa 1): Globo, com 45 canais; Bandeirantes, com 22; Sistema Brasileiro de Televisão (SBT), do grupo Sílvio Santos, que junto com a Record detinham 21 canais e 5 canais da Rede Bloch (TV Manchete).

Consideramos que a existência destas emissoras tenha motivado os nortenses a assistir à televisão. Entusiasmados com

a chegada da televisão a uma cidade tão próxima, os nortenses<sup>145</sup> formaram um grupo para organizar e administrar as instalações dos transmissores e das torres em direção a Araguaína.

A comissão pró-TV recebeu doações, como um carro zero km, para dar início à campanha de arrecadação de fundos. De posse dos dividendos a comissão adquiriu em São Paulo cinco repetidoras, cinco torres com altura de trinta metros, baterias e motores estacionários para carregar baterias.

Para agilizar o processo instalou-se uma repetidora na cidade de Sumaúma-MA, a 50 km de Imperatriz e outras em Tocantinópolis, Estreito, Wanderlândia e a quinta torre na Avenida Cônego João Lima, principal via de Araguaína, que tinha como nome popular Rua Grande.

Mas uma única torre não atendia as necessidades dos telespectadores e eram constantes as reclamações pela qualidade das imagens transmitidas. Por este motivo instalou-se a segunda torre repetidora, totalizando duas torres na mesma cidade. Esta estação - apelidada de TV Araguaína - funcionava com fitas gravadas recebidas da repetidora de Imperatriz. Para facilitar o processo de gravação e retransmissão da programação a comissão adquiriu vinte fitas virgens de vídeo que diariamente eram enviadas a Imperatriz para gravação e remetidas pelo ônibus interestadual. A programação copiada consistia de programas exibidos pela TV Tupi. Otávio Barros conta que

Embora toda a programação fosse assistida com 24 horas de atraso, mesmo assim nós exibíamos telejornais, novelas – consideradas sucessos de televisão, como “Papai Coração”, “Apóstolo de Judas”, “Direito de Nascer” -, além dos programas de Chacrinha, Ronaldo Golias, Zé Trindade e filmes de longa metragem da época<sup>146</sup>.

<sup>145</sup> Nortense: natural do norte do Estado de Goiás. Ver: ORTENCIO, Bariani. **Dicionário do Brasil Central**: fundamentos à filosofia. São Paulo: Ática, 1983.

<sup>146</sup> BARROS, Otávio. **Breve História do Tocantins e de sua gente**: uma luta secular. ARN / Brasília: Fieto / Solo Editores, 1996. p. 103.

A emissora funcionou por um período curto, nem chegou a ser autorizada pelo Governo Federal pois, segundo seus articuladores, o processo de concessão foi barrado com a chegada do Grupo Jaime Câmara.

Neste período os padrões de administração das emissoras brasileiras eram norte-americanos, 50% das programações eram constituídas de filmes estrangeiros, os “enlatados.” Os videotapes, telejornais, novelas e filmes eram produzidos no sul e transportados de avião para serem retransmitidos no dia seguinte nas diversas regiões do país.<sup>147</sup>

A presença de uma retransmissora em Araguaína abastecida de programas copiados de uma emissora maranhense chamou a atenção das lideranças políticas locais, impressionadas com o repentino sucesso da nova emissora. Por outro lado estas mesmas lideranças foram contatadas pelo empresário do sul de Goiás, Jaime Câmara, para apoiar a implantação de uma retransmissora da TV Anhanguera – Canal 2 na cidade. Representadas pelo senador biônico Benedito Vicente Ferreira, conhecido como o “Senador Boa Sorte”, decidem apoiar o empreendimento da Organização Jaime Câmara.

O grupo já detinha experiência de quase uma década na produção e exibição de programas televisivos porque, desde 1963, havia adquirido a concessão de um canal de TV para o sul de Goiás.

Para o governo militar, no caso específico de investimentos em televisão, era importante apoiar alguém que seguisse as normas e tivesse tradição<sup>148</sup>. Era plano estatal que as concessões de canais deveriam evitar que as emissoras se tornassem repetidoras não autorizadas, por isso a preocupação em endurecer a fiscalização do Ministério das Telecomunicações através do Dentel.

No início dos anos 1970 o Brasil já tinha mais de seis milhões de aparelhos de TV e o Programa Nacional de Telecomunicações (PRONTEL) regulamentou a formação de redes. A Embratel passaria a construir torres de transmissão no extremo norte goiano, conforme o Mapa 2.

<sup>147</sup> A primeira TV do Tocantins. **O Estado do Tocantins**. Palmas, p. 7, 1ª quinzena, fev. 2001.

<sup>148</sup> Ver Capítulo 1, item 1.2.1, sobre o tema. A Organização Jaime Câmara estava em funcionamento desde 1963. Em 1964, obteve a concessão do sinal de televisão.



dificuldades presentes naquela comunidade, instalar a televisão. Mas em nenhum momento transpareceu nos jornais impressos do grupo que houve qualquer contato ou relação direta da empresa com a comissão pró-TV que implantou uma retransmissora em Araguaína antes da própria TV Anhanguera.

Ainda sobre este instituto, destaca-se a observação de Francisco Onildo Moreira, grão-mestre da Maçonaria na cidade, que faz questão de destacar que:

A TV Araguaína funcionou até o ano de 1977, quando apareceu aqui o grupo Jaime Câmara que, através do prestígio político do senador Boa Sorte junto ao Ministério das Comunicações, conseguiu engavetar nosso processo para regulamentar a nossa emissora e privilegiou para montar aqui um canal em Araguaína da TV Anhanguera. A verdadeira história da televisão é essa, e não o que certo diário de Palmas publica em suas páginas, mentindo para o leitor.<sup>149</sup>

Se por um lado a presença de mais uma retransmissora era bem-vinda, por outro lado a cidade mantinha grupos contrários à novidade, porque um processo certamente barraria o outro por motivações políticas. A matéria acima descrita é sintomática da “guerra” que se instaurou contra a instalação da retransmissora da TV Anhanguera em Araguaína. Parte da cidade temia perder o que já tinha, a outra estava insatisfeita com a qualidade da imagem retransmitida por Imperatriz e queria mais.

Para tentar convencer outras lideranças empresariais e políticas da cidade a apoiar uma emissora que já existia no Estado, ainda que ficasse restrita à Capital, Jaime Câmara procura autoridades e distribui aparelhos televisores. O primeiro teste de transmissão do sinal é realizado com eficiência: a qualidade da imagem convence.

---

<sup>149</sup> MOREIRA, Francisco Onildo. **Entrevista** concedida a J.S.S. Araguaína-TO, 25 maio 2001.

O pioneiro goiano Rubens Silva Reis pondera sobre o período:

Seu Jaime era um nordestino. Ele esclareceu que a televisão era boa para Araguaína. Precisava do apoio da Câmara de Vereadores. Cinco pessoas ganharam televisão a cores: eu, Josealdo, Corneliano Eduardo de Barros, Dona Jurema Pozzebon e um outro que não lembro o nome. Eu assisti ao primeiro teste. Quando saiu a imagem já era uma maravilha, não tinha mancha, não tinha nada.<sup>150</sup>

Mesmo com imagem de boa qualidade, os telespectadores de Araguaína não se conformavam com o conteúdo da programação da retransmissora goiana. Tanto que, em 29 de julho de 1977, por ocasião da visita do Ministro das Comunicações, Euclides Quandt de Oliveira, a cidade, os moradores redigiram um memorial em que reivindicavam melhorias em relação à captação do sinal da repetidora, alegando que o Dentel proibira o funcionamento da TV Araguaína e que a população havia participado ativamente das campanhas pró-TV. Os moradores reclamavam que:

A TV Araguaína apresentava programas ao vivo, enquanto a emissora que se encontra em funcionamento atualmente apresenta programas enlatados, que são apresentados até com um mês de atraso.<sup>151</sup>

A sociedade ficou dividida. Enquanto uns apostavam no empreendimento que representava para o interiorano a formação de uma consciência para a política de povoamento, de fixação a terra, outros queriam a permanência do sinal da TV Araguaína.

<sup>150</sup> SILVA, Rubens. Entrevista concedida a J.S.S. Araguaína-TO, 16 out. 2001.

<sup>151</sup> Memorial reclama ao Ministro da imagem da televisão de Araguaína. **Cinco de Março**. Goiânia, 8 a 14. ago. 1977.

Parte da população mitificava o empreendimento de Jaime Câmara. Para estes, o jornalista representava o “Chatô”<sup>152</sup> do norte, aquele que trazia a modernidade para o sertão de Goiás. Este mito era alimentado pelos veículos da empresa. O que escondia, de certa forma, o jogo da elite goiana que via no desenvolvimento desta região um meio de valorização das terras, um embrião de um Estado que, além de curral eleitoral, serviria como um canteiro de obras para as empreiteiras, ou seja, seria a abertura de uma nova fronteira de expansão capitalista. Outro grupo acreditava no envolvimento da comunidade por meio de campanhas e bingos para a comunicação pela própria população e não por um empresário de outra localidade.

O preço das terras, a construção de rodovias de integração atraíram fluxos migratórios originários do sul e do sudeste. Seduzidos e entusiasmados com o baixo preço da terra e com as possibilidades de estabelecimento de núcleos agropecuários respaldados pela ação estatal, levas de migrantes ocuparam a região do Alto e Médio Tocantins-Araguaia<sup>153</sup>. A imigrante Jurema Bonamigo Pozzebon faz parte dessa leva que chegou a Araguaína em dezembro de 1964:

Cheguei aqui de avião de Carolina para cá. Porque não tinha estrada, eu vinha com três crianças pequenas vindas de Brasília. O avião de Brasília descia em Carolina. De lá eu peguei o teco-teco na época descia onde é hoje a rodoviária de Araguaína. Araguaína era uma cidade muito pequena. O falecido Jaime Câmara estava procurando um terreno para colocar uma televisão para desenterrar a região, porque na época a cidade de Araguaína era a maior em população do norte do Goiás. Estava procurando uma área

<sup>152</sup> Ao contrário do que ocorreu na maioria dos países europeus, a televisão brasileira nasceu no berço do capital privado. Investimento do empresário do setor de comunicações, Assis Chateaubriand, que instalou em 18 de setembro de 1950, num estúdio paulista, a TV Tupi-Difusora.

<sup>153</sup> GIRALDIN, Odair. (Org.). **A (trans) formação histórica do Tocantins**. Goiânia: Ed. UFG, 2002. p. 417

para colocar uma televisão. Foi quando ele falou que aquela área servia, e aí meu marido juntamente comigo doamos aquela área como forma de ajuda de colaboração para que esse canal viesse para cá.<sup>154</sup>

A cidade de Araguaína era ponto de passagem de outros migrantes que vinham do Pará, Maranhão e Piauí, em virtude da localização geográfica no extremo norte goiano. No final dos anos de 1950 teve seu crescimento impulsionado em decorrência da construção da rodovia Belém-Brasília, inaugurada na década de 1960.<sup>155</sup> Desta terra o casal Pozzebon havia garantido o sustento dos filhos através da construção de patrimônio. Na visão da entrevistada, a doação do terreno para a instalação da televisão seria a sua participação no progresso da região.

Tentando conquistar o apoio de políticos e empresários para o investimento, Jaime Câmara capitaneou o vereador Josealdo da Silva Teixeira para que argumentasse na Câmara Municipal sobre a necessidade de colaborar com o empreendimento<sup>156</sup>. Na versão do edil a prefeitura não tinha disponibilidade financeira, ou seja, não tinha dotação orçamentária suficiente para arcar com os custos. Conforme relato anterior, no primeiro momento, a população estava mais engajada do que o poder público.

Posteriormente inverteram-se os papéis. A prefeitura abriu um crédito que foi previsto no Projeto de Lei nº 73 de 27 de dezembro de 1976, concedendo ajuda para implantação do sistema de som e imagem de televisão de Araguaína:

<sup>154</sup> POZZEBON, Jurema Bonamigo. **Entrevista concedida a J.S.S. Araguaína (TO)**, mar. 2002.

<sup>155</sup> Sobre a construção da Belém-Brasília e suas implicações no processo de urbanização do Estado do Tocantins ver os autores AQUINO, Napoleão Araújo. SOUZA, Sônia Maria e. In: GIRALDIN, Odair. Op. Cit. p. 334-338 e 367 – 375.

<sup>156</sup> Para cativar outras lideranças políticas e ganhar adesão para promover seus investimentos, Jaime Câmara ofereceu uma coluna política no Jornal do Tocantins ao deputado Siqueira Campos e espaço ao senador Benedito Ferreira – que mais tarde, na década de 80, se tornou dono do principal Canal de Televisão concorrente com a TV Anhanguera: a TV Araguaína do Grupo Boa Sorte, que retransmitia o sinal do SBT – Sistema Brasileiro de Televisão – para os municípios da região.

A Câmara Municipal de Araguaína, estado de Goiás, aprovou e eu, Wilson Gomes de Sousa, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica aprovada a concessão de ajuda especial de Cr\$ 100.000,00 (Cem mil cruzeiros), destinada à implantação do sistema de som e imagem de televisão da cidade de Araguaína, através de liberação de recursos à entidade encarregada de implantação do referido complexo CLUBE DE TV DE ARAGUAINA - mediante quitação passada pela Diretoria da entidade.

Art. 3º - É o poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito especial da ordem do valor da ajuda concedida, bem como o autorizado fica a apontar os recursos necessários à respectiva, cobertura, segundo as regras da Lei nº 4.320.<sup>157</sup>

O entusiasmo com a chegada da TV era tanto que a Câmara Municipal de Araguaína fez várias homenagens ao jornalista Jaime Câmara. O vereador João Alves Batista foi um deles: “Jaime Câmara, cidadão araguainense, tem dedicado à região norte do estado todos os seus esforços no sentido de dotá-la de meios de comunicação suficientes para não deixar o povo do norte isolado.”<sup>158</sup>

Como efeito imediato o comércio de eletrodomésticos cresceu rapidamente com uma grande vendagem de aparelhos receptores. A televisão entrou em fase de testes e os primeiros sinais foram recebidos com entusiasmo. Os moradores da região atestam que:

Naquela época, apareceram muitas empresas de Goiânia para vender televisão, como a Onogás e a Novo Mundo, mas quem mais vendeu

<sup>157</sup> BRASIL. **Projeto de Lei nº 73** de 27 de dezembro de 1976. Concede ajuda para implantação do sistema de som e imagem de Televisão de Araguaína e dá outras providências. Araguaína, 27 dez. 1976.

<sup>158</sup> Jaime Câmara elogiado em recente reunião da Câmara. **Jornal do Tocantins**. Araguaína, 21 a 28 dez. 1979.

foi o Grupo Claudino, o Armazém Paraíba. O Grupo vendeu uma verdadeira fábula, o gerente era o senhor José Pereira. Os aparelhos de televisão demoravam uns vinte dias para chegar. O caminhão saía de São Paulo e ia para Teresina no Piauí e depois descia para Araguaína.<sup>159</sup>

Durante a solenidade de inauguração da retransmissora estavam presentes o Secretário Geral de Radiodifusão do Ministério das Comunicações, Lourenço Scherad, e a Diretora Substituta Regional do Dentel, Josefina Curado. No banquete oferecido às autoridades políticas e representantes das entidades classistas, discursos empolgados saudaram a chegada da TV Anhanguera, em dezembro de 1976, na cidade de Araguaína:

Estávamos isolados e agora estamos integrados ao Brasil através das comunicações mais avançadas, que é a televisão. Poderemos, agora, até ver o Jornal Nacional, bons filmes e novelas, ouvir as palavras do Presidente Geisel e do Governador Irapuam da Costa Júnior. Consideramos a história da região antes e depois da Televisão e da Belém-Brasília e, por isso, agradecemos ao Jornalista Jaime Câmara que acreditou no progresso e no desenvolvimento do norte de Goiás.<sup>160</sup>

Os atores envolvidos demonstravam o quanto representava a instalação da televisão. A região definitivamente ingressaria no contexto plural do país. O canal 2 de Araguaína seria o marco na região porque ofereceria novas possibilidades de empregos diretos, desenvolvimento para o comércio e veicularia propagandas que favoreceriam o crescimento da cidade. Instalar a televisão significava inserir a região no contexto nacional, fazendo “brotar” o sentimento de brasilidade.

<sup>159</sup> TEIXEIRA, J. da S. **Entrevista** concedida a J.S.S. Araguaína-TO, 17 out. 2001.

<sup>160</sup> CASTRO NETO, João Batista. **Entrevista** concedida a J.S.S. Araguaína-TO, mar. 2002.

Para o habitante da região a ação do empresário Jaime Câmara foi decisiva para a formação de uma nova consciência política de fixação à terra, evitando o êxodo e fazendo crescer a confiança em sua própria terra. O prefeito Joaquim Quinta destacou:

O pioneirismo e o espírito empreendedor do Grupo Jaime Câmara fez com que a população sentisse que a TV Anhanguera instalava na região decisivos elementos integradores da comunidade. Um complexo que incorporaria esta vasta região ao mundo moderno da comunicação de massa.<sup>161</sup>

Mas ao contrário do que discursava o prefeito, a expansão do Grupo Jaime Câmara não poderia ser considerada pioneira. Dez meses antes a cidade de Tocantinópolis, a 150 km de Araguaína, já assistia a programas de quatro canais de televisão retransmitidos da capital paraense, Belém. Conforme registrou o *Jornal Cinco de Março*, em fevereiro de 1976:

A notícia foi dada pessoalmente ao *Jornal do Interior* pelo prefeito da cidade do extremo norte goiano, Emanuel Costa e Silva, o qual acrescentou que, no momento ali já chega a imagem da TV Marajoara<sup>162</sup> da capital paraense, via Imperatriz, no Maranhão. Em futuro próximo, mercê das obras de implantação de uma grande repetidora na localidade maranhense, por iniciativa de seu prefeito-interventor, Tocantinópolis será beneficiada com o recebimento dos programas de mais três canais, o que a colocará entre as cidades goianas melhor atendidas nessa área das comunicações.<sup>163</sup>

<sup>161</sup> Quinta destaca pioneirismo do grupo Jaime Câmara. **O Popular**. Goiânia, p. 4, 10 nov. 1978.

<sup>162</sup> A TV Marajoara emitia a programação do canal da TV Tupi. Foi inaugurada em Belém-PA, no dia 30 de setembro de 1961, denominada canal 2 de Belém (Emissoras Associadas).

<sup>163</sup> Tocantinópolis vai ter a imagem de quatro canais de televisão. **Cinco de Março**. Goiânia, p. 8, 2 a 8 fev. 1976.

## Mercados eleitoreiros

De olho nesses novos mercados, com visão empresarial definida, apesar da concorrência que já se fortalecia no final dos anos 70, Jaime Câmara esquematiza e solidifica seu império de comunicação. A intenção era tornar maciça a presença dos veículos pertencentes ao grupo no estado de Goiás, principalmente das emissoras de rádio e televisão, como estratégia de ocupação de espaço.

Sem mandato parlamentar, cassado pelos militares, o empresário J. Câmara decide fundar um jornal no Distrito Federal, o *Jornal de Brasília*<sup>164</sup>, considerado o veículo de maior importância política do grupo porque serviria para dar voz às pretensões políticas do principal dono e também abrir portas para suas intenções expansionistas. O filho do empresário, atual presidente da Organização, Jaime Câmara Júnior, afirmou que “o *Jornal de Brasília* ajudou a respaldar o grupo nas suas pretensões de expansão. Ele facilitou o trânsito de nossos executivos nas áreas decisórias.”<sup>165</sup>

As intenções eleitoreiras, reforçadas pela pequena quantidade de novas lideranças políticas no norte goiano, teriam também sido decisivas para a implantação do *Jornal do Tocantins*, em maio de 1979, terceiro veículo impresso do grupo voltado para leitores e eleitores da região.

O único político do Sul que tentou fazer jornal moderno aqui para se eleger deputado federal foi o empresário Jaime Câmara. Reconhecendo a dificuldade em preparar terreno de um mandato federal pelo Sul de Goiás, onde tradicionais chefes políticos não abriam mão de seus currais eleitorais, ele soube adubar o “corredor de miséria” e “peso morto” no nortão goiano. Esse empresário sabia das vulnerabilidades das lideranças nortenses, onde

<sup>164</sup> O *Jornal de Brasília* nasceu em 1972 e foi vendido no fim da década de 1990 depois de registrar vários prejuízos financeiros.

<sup>165</sup> ORGANIZAÇÃO Jaime Câmara: um feudo da comunicação no coração do Brasil. **O Popular**. Goiânia, p. 9, 27 jul. 1980.

o dinheiro dos candidatos pára-quevistas e malas-pretas do Sul de Goiás aqui sempre conseguiam fatias preciosas de votos nas eleições.<sup>166</sup>

Na opinião de Barros, autor de História da Imprensa no Tocantins, tão logo viu seus intentos alcançados, o empresário Jaime Câmara, agora deputado federal eleito em 1981, determinou o fechamento do tabloide<sup>167</sup> sob a justificativa de prejuízo quanto ao custo do jornal e dificuldades para contratar profissional da imprensa de Goiânia que se submetessem a ir trabalhar e morar, segundo suas palavras, no “peso morto” do nortão goiano. O Jornal do Tocantins, nesse formato, teve sua última tiragem com oito páginas, sendo quatro com notícias e quatro com páginas de matérias pagas pelo prefeito de Araguaína, Joaquim de Lima Quinta<sup>168</sup>.

Na época do lançamento, em 1979, o jornal era semanário, sendo que parte da produção era feita em Araguaína e a outra em Goiânia. De formato tabloide, envolvia informações das áreas: geral, política, panorama social, notas rápidas e lazer. O primeiro editorial trazia o título “Ocupando espaços” e dizia que o Jornal do Tocantins iria se pautar por uma identificação e detalhamento da realidade regional “Na esperança depositada no homem do interior; na sensibilidade de seus representantes; na abordagem dos temas políticos, econômicos e comunitários, de interesse dos vales do Araguaia e do Tocantins”<sup>169</sup>.

A primeira fase teve curta duração, fato que ficou estampado pelos próprios veículos do grupo, quando da reativação do tabloide, agora com outro formato. A circulação durou apenas 185 edições, ou seja, como era semanal, totalizou três anos e sete meses. O retorno se deu quase sete anos depois, em 1988, quando a criação do estado do Tocantins já estava consolidada na recém-aprovada Constituição Federal. Para o retorno, a empresa se preocupou com detalhes, como a distribuição dos exemplares.

<sup>166</sup> BARROS, Otávio. Op. cit. p. 40-42.

<sup>167</sup> Tabloide: formato de jornal cuja mancha gráfica corresponde à metade do formato standard. A área de impressão corresponde a 32 x 24,9 cm.

<sup>168</sup> Idem. Op.cit. p. 42

<sup>169</sup> EDITORIAL Jornal do Tocantins. **O Popular**. Goiânia, p. 2, 18 a 25 maio 1979.

Na versão de Cairo Roberto Vieira:

Existe um esquema de distribuição para, no prazo de dez dias, atingir 90% dos municípios do Estado do Tocantins. Em Goiânia, o JT é vendido em 140 bancas e em Brasília, em 80, dentre elas as do Senado, Rodo ferroviária, Rodoviária do Plano Piloto, Aeroporto e Hotel Nacional. Novas praças como São Paulo e Morrinhos estão solicitando o jornal.<sup>170</sup>

Na sua segunda fase o JTO passa a ser impresso em doze páginas, formato *standard*<sup>171</sup> e organizado em caderno único. A equipe principal de jornalistas se concentrava em Goiânia, com correspondentes em Gurupi e Araguaína e eventual contratação de *freelancers*.<sup>172</sup>

Por outro lado o período de ausência de circulação do Jornal do Tocantins, compreendido entre 1982 e 1988, coincide com a fase de grandes investimentos do Grupo Jaime Câmara em emissoras de televisão implantadas no norte goiano.

O presidente João Batista Figueiredo assinou ontem dois decretos, outorgando concessão à Televisão Rio Formoso Ltda, para estabelecer uma estação de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na cidade de Gurupi, Estado de Goiás, e à Televisão Anhanguera de Araguaína Ltda, para a mesma atividade, na cidade de Araguaína. Ambas são da Organização Jaime Câmara e vêm funcionando como repetidoras, podendo, a partir de agora, transmitir seus próprios programas, atingindo, além do Norte e Extremo Norte goianos, parte dos estados do Pará e do Maranhão.<sup>173</sup>

<sup>170</sup> JORNAL esgota tiragem e se consolida. **O Popular**. Goiânia, p. 12, 27 nov. 1988.

<sup>171</sup> Standard: Formato de impressão cuja área corresponde a 29,7 x 53 cm.

<sup>172</sup> Profissional sem contrato fixo.

<sup>173</sup> A FORÇA da televisão na integração de Goiás. **O Popular**. Goiânia, p. 21, 06 mar. 1983.

A concessão para estas duas emissoras, que se tornaram geradoras de sinal e não apenas retransmissoras, dá início ao período de transmissão simultânea da programação da TV Anhanguera e da Rede Globo.

Acontecimentos são possíveis graças à utilização do que há de mais moderno na área de telecomunicações que é o sistema de satélite que vem sendo utilizado desde o início deste ano. [...] as notícias veiculadas na Televisão Anhanguera, conforme o horário e o programa, são transmitidas simultaneamente em cidades distantes como Gurupi, Araguaína, São Miguel do Araguaia, Itumbiara e tantas outras.<sup>174</sup>

A cobertura do sinal das quatro emissoras do grupo – Goiânia, Anápolis, Araguaína e Gurupi – atingia 41,5% do estado de Goiás, mas ainda restavam 30,7% das cidades com cobertura de retransmissoras instaladas pelas prefeituras, localidades onde as empresas da Organização Jaime Câmara não tinham responsabilidade de manutenção e onde carecia de mais investimentos, que se dão posteriormente nas décadas de 1990 e 2000.

A instalação das torres de transmissão nas cidades de Porto Nacional e Gurupi, as primeiras transmissões, as dificuldades, as críticas, as propagandas e os telejornais serão temas de estudo no próximo capítulo. É quando tentaremos apontar as outras versões do caráter expansionista da OJC, as reações contrárias ao modelo adotado pelo grupo goiano e seus reflexos no fortalecimento da luta separatista e consequente criação do estado do Tocantins.

## Diluindo fronteiras

Passado o período de estruturação da retransmissora do grupo em Araguaína, a Organização Jaime Câmara volta seus

---

<sup>174</sup> Idem.

olhares para a cidade de Gurupi, também considerada polo populacional e de grande potencial econômico.

A construção da torre repetidora de televisão foi inspecionada pelo ministro das comunicações, Euclides Quandt de Oliveira.<sup>175</sup> Na ocasião o prefeito Joaquim Pereira da Costa informou que, no mês de setembro, a cidade teria imagens e sons da emissora nacional, pois a Prefeitura havia doado a área para funcionamento da estação<sup>176</sup>. Um dos grandes interesses da população era “ver ao vivo” a Copa do Mundo, que aconteceria naquele ano.<sup>177</sup>

A população do Médio Norte Goiano vai poder assistir pela televisão ao Campeonato Mundial de Futebol, a ser realizado a partir de junho na Argentina, graças à instituição do Consórcio de Televisão do Médio Norte Goiano, numa iniciativa das prefeituras de Paraíso do Norte, Cristalândia, Pium e Porto Nacional, que vão levar o som e a imagem da transmissora da TV Anhanguera de Gurupi até estas cidades.<sup>178</sup>

Caberia à Embratel providenciar a instalação da torre repetidora. Só a supervisão técnica e a legalização do sistema seriam de responsabilidade da Organização Jaime Câmara. No acordo com a empresa pública, esta se comprometia a fazer a modulação<sup>179</sup> com todas as estações repetidoras para transmitir os jogos ao vivo. Em 20 de dezembro 1977, Gurupi e municípios do entorno assistem às imagens retransmitidas pela estação.

<sup>175</sup> TELEVISÃO. **Cinco de Março**. Goiânia, p. 6, 18 a 24 jul. 1977.

<sup>176</sup> TV ANHANGUERA levará sua imagem a Gurupi. **O Popular**. Goiânia, p. 7, 5 mai. 1977.

<sup>177</sup> NORTE Goiano poderá ver copa ao vivo. **O Popular**. Goiânia, 22 fev. 1978.

<sup>178</sup> MÉDIO norte verá copa pelo canal 2. **O Popular**. Goiânia, 29 jan. 1978.

<sup>179</sup> Modulação é o processo pelo qual uma característica da onda portadora é modificada de acordo com a intensidade da onda a ser transmitida, representativa de símbolos, caracteres, sinais escritos, imagens, sons ou informações de qualquer natureza.

**DECRETO 52.795**, de 31 de outubro de 1963, que aprova o regulamento dos serviços de Radiodifusão. Capítulo II. Título III. Art.5º n.º 18.

O empreendimento se consolidou. A televisão em Gurupi foi ao encontro de um marcante interesse da Organização Jaime Câmara, dentro de suas metas de expansão. Por outro lado, foi principalmente uma resposta às inúmeras solicitações de autoridades e moradores da região secularmente desprovida de meios de comunicação.<sup>180</sup>

Quatro anos depois, em 1982, a emissora de Gurupi já distribuía imagens para quatorze cidades, atingindo um raio de quinhentos quilômetros e a previsão de ampliação era de atingir mais duas cidades até julho daquele ano. A expectativa da empresa era ver resolvida a questão de infraestrutura da região para possibilitar maior qualidade técnica à retransmissão do sinal.

Com a ligação da energia elétrica de Cachoeira Dourada para o médio-norte goiano, sa-na-se um problema que vinha prejudicando o trabalho da televisão: energia elétrica não permanente e insuficiente, não só na estação como nas repetidoras das várias cidades.<sup>181</sup>

Em agosto daquele ano, as repetidoras ganham *status* de emissoras, por meio do decreto presidencial nº. 52.795 de 31 de outubro de 1963.<sup>182</sup> Na prática, significava que elas poderiam produzir programas e retransmiti-los para a região. A Coluna de Paulo Beringhs informava, no dia 6 de maio de 1989, que a emissora estava treinando as equipes para a produção de telejornais com temática sobre a realidade dos municípios com sinal de TV.

O próximo alvo da expansão empresarial do Grupo seria o município de Porto Nacional, surgido no século XVIII e porto de escoamento da produção aurífera das minas do Carmo e Pontal. No século XX será a terceira cidade com maior percentual populacional.<sup>183</sup>

<sup>180</sup> TELEVISÃO: um presente para Gurupi. **O Popular**. Goiânia, 03 abr. 1982.

<sup>181</sup> Idem.

<sup>182</sup> REPETIDORAS passam a funcionar como emissoras. **O Popular**. Goiânia, 31 ago. 1982.

<sup>183</sup> GIRALDIN, Odair. Op. Cit. p. 337.

Por meio de um convênio realizado entre a Prefeitura Municipal, a Organização Jaime Câmara e a TV Anhanguera de Gurupi torna-se possível a aspiração da população de *ver de perto* a televisão. Foi necessária a união das autoridades não só de Porto Nacional, como também dos municípios vizinhos. A ação conjunta envolveu as prefeituras de Pium, Paraíso, Brejinho de Nazaré, Gurupi e Cristalândia, que procuraram a Organização Jaime Câmara para efetuar o convênio, formando assim o Consórcio de Televisão do Médio Norte Goiano.

Mas, antes mesmo desse convênio a televisão e o rádio já estavam presentes em duas cidades, primeiramente em Araguaína, no ano de 1976, e logo em seguida, no ano de 1977, em Gurupi. O fato destas duas cidades mais jovens que a centenária Porto Nacional já possuírem o canal de televisão suscitou ainda mais o desejo político de trazer o progresso para o município em questão.

Então a Jaime Câmara que já estava com as “vistas” voltadas para o norte de Goiás, nos deu a entender que se as prefeituras interessassem, eles instalariam a TV. Os associados eram os prefeitos de Pium que era o Paulo Aguiar, Paraíso que era o Benedito Bandeira, e outros. Com isso conseguimos instalar a televisão.<sup>184</sup>

Depois do convênio firmado no ano de 1978 a Organização Jaime Câmara passou a dar suporte técnico para a instalação dos aparelhos que proporcionariam a transmissão do sinal da TV Anhanguera para a região.

A rapidez com a qual foram instaladas as torres de transmissão ocorreu não somente pela urgência da população em acompanhar os jogos da Copa do Mundo, mas porque a Organização reconhecia na cidade de Porto Nacional um mercado a ser conquistado.

<sup>184</sup> MACEDO, Jurimar. Ex-prefeito de Porto Nacional. **Entrevista** concedida a M.C.C. Porto Nacional-TO, 20 nov. 2001.

Sendo uma cidade considerada próspera o investimento para a instalação de uma retransmissora de televisão, solicitado pela população portuense, teria retorno para a área comercial da TV. Aliada a estes elementos econômicos favoráveis havia também a pressa popular que almejava assistir às imagens da Seleção Brasileira na Copa do Mundo da Argentina.

Após a oficialização do convênio deu-se início à construção das torres repetidoras que enviariam os sinais de televisão para a cidade. A Organização Jaime Câmara forneceu uma relação de todo o equipamento necessário para a instalação das três torres. Essa relação continha o orçamento de todos os materiais específicos e o custo total da instalação. O responsável para supervisionar a instalação das torres foi o Diretor do Departamento de Engenharia e Expansão, Otávio Rocha Lima.

Para instalar as torres repetidoras o Prefeito Jurimar Macedo mobilizou a população para a arrecadação do dinheiro. A importância arrecadada foi de duzentos e quarenta cruzeiros. A prefeitura custeou todo o restante das despesas da instalação e todo o material necessário. O orçamento foi avaliado em onze mil cruzeiros. “Eu recebi essa pequena arrecadação da cidade e o resto a prefeitura incorporou toda despesa e pagou-se em parcelas à Jaime Câmara”<sup>185</sup>.

Tendo em mãos a verba e a relação dos equipamentos as obras começaram a sair do papel. O terreno onde foi construída a torre repetidora foi doado pelo fazendeiro Joaquim Maia Leite. A instalação foi realizada no morro São João, localizado a aproximadamente dezoito quilômetros da cidade. O sinal de transmissão vinha do município de Aliança do Norte, onde ficava a torre de transmissão da Embratel.

Quando se iniciou a implantação da televisão em Porto Nacional o Governador Irapuam da Costa Júnior estava terminando a construção da ponte sobre o rio Tocantins. Alguns materiais foram aproveitados para a edificação das torres, como a máquina utilizada para detonar as pedras do morro que possibilitou a construção da plataforma onde posteriormente foram fixadas as torres repetidoras.

---

<sup>185</sup> Idem.

A Organização Jaime Câmara tinha as seguintes obrigações: assistência técnica e instalação. Caso houvesse algum problema nesta área, principalmente nas torres ou na transmissão, a responsabilidade ficava a cargo da TV Anhanguera de Gurupi.

Na cidade de Porto Nacional um locutor de carro de som anunciava “aos quatro cantos” que a televisão iria chegar. Era véspera da Copa do Mundo. O comércio havia vendido os aparelhos de TV um mês antes da inauguração da transmissão.

Para quem não tinha condições de possuir um aparelho, pois o custo era em torno de quatrocentos cruzeiros, a prefeitura colocou um monitor na Praça do Centenário, região central do município, e espalhou outros monitores em diversos pontos da cidade. Jurimar Macedo disse que era “um aparelho grande, de trinta e poucas polegadas dentro de uma casinha, e funcionava, e o povo assistia.”<sup>186</sup>

Havia problemas na transmissão, pois os sinais não eram bons, ora eram ruins, e isso ocasionava frustração na população porque, mesmo com toda a estrutura montada, era uma fase de ajustes. No depoimento de José Macedo percebemos as dificuldades iniciais “na época chegando às vezes a cortar durante a transmissão do jogo”<sup>187</sup>.

Os sinais da geradora eram enviados para a torre em Aliança e depois retornavam a Porto Nacional. As repetidoras foram fixadas a distância de cinquenta quilômetros uma da outra. O sucesso da transmissão dependia da topografia do terreno porque o sinal não se propagava a distâncias muito extensas. Gouveia exemplifica: Então, no caso, o sinal saía de Gurupi, vinha até Aliança que tinha uma torre repetidora de Aliança e vinha a Porto Nacional<sup>188</sup>.

Como já foi dito os sinais eram bons, porém incertos. Em virtude deste problema quem acompanhava as telenovelas perdia parte da programação. As novelas exibidas eram *Gabriela Cravo e Canela*, *Pedra Sobre Pedra*, *O Bem Amado* e *Roque Santeiro*. A solução era pedir à retransmissora de Gurupi que repetisse o capítulo perdido.

---

<sup>186</sup> Idem

<sup>187</sup> GOUVEIA, A. D. **Entrevista** concedida a M. C. C. Porto Nacional-TO, 03 out. 2001.

<sup>188</sup> Idem.

Até a década de 1980 a programação apresentada era defasada em quinze dias comparada à programação nacional. Depois de algum tempo a diferença passou a uma semana. O Jornal Nacional e o esportivo enfrentavam o mesmo problema. A programação regional era gravada em Goiânia, colocada em ônibus e levada ao ar um dia depois. Só após três anos a programação televisiva de Porto Nacional foi sintonizada com a programação do restante do país.

Os primeiros telespectadores não estavam acostumados a operar o receptor, por isso a emissora disponibilizava técnicos para ensinar como sintonizá-lo ao retransmissor. Os técnicos enfrentavam longas distâncias para ensinar como sintonizar o aparelho.

Esse quadro de transmissão do sinal da TV era provocado principalmente por dois motivos: primeiro pela ausência de pavimentação asfáltica nas estradas; segundo pela falta de rede elétrica. As torres eram alimentadas por geradores vinte e quatro horas, sem interrupção. Mas não eram suficientes para alimentar as retransmissões. A outra fonte de energia era um motor pertencente à prefeitura. Se nenhuma das fontes funcionasse, ficava sem sinal<sup>189</sup>.

Anos depois, a Companhia de Energia de Goiás (CELG) decide investir na rede elétrica, facilitando as transmissões<sup>190</sup>. Como se pode verificar no Mapa 3, até meados da década de 1980, os municípios do médio norte goiano tinham geração elétrica das usinas a diesel. Apenas três usinas hidráulicas beneficiavam cidades no Bico do Papagaio: a do Corujão<sup>191</sup>, próxima à cidade de Araguaína, a de Lage e a de Porto Franco.

<sup>189</sup> MACEDO, José. **Entrevista** concedida a M. C. C. Porto Nacional-TO, 28 set. 2001.

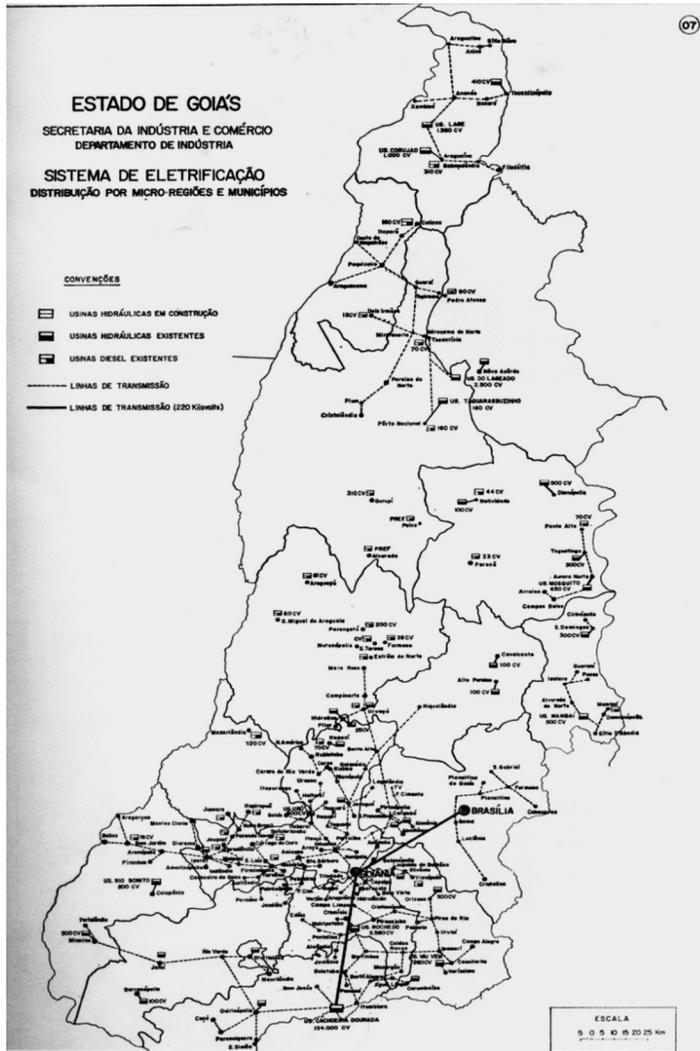
<sup>190</sup> EXTREMO norte terá energia ainda em 1985. **O Popular**. Goiânia, p. 7, 03 jan. 1985

<sup>191</sup> Otávio Lage de Siqueira foi governador do Estado de Goiás no período de 1966 a 15 de março de 1971. Dentre suas realizações, cataloga-se a conclusão da 2ª etapa da hidrelétrica de Cachoeira Dourada e a extensão da rede de transmissão de energia elétrica a algumas dezenas de municípios, dentre elas, a inauguração da usina hidráulica do Corujão em Araguaína.

ROCHA, Hélio. **Os inquilinos da Casa Verde**: governos de Goiás de Pedro Ludovico a Maguito Vilela. Goiânia: , 1998. p. 105.

MARANHÃO, Othon. **O setentrião Goiano**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal. 1990. p. 114.

**Mapa 3** – Sistema de eletrificação – distribuição por micro regiões e municípios



Da geradora de Gurupi, partiam os sinais não só para Porto Nacional, mas para outras cidades que estavam ao seu alcance. Por meio das repetidoras cerca de 22 cidades recebiam a transmissão.

A telefonia era deficiente, havia apenas um posto telefônico ao lado da Prefeitura Municipal. As residências não recebiam ligações interurbanas. Para se comunicar com pessoas em outras partes do Brasil tinha de ser por meio de cartas, pelo sistema de telegrafia ou através de rádio amador e outros instrumentos.

Posteriormente, aproveitando a construção das estruturas das torres de televisão, foi instalada a telefonia interurbana que chegou às casas do município paralelamente à televisão. Não existia uma linha de ônibus que pudesse levar a população a outros estados. Em casos graves como mortes, doença, acidentes de familiares, mandava-se uma nota durante a programação televisiva.

Durante os intervalos da programação eram transmitidos alguns recados comerciais da emissora visando a conquistar espaços publicitários. A intenção encontrou resposta junto aos comerciantes locais que passaram a solicitar a produção de propagandas dos seus estabelecimentos para serem veiculadas na televisão.

A preparação dos comerciais exigia criatividade dos técnicos. Primeiro fotografava-se a cena e depois a propaganda era editada. Ou seja, o material era filmado, revelado e montado e a partir daí gravava-se o vídeo.<sup>192</sup>

Para produzir as propagandas o publicitário José Macedo marcava os anúncios que tinham em pauta e em seguida solicitava a presença da equipe da TV Anhanguera, que se deslocava de Gurupi para Porto Nacional onde gravava imagens e o texto dos comerciais. Todo o material colhido era analisado em Gurupi, editado e depois exibido nos intervalos da programação, conforme uma planilha organizada pelo departamento comercial. Se o dono do estabelecimento exigia melhor qualidade do comercial a produção era finalizada em Goiânia. Esta situação foi modificada quando a emissora adquiriu o videoteipe, equipamento que possibilitou a edição e pós-produção.

Os primeiros anunciantes locais foram: Cooperativa de Porto Nacional Limitada (Copal), Supermercado A Evolução e, principalmente, a Prefeitura Municipal que utilizava a televisão para promover a inauguração de obras públicas.

<sup>192</sup> GOUVEIA, A D. **Entrevista** citada.

A emissora sempre propagava que mantinha os melhores técnicos e equipamentos para dar suporte à qualidade da imagem retransmitida, como mostra a reportagem de *O Popular*, de 5 de agosto de 1978:

[...] Continua sempre preocupada em se equipar cada vez mais e expandir suas redes para cobrir, em pouco tempo, mais de 90% de todo o Estado, com a sua imagem de alta qualidade. Agora ela acaba de importar mais de um milhão de dólares em equipamentos, inclusive a última geração de vídeo - tape comutação, sistema de iluminação, equipamento para seu jornalismo e outras transmissões.<sup>193</sup>

Mas se estes equipamentos davam suporte à principal emissora do Grupo, instalada na capital Goiânia, nas demais cidades, principalmente no norte do Estado, começavam a aparecer as primeiras reclamações. A insatisfação era mostrada com ênfase nos jornais concorrentes, como o *Cinco de Março*:

A televisão, que deveria ser motivo de entretenimento, passa a ser um massacre mental. Ninguém consegue acompanhar as novelas, nos seus capítulos normais. Agora mesmo, estamos desde o dia 18 de novembro sem assistir a uma programação completa, um só dia. Liga-se a televisão, no horário das 18 horas em diante e o que se vê, no lugar da imagem, é a famosa casa de abelhas.<sup>194</sup>

A carta do leitor publicada pelo jornal se referia à qualidade do sinal da TV Anhanguera captado pelos televisores de

<sup>193</sup> NOVAS atrações na TV Anhanguera: as máquinas de um milhão de dólares. *O Popular*. Goiânia, 05 ago. 1979.

<sup>194</sup> CARTA do Leitor. *Cinco de Março*. Goiânia, 24 a 30 dez. 1979.

Paraíso do Norte, cidade do centro-norte goiano, às margens da Belém-Brasília. Para receber uma das torres de retransmissão, as prefeituras do entorno e a comunidade haviam contribuído com dinheiro, acessórios e materiais. Como reclama a carta,

Nas primeiras transmissões, ainda houve êxito, mas nas partidas finais, deixou muito a desejar. A torre da TV de Paraíso, por não estar bem aterrada para oferecer maior segurança contra descargas atmosféricas, quase fez uma vítima na pessoa de um funcionário que tomava conta da mesma. Uma faísca que caiu na torre quase o mata. Foi tão violenta que atingiu a capelinha ao lado.<sup>195</sup>

A carta é assinada pelo morador de Paraíso do Norte, José Pereira da Silva. Além da qualidade deficiente da imagem, em alguns trechos Silva chega a dar detalhes de erros cometidos pela programação da emissora que causavam insatisfação e frustração:

Anunciaram a semana toda que no dia 18 de novembro, o Fantástico exibiria um clássico do cinema, Luzes da Ribalta, o que não aconteceu. Há uma série de outros fatos, como anúncios de corridas de automóveis, etc. Não existe uma programação que os telespectadores possam acompanhar, a exemplo da Rede Globo de Televisão, da Tupi, Bandeirantes, e outras. No dia 3 de dezembro, assistimos a novela Os Gigantes às 22h30, e o Planeta dos Homens, depois das 23 horas. Assim mesmo, com os cortes provocados pela repetidora. Uma hora tinha som e imagem, outra, somente imagem. Em outras palavras, uma verdadeira confusão.<sup>196</sup>

---

<sup>195</sup> Idem.

<sup>196</sup> Idem. *Ibidem*

O leitor faz um apelo solicitando mudanças na programação:

O nosso objetivo é de crítica construtiva, pois de uma coisa estou certo: pior do que está não existe em nenhuma parte do Brasil. A programação de filmes é muito repetitiva e, na sua maioria, filmes de péssima qualidade.<sup>197</sup>

A carta foi entregue na redação do jornal, porque o autor alegou não saber a quem endereçá-la. Por outro lado nenhum dos veículos impressos ligados ao Grupo Jaime Câmara sequer mencionou qualquer reclamação relativa ao problema com as transmissões da programação para Paraíso do Norte.

## No lugar do altar para o santo... a televisão

No lugar do altar para o santo, colocou-se a televisão. Por isso, a primeira imagem foi da Hora do Ângelus. A TV tirou a poeira do abandono. A sala de estar ganhou o mundo.<sup>198</sup>

Na visão de Jesus Martin-Barbero a construção do cotidiano é fundamental no estudo dos meios de comunicação a partir de sua inserção na cultura local. Se o autor pudesse analisar a “troca” feita pelo morador do norte goiano, ao tirar o santo de devoção do altar e ali instalar a televisão, certamente constataria uma estratégia do sujeito em construir uma outra memória cultural com a chegada do aparelho e sua transmissão na região.<sup>199</sup>

---

<sup>197</sup> Idem.

<sup>198</sup> RORIZ, Fátima. **Entrevista** concedida a J.S. S. Palmas-TO, jan. 2002.

<sup>199</sup> Para Barbero, os meios de comunicação são vistos, no caso, não apenas como veículos, mas como expressões de uma instância pública que indaga e também reconhece os espaços de construção de valores, ainda que sejam valores grupais. Tais espaços são, ao mesmo tempo, de negociação e de debates, já que os valores, longe de serem expressão de sentido dado apenas pelo produtor ou pelo receptor, são o que exprimem o processo mesmo no qual

Ainda que desejada pela comunidade, a televisão provocaria mudanças na rotina dos moradores. Um aspecto interessante nesse processo é o que se pode chamar de passagem do sagrado ao profano. Até a década de 1970 era tradição que cada família no meio rural, junto a sua vizinhança, festejasse um santo padroeiro com o cumprimento de promessas e outros rituais como novenas, folias de Santo Reis, Divino e outros.

A religiosidade católica estava presente nas missas de domingo, nos casamentos, nos batizados, nos enterros e nas roupas domingueiras engomadas para dias especiais. A família estava sempre reunida quando era comemorado algum acontecimento ligado ao sagrado.

Era uma sociedade que havia se dedicado à criação de gado e à lavoura. O couro, o queijo, o vestuário e os instrumentos para o manejo do gado eram produzidos na fazenda. A população era composta basicamente pelo fazendeiro, esposa, filhos, parentes e outros dependentes, vaqueiros, agregados e aventureiros. Nesta conjuntura o Rio Tocantins integrava o norte ao mercado de Belém, no Pará. A navegação pelo Rio representou um meio de vida para as populações ribeirinhas que eram abastecidas com sal, pólvora, tecidos e exportavam seus excedentes, o couro de gado, o fumo, o algodão, a cachaça, a tapioca e a rapadura<sup>200</sup>.

Localizados à margem direita do Tocantins, municípios como Boa Vista (Tocantinópolis), Araguatins, Tocantínia, Pedro Afonso e Porto Nacional dependiam do Rio como principal meio de transporte e escoamento comercial. A vida em uma comunidade ribeirinha é narrada pela memória do homem encabulado, acanhado diante do monitor:

[...] a nossa região era muito empolgada em termos de comunicação. Nós saímos do carro

---

eles ocorrem. Essa estratégia, se de um lado não elimina o lugar e o espaço do emissor, portanto, não o nega nem o inocenta, faz o mesmo com relação ao receptor, que é buscado em seu contexto, mesmo na diferença do lugar social assimétrico que vem a ocupar perante o emissor. Ver BARBERO, Op. Cit. p.104-115; 291- 294.

<sup>200</sup> OLIVEIRA, Maria de Fátima. Um Porto no sertão: cultura e cotidiano em Porto Nacional (1880 a 1910). In: GIRALDIN, Odair (Org.). **A (trans) formação histórica do Tocantins**. Goiânia: Ed. UFG, 2002. p. 240-244.

de boi para o barco e fomos diretamente para o avião e do avião fomos para a televisão. [...] a região sofreu esse abalo [...] Com a chegada da TV, a coisa se abriu, abriu de tal maneira que chocou, chocou com essa própria sociedade<sup>201</sup>.

Para este homem acostumado ao seu *modus vivendi*, como nadar no rio, passear em volta da praça, sentar na porta das calçadas e jogar conversa fora, televisão era novidade. O aparelho de televisão veiculava cenários desconhecidos que se chocavam com essa sociedade. Os “novos” costumes mudariam até os horários de dormir.

Embora aqui o cineminha que existia fosse rasteiro e muito fraquinho, tinha cinema e o pessoal ia porque não tinha outra diversão. O cinema funcionava, via de regra, de 7 as 11h da noite e daí iam para casa dormir, então, a TV em casa não deixou de ser também uma diversão para o povo de Porto Nacional. Quando nós recebemos a TV, era um veículo de comunicação visual muito bom, muito importante, portanto, ficamos felizes com ele. O comportamento do povo antes da TV, da nossa juventude, das nossas crianças, era de cantigas de roda, brincadeiras de vários tipos que tinha aqui em Porto Nacional. Era a diversão que tinha a ocupação, não durava mais do que até as nove horas da noite no máximo<sup>202</sup>.

As transformações no cotidiano da cidade não se limitaram a simples mudança de horários para dormir ou horas passadas diante do monitor de televisão. As alterações ocorriam com

<sup>201</sup> AYRES, D. **Entrevista** concedida a M.C.C. Porto Nacional-TO, 20 nov. 2001.

<sup>202</sup> COSTA, A. **Entrevista** citada.

relação aos compromissos sociais que eram marcados em função das programações televisivas, sobretudo para depois das 20h, horário do Jornal Nacional.

Às vezes eu anunciava na TV uma reunião de políticos, reunião de clubes sociais logo após o Jornal Nacional, isso era normal. Se você marcasse uma reunião para antes do Jornal Nacional as pessoas não iam, naquele momento, hoje não. Mas naquela época o Jornal Nacional era a grande fonte, a única de informação, o único canal, a única emissora. Na realidade, houve toda uma mudança de mentalidade, houve uma mudança de costumes.<sup>203</sup>

Introduzida nos lares, a televisão concedia prestígio social à família. Mais que isso, a casa se tornava um centro de atração e convivência para a vizinhança.

Saíamos de casa em casa e chegava numa determinada casa parecia um cinema, de tanta gente. Eles colocavam a TV num lugar fora, num alpendre, num lugar alto para o pessoal ficar assistindo à televisão<sup>204</sup>.

Hábitos provincianos foram desaparecendo à medida que os moradores adquiriam os aparelhos receptores. As cantigas de roda, as cantorias religiosas, as brincadeiras com bonecas de pano e milho foram sendo substituídas pela máquina de narciso<sup>205</sup>. Para o prefeito de Porto Nacional, Jurimar Macedo, em alguns moradores, o sentimento na época era de saudosismo de uma vida pacata, sossegada, bem interiorana. As mudanças na rotina provocadas

<sup>203</sup> GOUVEIA, D. **Entrevista** citada.

<sup>204</sup> GOUVEIA, A. D. **Entrevista** citada.

<sup>205</sup> A televisão atinge o inconsciente das pessoas quando o espectador identifica-se na imagem, ou na imagem desejada refletida na TV correndo o risco de ter a mesma confusão que Narciso teve, a de apaixonar-se pela própria imagem refletida. Muniz Sodré trabalha este conceito no livro **A Máquina de Narciso: televisão, indivíduo e poder**. São Paulo: Cortez Editora, 1990. p. 10.

pela chegada das retransmissoras de televisão, ainda que atraentes, incomodavam porque modificavam as relações. “Tinha rodadas nas portas da rua pra gente conversar, pra brincar, pra rir, pra comentar e com a televisão todo mundo encolheu pra dentro de casa”.<sup>206</sup>

No decorrer dos anos a programação diária da televisão construiu um novo espaço doméstico, ou seja, ganhou um lugar de destaque nas residências. No lugar do altar para o santo de devoção agora ficava o aparelho de televisão, bem no centro da sala. A nova posição revelava uma nova ordem de prioridade na vida das famílias em que as programações preenchiam espaços antes ocupado pelas rotinas religiosas, pelas devoções na vida dos indivíduos.<sup>207</sup>

Para Certeau a nossa sociedade canceriza a vista, mede toda a realidade por sua capacidade de mostrar ou de se mostrar e transforma as comunicações em viagens do olhar. É uma epopeia do olho e da pulsão de ler. Ao exemplo da análise das imagens difundidas pela televisão e dos tempos passados na frente do aparelho deve ser completada pelo estudo daquilo que o consumidor cultural fabrica durante essas horas e com essas imagens. Certeau parece nos dizer que os usuários dos códigos sociais os transformam em metáforas e elipses de suas caçadas à medida que só lhe restam as astúcias, “golpes” nos alicerces do que lhe é transportado.<sup>208</sup>

Muitas vezes imaginamos que o fato de assistir à televisão seja suficiente para que possamos conhecê-la. Temos uma tendência a afirmar que a televisão, na qual a informação é veiculada essencialmente pela imagem, seja um veículo de comunicação fácil. Na cultura judaico-cristã a leitura tem um papel relevante e a imagem um componente de superficialidade. Apesar de a imagem ser mais antiga que a escrita, e a comunicação pela imagem ser igualmente anterior à escrita, valorizou-se a transmissão cultural pela escrita. Essa postura reforçou a noção de que só era possível pensar a sociedade a partir do documento escrito.

<sup>206</sup> MACEDO, J. **Entrevista** citada.

<sup>207</sup> Observando a disposição dos televisores nas residências familiares populares, percebe-se que a disposição espacial do aparelho revela o modo como o telespectador faz a mediação, ou seja, a recepção. A assimilação da informação que varia em função do lugar, da visão de mundo e das práticas culturais.

<sup>208</sup> DE CERTEAU, Michel. **A Invenção do Cotidiano**. 1. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 39.

Existe uma lógica neste paradoxo. A televisão reatualizou as distinções sociais construídas no cotidiano. Recolocou repertórios exclusivos de um determinado grupo, no caso, a escrita e o redimensionou para a imagem<sup>209</sup>, colocando a disposição de um público genérico. Para Canclini, comprar objetos, assinar-lhes um lugar em uma ordem, atribuir-lhes funções na comunicação com os outros, são recursos para se pensar os desejos e as estruturas da ordenação social. O desejo de possuir “o novo” não atua como código irracional ou independente da cultura coletiva a que se pertence.<sup>210</sup>

Em depoimento, a moradora Tomásia de Sena Araújo conta que em função da retransmissão das novelas as mulheres começaram a mostrar mais o corpo e mudaram a forma de se vestir<sup>211</sup>. Assimilaram outros modos de vida, adotaram novas práticas culturais. Outro morador, Djalma Aires, vai mais longe ao dizer que: “Digamos, a falta mesmo de moral, a libertinagem cresceu muito com a TV. A mulher perdeu muito, passou a ficar mais vulnerável. Não sou retrógrado, mas não sou excessivamente avançado, eu sou equilibrado, sempre fui”.<sup>212</sup>

Como as lembranças pelo morador Djalma Aires, provocadas pela programação retransmitida no Canal 2, sobretudo as telenovelas,

As pessoas achavam que aquela novela em si, levando o beijo, isso, aquilo, para uma sociedade que não tinha aquela pessoa, às vezes namorava, a filha tinha aquela coisa, os pais passando para ela ser uma moça casta, ser isso, aquilo outro e a novela veio praticamente rasgar tudo isso, esses conceitos que tinha.<sup>213</sup>

<sup>209</sup> Usada no sentido figurativo, de produto a ser consumido.

<sup>210</sup> CANCLINI, Nestor. **Consumidores e Cidadãos**: conflitos multiculturais da globalização. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999. p. 84.

<sup>211</sup> ARAUJO, T. S. **Entrevista** concedida a M.C.C. Porto Nacional-TO, 30 nov. 2001.

<sup>212</sup> AIRES, Djalma. **Entrevista** concedida a M.C.C. Porto Nacional-TO, 20 nov. 2001

<sup>213</sup> AIRES, Djalma. Idem.

As novelas influenciavam tanto o cotidiano que os populares, às vezes, confundiam realidade com ficção. Assim expressa Gouveia “fui abordado inúmeras vezes por pessoas que pediam para eu mudar a história das novelas.”<sup>214</sup> A ficção estava introjetada na vida real das pessoas.

Para entender por que estes problemas aconteciam em uma cidade e poderiam não acontecer em outra é importante aproveitar a explicação dada por Davi Gouveia, gerente da TV Anhanguera de Gurupi por quase duas décadas.

Naquela época, o Brasil usava o sistema Embratel, antes eram torres terrestres, hoje é por satélite. Não tinha nem rádio, porque o processo de comunicação aqui no Norte de Goiás ele foi um pouco inverso do restante do País. Porque normalmente se começa com jornal impresso, depois a emissora de TV, vem o rádio e a TV. No Tocantins, aconteceu um processo inverso, a TV chegou primeiro, depois é que apareceram os jornais, depois as emissoras de rádio.<sup>215</sup>

Nesta declaração Gouveia comete um equívoco ao dizer que a televisão chega antes dos jornais impressos, desconsiderando a existência de outros veículos: A Folha do Norte (Porto Nacional – 1891), Norte de Goyaz (Porto Nacional – 1905), Voz do Norte (Natividade - 1929), Voz do Norte (Tocantinópolis – 1939), O Norte (Arraias – 1935), O Tocantins (Tocantinópolis - 1950), O Estado do Tocantins (Porto Nacional - 1956), Ecos do Tocantins (Pium - 1951), O Correio do Norte (Tocantinópolis – 1955), Tribuna da Amazônia (Araguaína – 1973), O Estado do Tocantins (Araguaína – 1975)<sup>216</sup>.

<sup>214</sup> GOUVEIA, A. D. **Entrevista** concedida a M. C. C. Porto Nacional-TO, 03 out. 2001.

<sup>215</sup> GOUVEIA, A.D. **Entrevista** citada.

<sup>216</sup> TELES, José Mendonça. **A imprensa matutina**. Goiânia: CERNE, 1989. p. 61.

Ver também: SILVA, Otávio Barros. **Breve História do Tocantins e de sua gente**: uma luta secular. ARN/FIETO; Brasília: Solo Editores, 1996. p.132.

Mas, destes jornais poucos sobreviveram à chegada da televisão na região. Se já era pequena a assinatura ou a vendagem em banca dos exemplares, mais difícil ainda ficou conseguir novos leitores concorrendo com tão grande novidade quanto novelas, shows e telejornais exibidos. Somando-se a esse fator, a região também registrava elevado índice de analfabetismo e baixa escolaridade.

Os primeiros telejornais da TV Anhanguera eram produzidos em Goiânia desde 1963. Segundo o jornalista José Divino Pereira, voz pioneira dos noticiários da emissora, a estratégia inicial foi aproveitar a estrutura do jornal impresso *O Popular* para informar os fatos na TV.

Criou-se então o programa *O Popular* nº5 2, em outras palavras, para informar os fatos – locais, nacionais e internacionais – José Divino colocava as fotos que haviam sido publicadas em *O Popular* e os narrava. “Era filme mudo e em preto e branco”, esclarece.<sup>217</sup>

Nesta época, para suprir a falta de imagens, eram utilizados *slides* para ilustrar as notícias. Os apresentadores eram narradores, improvisando textos na transmissão das informações.

Só no final da década de 1980 as emissoras do Grupo Jaime Câmara, instaladas no norte de Goiás, recebem investimentos para implantar telejornais regionais. Mas a estreia destes programas se dá depois da criação do estado do Tocantins, já na década de 1990.

---

<sup>217</sup> Os pioneiros da TV Anhanguera. **O Popular**. Goiânia, 22 out. 1998.

## 5. Quando a imprensa abraça a causa separatista

Andam falando que nós é caipira, que nós tem cara de milho de pipoca, que nosso rock é dançar catira. Que nossa flauta é feita de taboca. (...) Se farinha fosse americana, mandioca importada, banquete de bacana era farinhada.<sup>218</sup>

A gente que nasceu aqui, que sempre viveu aqui certamente convivemos com as principais dificuldades. Uma das coisas que mais nos preocupava, que mais atravancava o progresso, era falta de comunicação.<sup>219</sup>

As dificuldades de comunicação evidenciadas pelas distâncias entre o norte e o sul goiano e o longo processo de alijamento econômico, político e cultural foram reclamados pela população com reflexos na imprensa local. Para protestar contra a indiferença, superar as distâncias e as condições de lugar ignorado, publicava-se artigos na *Folha do Norte* de Porto Nacional.

Povo do norte olha a quem serve o teu dinheiro, trabalha para viver nobremente na tua pobreza e quando do fruto de teus pou-

<sup>218</sup> CRUZ, Juraíldes. **Lugar Seguro**. São Paulo: Devil Discos, p. 1998. 1CD. Faixa 14. "Nóis é jeca, mas é jóia".

<sup>219</sup> COSTA, Aderson. **Entrevista** concedida a M C C. Porto Nacional-TO, 3 nov. 2001.

cos recursos, entregas aos cofres a parte que é exigida a título de imposto, não penses que o governo tenha em vista o conserto de tuas estradas ou abrir novas fontes de riquezas a teus filhos. Olha nortense, o vampiro que suga o teu sangue, repele-o para longe de ti. Fora dele, ou então desligado de Goyaz, tu poderás, rico também, te assentar ao lado dos prósperos no banquete da família brasileira.<sup>220</sup>

Esse tom de recriminação brotou da existência sofrida, que produziu um ressentimento originado do desamparo dos poderes públicos. A consequência direta desse ressentimento foi uma postura política oposicionista “o Norte, em Goiás, deixou muito cedo de ser um denotativo meramente geográfico para carregar um peso de oposição política<sup>221</sup> [...]”. Nesta perspectiva, as denominações “atraso” e “exclusão” eram expressões carregadas de revolta dos moradores da região, evidentes no Jornal Folha do Norte.

[...] sabe Deus com quanto sacrifício pagamos regularmente ao fisco se transformarão em toda sorte de luxos e superficialidades para a capital e o seu distrito. Pobre Norte! Esquecido pelos poderes públicos era em proveito do Sul que os impostos ali arrecadados se materializam em pontes e estradas.<sup>222</sup>

O paralelo 13, onde começava a região, integrava parte da Amazônia Legal, caracterização que confirmava uma peculiaridade. A região identificada como “sertão” define-se historicamente a partir da oposição ao centro-sul de Goiás. Com desdém, o lugar onde a nacionalidade se esconde, livre das influências estrangeiras.

<sup>220</sup> **FOLHA do Norte**. Porto Nacional-TO, n. 16, 15 jun. 1892.

<sup>221</sup> PALACÍN, Luis G. **Coronelismo no extremo norte de Goiás**: o padre João e as três revoluções de Boa Vista. São Paulo: Loyola, 1990. p. 9.

<sup>222</sup> **FOLHA do Norte**. Porto Nacional-TO, n. 16, 15 jun. 1892.

## A TV mostra o discurso dos pioneiros

Nem sempre, porém, consegue-se esconder o sol com a peneira do farisaísmo. Às vezes, a verdade surge em tons surrealistas [...] (RODRIGUES, 1995, p. 21).

Na segunda metade do século XX o tema sobre a emancipação do norte goiano é recorrente nos discursos de integrantes da Casa do Estudante do Norte Goiano (CENOG)<sup>223</sup>, do deputado federal José Wilson Siqueira Campos e de componentes da Comissão de Estudos dos Problemas do Norte Goiano (CONORTE).

Os ideais defendidos pela CENOG foram adotados pelo deputado Siqueira Campos que, em 1972, apresentou projeto para redivisão territorial da Amazônia Legal, que incluía a criação do Estado do Tocantins. Embora aprovado o projeto ficou sobrestado por alguns anos. Em 27 de julho de 1978 os deputados Siqueira Campos, Mário Cavalcante e Raimundo Marinho apresentaram um projeto de lei complementar referente à emancipação norte-goiana.<sup>224</sup>

É nesta efervescência emancipacionista que a televisão se insere como instrumento fundamental, veiculando os ideais de desmembramento do estado de Goiás. Não somente informou o que estava acontecendo como também influenciou a maneira pela qual as imagens e mensagens por ela transmitidas deviam ser entendidas. Nesse sentido, contribuiu para reforçar o sentimento de autonomia do segmento que vivia no norte.

---

<sup>223</sup> SANTOS, Jocyléia Santana. **O sonho de uma geração (Casa do Estudante do Norte Goiano) CENOG e movimento separatista**. 1959-1968. Recife: UFPE, 1996; A Cenog no discurso dos seus integrantes. In: GIRALDIN, Odair (Org.). **A (trans) formação histórica do Tocantins**. Goiânia: UFG/Unitins, 2002. ISBN 85-7274-201-8; O sonho de uma geração CENOG: movimento estudantil pró-Tocantins. **Revista do Unipê**. João Pessoa: Editora Unipê, 2001. V.I 5, n. 1. ISSN 1414-3194; Estudantes engajados na luta pró-Tocantins: Casa do estudante do Norte Goiano. In: Estudos: **Revista da Universidade Católica de Goiás**. Goiânia: Editora da UCG, 2003. v. 30. ISSN 0103-0876

<sup>224</sup> Idem.

Tal importância fica explicitada no pronunciamento de Jaime Câmara no primeiro Congresso de Estudos dos Problemas do Norte Goiano<sup>225</sup>, afirmando que ao implantar os veículos de comunicação, como a TV de Araguaína, a Rádio Araguaia e o Jornal do Tocantins, estava investindo numa realidade emergente, ajudando a consolidar a causa separatista.

Os participantes do congresso elaboraram a Carta do Tocantins que pugnava pela caracterização político-partidária da campanha. O documento continha reivindicações e propostas destinadas ao desenvolvimento das partes norte e nordeste do antigo Estado de Goiás:

### **CARTA DO TOCANTINS**

1º - O norte goiano, com uma população em torno de um milhão de habitantes, disseminados por 53 municípios, numa área de 286.706 km<sup>2</sup> é dotado de abundantes recursos naturais, não tendo sua expressão econômico-política merecida a atenção por parte das autoridades governamentais, do que é prova o patente desequilíbrio regional.

2º - Por essa razão, desde os tempos do Brasil-Colônia atravessando o Império até esta parte da República, tem o norte de Goiás sido palco de movimentos divisionistas, buscando alcançar a autonomia para atingir as eficiências administrativas, e promover seu próprio desenvolvimento.

3º - Tais movimentos precursores deixaram na mente dos nortenses a semente reivindicatória que, agora, germina e se corporifica na Comissão de Estudo dos Problemas do Norte Goiano-CONORTE, que apresenta como objetivos prioritários os constantes dos seus Estatutos:

---

<sup>225</sup> Realizado nos dias 23, 24 e 25 de abril de 1982 em Brasília. CAMINHOS do Futuro. **O Popular**. Goiânia, 27 abr. 1982.

I – Congregar a população do Norte Goiano em torno do ideal autonomista, a fim de conscientizá-la da realidade atual;

II - Pesquisar, estudar, debater e conhecer os problemas do norte goiano e traçar as diretrizes de um plano de desenvolvimento integrado, a ser entregue às autoridades estaduais e federais, com o objetivo de embasar a reivindicação autonomista;

III - Viabilizar o aumento da representatividade da região junto aos poderes constituídos, independentemente de vínculo partidário ou religioso, valorizando dessa forma os candidatos e as lideranças da própria região.

4º - O norte goiano está consciente de que nenhum desenvolvimento será alcançado se a busca não se firmar nesta trilogia: energia, estradas e expansão agropastoril.

5º - Atenção especial deverá ser dispensada às riquezas locais, possibilitando a implantação de indústrias que visem ao aproveitamento da matéria-prima existente na região, gerando empregos, expandindo o mercado, promovendo o desenvolvimento ordenado e seguro de toda a área nortense.

6º - O homem deve ser o objetivo último de todo o progresso. Como tal, sua afirmação profissional deve constituir-se na preocupação primeira da administração pública. Para o atendimento de semelhante objetivo, torna-se imperiosa a implantação de cursos profissionalizantes em nível de 2º grau, bem como de ensino superior.

7º - A CONORTE reivindica, apelando para a sensibilidade do Secretário Executivo da Comissão internacional do Projeto Carajás, e outras autoridades federais, que sejam incluídos

no Projeto Grande Carajás os municípios da área amazônica de Goiás, por questão de justiça e equidade.

8º - Sintetizando os anseios do I Congresso de Estudo, conclama a CONORTE a população para a união em torno da eleição do maior número possível de representantes da região, seja na Assembleia Legislativa, seja no Congresso Nacional. Aí se concentra o poder decisório. Aí cumpre exercer pressão. O interesse norte goiano deve sobrepor-se a quaisquer interesses partidários.

9º - A CONORTE acredita na intenção de acerto dos governantes. E por assim acreditar, tem como certo o atendimento às reivindicações formuladas neste I Congresso de Estudos dos Problemas do Norte Goiano<sup>226</sup>.

O debate apresentado pela CONORTE neste congresso esteve centralizado na necessidade de apresentar um diagnóstico positivo sobre a capacidade de autogestão da região e da sua identidade sociocultural. O diagnóstico elaborado tenta mostrar como a autonomia do norte do Estado é a única via possível de ampliação da industrialização e do desenvolvimento local<sup>227</sup>.

A partir deste congresso, a CONORTE passou a desempenhar um papel preponderante no movimento divisionista, sistematizando com a imprensa uma campanha nacional em defesa do Tocantins. Vários documentos foram enviados às redações de jornais, revistas e televisão. Reportagens foram produzidas pelas emissoras de TV nacionais.

Os efeitos desta ampla campanha foram considerados positivos sob o ponto de vista da liderança da instituição. Autores como Lira e Oliveira enfatizam que a CONORTE “traiu a causa

<sup>226</sup> LEITÃO, José Carlos. **Tocantins**: eu também criei. Brasília: JCL/Brasil, 2000. p. 95-96.

<sup>227</sup> OLIVEIRA, Rosy. A “invenção do Tocantins”. In: GIRALDIN, Odair. (org). **A (trans) formação histórica do Tocantins**. Goiânia: Ed. UFG, 2002. p. 34-40.

separatista”, pois representava a convergência dos interesses da elite agrária e da classe média dominante local<sup>228</sup>.

A televisão levava aos moradores do norte a dimensão que o movimento estava tomando e, dessa forma, inflamava o sentimento de emancipação.

As imagens veiculadas tinham o poder de chegar a um número cada vez maior de lares, conforme o Cinco de Março<sup>229</sup>, diversos fatores fizeram que o televisor passasse a ser uma peça obrigatória no lar brasileiro hoje em dia.

Isso se comprova pelo crescimento vertiginoso pelo qual passava a televisão em todo o país<sup>230</sup>. Em 1979, quando o Brasil tinha 25 milhões de domicílios, destes, aproximadamente 19,8 milhões eram cobertos pela Rede Globo, havendo, neste momento, 13 milhões de domicílios com televisor. Entretanto, na zona rural, em especial, estimava-se que a cada grupo de 41 habitantes um possuía o aparelho. Neste período o estado de Goiás já alcançava a marca histórica de 75,1 % de cobertura, o que significava 179 dos 223 municípios do estado.

Segundo dados publicados pela *Revista Brasil Exame*<sup>231</sup> em um estudo comparativo da venda de aparelhos domésticos no período de 1970 a 1979 os televisores em preto e branco e coloridos juntos já ocupavam o segundo lugar entre os eletrodomésticos mais vendidos, perdendo apenas para os aparelhos de rádio transistores, que tinham preço bem mais acessível à população de baixa renda.

O crescimento da cobertura deu um salto de 1979 para 1982. Neste último ano a TV Anhanguera já cobria todo o estado de Goiás:

Agora, sem qualquer dúvida, a Anhanguera se constituiu no carro-chefe da empresa, graças ao seu extraordinário índice de audiência, detendo

<sup>228</sup> LIRA, Elizeu Ribeiro. **A gênese de Palmas – Tocantins**. Presidente Prudente/SP: UNESP, 1994. p. 133.

OLIVEIRA, Rosy. Op. Cit. p. 40.

<sup>229</sup> O DOMÍNIO da Rede Globo. **Cinco de Março**. Goiânia. p. 2. 17 a 23 set. 1979.

<sup>230</sup> Idem.

<sup>231</sup> Ninguém resiste ao avanço japonês. **Revista Brasil em Exame**. São Paulo: Abril Editora. mar. 1980. p. 180.

quase 99% do mercado, uma vez que, através de sua rede de retransmissoras, cobre todo o Estado de Goiás, utilizando-se de boa parte da programação da Rede Globo, a quem está filiada, e alguns programas de produção local, como *Mulher*, *Jornal do Campo*, *Jornal Nacional* (edição local), *Espaço Dois e Debate*.

As emissoras, porém, não se limitaram à veiculação de propagandas pagas. A televisão se inseriu na luta pró-Tocantins, retransmitindo e fortalecendo o discurso autonomista. Caso específico da TV Anhanguera, que promoveu debates como o realizado com a participação do deputado Siqueira Campos, autor do projeto de criação do estado do Tocantins e tido como uma das forças políticas no norte de Goiás. O deputado federal era um dos vice-líderes do Governo na Câmara dos Deputados e, em 22 de janeiro de 1982, Siqueira Campos foi o convidado do programa *Debate*, que a Televisão Anhanguera levava ao ar a partir das 23h.<sup>232</sup>

Esses debates eram, segundo a emissora, um trabalho realizado junto à população do norte com relação a sua posição frente a possível divisão do Estado, bem como o posicionamento dos prefeitos de diversas cidades daquela região.<sup>233</sup>

Luiz Fernando Rocha Lima, diretor de telejornalismo, enfatiza que:

A TV fez mais do que veicular. Toda a estrutura da OJC foi mobilizada para se criar a idéia do estado do Tocantins. A filosofia de Jaime Câmara era de mobilizar todos os recursos tanto no Tocantins como em Goiás, com o objetivo de afastar a hostilidade com relação ao projeto de separação. A organização teve um sucesso. As aeronaves da OJC voavam por

<sup>232</sup> SIQUEIRA e população discutem Estado do Tocantins em Debate. **O Popular**. Goiânia, 22 jan. 1982.

<sup>233</sup> Idem.

todo o estado numa organização suprapartidária. Ela conseguiu se manter equidistante das forças políticas. Na primeira hora, atendemos a população com a prática jornalística que identificava o cidadão tocantinense. Gerávamos o jornal em Goiânia e transmitíamos pra o Tocantins.<sup>234</sup>

Além da televisão outros meios de comunicação foram acionados, tais como a revista *Veja*, que fez diversas matérias sobre a possível criação de uma indústria de turismo na região. Na revista *Afinal* o Tocantins foi matéria de capa. O *Jornal da Tarde*, de São Paulo, publicou também uma reportagem especial sobre a região e o *Jornal do Brasil* deu destaque especial ao Tocantins. Jornais como *Jornal da Tarde*, de São Paulo, *Jornal do Brasil* e *Correio Braziliense* divulgaram a luta separatista.<sup>235</sup>

## Da antena do pé de pequi ao satélite

Quase um século e meio depois das primeiras vozes torna-se realidade o sonho da criação do Estado do Tocantins. Em 5 de outubro de 1988, uma data histórica para o povo, o norte vira Estado, a 26ª unidade da Federação. Este ato representou a conquista não apenas de um político, de uma entidade ou de um grupo, mas de todo um povo que já não suportava a exclusão.

Criado o Estado era necessário definir sua capital. Por decisão do presidente José Sarney, o primeiro após o fim da ditadura, o Tocantins ganha uma capital provisória, a cidade de Miracema do Norte. Esse processo, porém, não se deu de forma pacífica, mas sob protestos dos moradores de outros municípios, que se julgavam mais preparados para atender a escolha. Araguaína, por exemplo, a maior cidade do novo Estado, ficou revoltada com o fato de ter sido preterida na decisão. Populares interditaram a

<sup>234</sup> LIMA, L. F. R. **Entrevista** concedida a J.S.S. Goiânia-GO. 25 jan. 2005.

<sup>235</sup> ESTADO do Tocantins, um projeto viável. **O Popular**. Goiânia, p. 2, 23 mar. 1985.

BR-153 (Belém-Brasília) e ameaçaram destruir uma ponte caso o decreto presidencial não fosse revogado.

Até o início da noite, a rodovia Belém-Brasília continuava interditada e, durante todo o dia, houve uma presença muito grande de populares e lideranças políticas e empresariais. Na cidade, o comércio fechou suas portas já pela manhã, atendendo a convocação da Aciara (Associação Comercial e Industrial de Araguaína) e o prefeito Eisler Robson dos Santos, como decreto de feriado municipal.<sup>236</sup>

Os protestos seguiram no dia seguinte com passeata dos moradores inconformados que promoveram o enterro simbólico daquele que consideravam o responsável pela escolha, o governador do Estado, Siqueira Campos,

Considerado pelos manifestantes como o principal responsável pela escolha de Miracema do Norte. A polícia militar acompanhou os acontecimentos à distância, sem intervir diretamente. Em entrevista à Rádio Anhanguera de Araguaína, Siqueira Campos afirmou que a escolha de Miracema foi uma decisão do presidente José Sarney, contra a qual “não devemos nos rebelar.”<sup>237</sup>

Entre os fatores questionados pelas lideranças políticas não contempladas pela escolha, estava a falta de infraestrutura de Miracema, com destaque para os meios de comunicação, que eles consideravam precários.

---

<sup>236</sup> REVOLTADA, Araguaína fecha rodovia. **O Popular**. Goiânia, p. 2, 09 dez. 1988.

<sup>237</sup> Idem.

Entretanto, a explicação dada pelo secretário de governo, Fernando Cunha, apresentou o verdadeiro motivo da escolha: “o provisório seria definitivo, caso se escolhesse uma cidade de maior porte”<sup>238</sup> e a intenção era construir uma nova capital em um local apropriado. Miracema foi capital provisória do Tocantins por 14 meses. Em 1º de janeiro de 1990 o governador Siqueira Campos dá início à construção de Palmas, a capital definitiva.

Os debates em torno da nova capital, seja provisória ou definitiva, demonstraram a mudança no foco do discurso. Antes, o discurso autonomista, preocupado em mostrar o desamparo e abandono por parte de Goiás. Agora, volta-se para os problemas internos: a infraestrutura das cidades, as condições sociais da população, a escolha da capital. Porém, o pano de fundo desta questão era a concentração do poder, a demarcação de áreas de influência política, quem exerceria o comando.

Essa mudança de foco demonstra, sobretudo, o amadurecimento da população. O outrora *cerradão* agora era também Brasil e, como tal, tinha muito a discutir e, principalmente, construir.

A saída estratégica para pôr fim às disputas entre as cidades candidatas foi a construção de uma nova capital. A capital provisória deu vez à definitiva, Palmas, situada entre a Serra do Carmo, do Lajeado, e às margens do Rio Tocantins. Assim que foi criada e divulgada amplamente na mídia nacional atraiu profissionais de várias regiões do Brasil com a esperança de recomeçar a vida numa cidade planejada. Um jornal goiano trazia a manchete: “*Palmas, nasce a nova capital do Tocantins*”. E informava que um grandioso comício seria realizado para o lançamento da pedra fundamental.<sup>239</sup>

Após estudos das áreas apropriadas à construção da cidade, foi definido que o município seria centralizado em Canelas, distrito do município de Porto Nacional, distante 93 quilômetros de Miracema e 50 quilômetros de Porto Nacional.<sup>240</sup> O discurso político era de que a localização de Palmas solucionaria os desequilíbrios entre as áreas do Tocantins exatamente por sua posição de centro “cardíaco” no território estadual.

<sup>238</sup> Ibidem. Cunha afirma que decisão foi certa.

<sup>239</sup> PALMAS, nasce nova capital. **O Popular**. Goiânia, p. 6, 20 mai. 1989.

<sup>240</sup> **JORNAL do Tocantins**. Goiânia, 14 a 20 mar. 1989.

A imagem do coração com a mesma função fisiológica do corpo humano, significado estrategicamente inventado, contribuiu para a transformação de um espaço “desencantado” em um lugar pleno de sentido para uma coletividade. Era o centro propulsor do progresso que redimiria as populações pobres e atrasadas das áreas próximas ao Rio Tocantins<sup>241</sup>.

Essa matriz discursiva foi inspirada em Juscelino Kubitschek. Tal como Brasília, centro geográfico do país, Palmas seria o centro irradiador do progresso para o Estado. Uma simbologia que respaldava a centralização da capital.

A televisão participou deste processo enviando imagens do Estado para as emissoras nacionais. Equipes de reportagem da TV Globo vieram ao Tocantins e destacaram o grande índice de imigração para a região e a exibição do assunto se deu no Jornal Nacional. A reportagem também acabou atraindo mais pessoas. Nos primeiros anos, Palmas e o Tocantins receberam profissionais de todas as áreas, inclusive, entre eles, os profissionais da comunicação. Eram repórteres, cinegrafistas e editores que registravam as primeiras imagens, as informações e as repercussões da construção da capital no país.

Os profissionais da comunicação televisiva vivenciaram inúmeras dificuldades na mudança para a nova capital: a saúde, o clima, o desconforto e total falta de infraestrutura.

Na época a equipe ficava em Miracema, pois tinha que cobrir as ações do governo que ficava em Miracema e acompanhar as construções em Palmas. Então, a gente se deslocava de Miracema para Palmas. Nos primeiros sete meses, de maio a dezembro, Palmas não era uma Capital, era apenas um canteiro de obras, mas mesmo assim tinha matéria<sup>242</sup>.

<sup>241</sup> Sobre a análise da construção da cidade imaginada, ver: SOUZA, Candice Vidal e. **A invenção do Tocantins**: espaço e tempo na construção de uma comunidade imaginada em um contexto regional. Goiânia: Ciências Humanas em Revista/UFG, p. 56-57, 1995. A autora enfoca as características simbólicas de construção de identidades regionais nos discursos políticos de legitimação da criação do estado do Tocantins e da construção de sua capital, Palmas.

<sup>242</sup> BUCAR, Ruy Alberto. **Entrevista** concedida a T.F.B. Palmas (TO), nov. 2001.

Alguns pioneiros tentam transmitir em suas entrevistas a imagem de idealistas e de quem se deslocava com o objetivo de fazer parte de um ideal:

O que me atraiu para vir para cá foi o maior sonho meu, que era fazer uma matéria sobre Porto Nacional. E uma vez eu consegui. Estava acompanhando o governador, Henrique Santillo, na época, trabalhava numa empresa que era Estatal. No início era pesado, tanta dificuldade, desconforto. A maioria os profissionais não aguentava ficar e ia embora.<sup>243</sup>

Por trás desse argumento de informar os acontecimentos para uma população que se erguia junto ao Estado, o que se depreende é que a motivação tanto dos profissionais quanto das emissoras não era apenas de utilidade pública, mas, sobretudo, o interesse econômico de conquistar o mercado e receber os subsídios públicos para prestar serviço à comunidade e à comunicação em geral.

Para os profissionais da imprensa era uma nova “praça”, ou seja, uma oportunidade de trabalho nos jornais, uma vez que o mercado estava cada vez mais escasso nos grandes centros urbanos como, por exemplo, Rio de Janeiro e São Paulo. A intenção era crescer profissionalmente junto com a terra e garantir a sobrevivência.

O que estava em questão, portanto, era a conquista de um mercado que renderia lucros às emissoras e destaque profissional aos jornalistas. Estes vinham de vários estados, principalmente de Goiás, a exemplo do diretor de Operações das TVs Girassol (retransmissora da Rede Band) e Jovem Palmas (retransmissora do SBT), Euclides Neri de Oliveira Junior, que participou da implantação de três televisões em Palmas: TV Lajeado (retransmissora da Rede Record), TV Girassol e TV Jovem Palmas. E posteriormente, em 2002, viria a ser Secretário de Comunicação do Estado.

---

<sup>243</sup> GOMES, C. **Entrevista** concedida a T. F. B. Palmas (TO), nov. 2001.

Neri começou a trabalhar em televisão aos 17 anos, quando da implantação das emissoras em Goiás, concomitante à instalação das emissoras no Brasil. Ele relata sua experiência:

Fui o primeiro cameraman em Goiás, em 1962, quando se implantou a primeira estação de televisão em Goiânia: a TV Rádio Clube (canal 4), antes da TV Anhanguera. Existia apenas uma imensa câmera, de aproximadamente 34 polegadas, com lentes grandes. Como não existia o videoteipe, tudo era feito ao vivo. E, por isso, as gafes eram inevitáveis. Lembro-me que fazíamos na época a telenovela 'família Brode', e tinha uma cena que a câmera corria de um cenário para o outro e o nosso operador de microfone correu de um cenário para outro para agilizar o processo, mas tropeçou caindo com o microfone. Os atores tiveram que fazer de conta que não estavam vendo ele caído ali em cena e ainda tendo que se esticar para falar com o microfone longe. Uma situação patética.<sup>244</sup>

Relembra as dificuldades enfrentadas na produção dos comerciais:

Tudo era ao vivo. Certa vez, uma garota-propaganda ficou tão assustada que desmaiou em cena. Mas, graças a Deus, a tecnologia foi mudando essa história e logo surgiu o videoteipe. O primeiro equipamento VT que eu vi era do tamanho de um guarda-roupa grande. As fitas eram imensas. Cerca de cinco centímetros de espessura. Por volta de 1972, a TV ganhou cores. Um avanço muito grande. Os equipa-

<sup>244</sup> OLIVEIRA JR, E. N. **Entrevista concedida a M.A.S.** Palmas (TO), 20 jun. 2001.

mentos se modernizaram. Surgiram os U-matic, logo depois superados em qualidade pelos Betacam e, atualmente, a televisão digital, com equipamentos DV-Cam.<sup>245</sup> Atualmente, os equipamentos são bem menores, bem mais funcionais e com mais qualidade.<sup>246</sup>

Entretanto, não se pode negar que os primeiros profissionais que adotaram o Tocantins e a capital para trabalhar tiveram de se submeter a condições bastante desfavoráveis: o calor, a poeira, os mosquitos e a ausência de infraestrutura básica. Mas além disso, era complicado o processo para preparar os telejornais na TV Anhanguera, como lembra o repórter Carlos Gomes.

Você tinha que usar um telex para passar o release (texto da matéria). Esse telex parecia um piano. Você tinha que passar o texto para Gurupi e empacotava as fitas numa caixa de sapato, tinha que levar para a rodoviária (de Palmas) para estar no outro dia em Gurupi. Isso, no último ônibus, que saía às 11 horas da noite e às vezes a gente chegava lá meia noite ou deixava para despachar no primeiro ônibus

---

<sup>245</sup> U-Matic - o mesmo que 3/4 pol . Formato analógico utilizado no segmento profissional, criado em 1970 e dominante nessa década. Utiliza fita de 3/4 pol (+/- 20 mm). Foi o primeiro formato utilizado largamente com fita em cassete ao invés de carretéis. Na época, a Sony era líder na fabricação de equipamentos neste formato. Uma versão melhorada deste formato, com melhor resolução de cor, foi lançada alguns anos mais tarde. As duas versões passaram então a denominar-se U-Matic LB (Low Band) e U-Matic HB (High Band). Betacam - (oxide Betacam) formato analógico utilizado no segmento profissional. Criado pela Sony em 1982, utiliza fita de 1/2 pol (+/- 13 mm), com cassete e meio de transporte de fita similar ao antigo formato Betamax , porém, gravando o sinal de vídeo no sistema componentes e com velocidade de deslocamento da fita em relação às cabeças 6 vezes maior. Com este formato, a Sony introduziu as primeiras camcorders (junção de câmera com recorder, que eram, até então, equipamentos separados). DVCAM - formato digital utilizado no segmento profissional. Desenvolvido pela Sony em 1996, utiliza sinal idêntico ao do formato DV, tendo a mesma qualidade de imagem. Por ser um formato criado para uso no segmento profissional (enquanto que o DV abrange todos os segmentos), possui algumas diferenças com o formato DV em relação aos processos utilizados durante a gravação / reprodução. Utiliza o mesmo tipo de fita que o formato DV, a fita do tipo ME - Metal Evaporate.

<sup>246</sup> BUCAR, R. **Entrevista** concedida a E.M. Palmas-TO, 25 jan. 2001.

do dia seguinte, às quatro horas da manhã. O interessante era que, de vez em quando, as fitas iam parar em Goiânia<sup>247</sup>.

A sensação dos primeiros que chegavam à capital, em 1990, era a de que estavam em pleno deserto, pois Palmas ainda não tinha quase nada, a não ser o Palácio intitulado Palacinho, sede provisória do Governo do Estado. Durante o dia o local servia para abrigar a estrutura administrativa do governo, à noite se transformava em dormitório para os profissionais da imprensa, como relembra Luiz de Carvalho.<sup>248</sup>

Também foi ligada à sede provisória do governo estadual que outra emissora, a TV Palmas (na época retransmissora da Rede Manchete, atualmente detém a retransmissão da Rede Cultura), instalou seu sistema de operações.

A TV começou atrás do Palacinho como uma torre tubular, operava em UHF, canal 36 e transmissor de 100 W(...) na época, o governo teve que distribuir vários conversores de UHF e de antena UHF. Foi uma trabalhadeira porque eu e mais um técnico íamos nas casas instalar os conversores e as antenas para que as pessoas fizessem o favor de assistir à TV Palmas.<sup>249</sup>

A capital ainda tinha poucas casas. A cidade não oferecia uma boa iluminação pública, a água vinha do caminhão pipa. Eram poucas lojas de comércio em geral e grande parte das ruas ainda não estava aberta.

Nos primeiros sete meses, Palmas era apenas um canteiro de obras, mas, mesmo assim, para quem não acredita, tinha matérias para

---

<sup>247</sup> Idem.

<sup>248</sup> CARVALHO, Luiz. **Entrevista** concedida a T.F.B. Palmas-TO, fev. 2001

<sup>249</sup> COSTA, Manoel Filho. **Entrevista** concedida a T.F.B. Palmas-TO, fev. 2001.

se produzir. Começamos mostrando Taquaralto, existiam apenas 15 casinhas de palha, depois as pessoas foram chegando.<sup>250</sup>

O cotidiano da cidade na perspectiva daqueles que “vinham de fora” era assustador, principalmente para os que estavam acostumados com o conforto das grandes cidades do país. A ausência de infraestrutura, associada aos baixos salários oferecidos pelas empresas de comunicação, eram elementos que dificultavam a contratação de profissionais.

O ex-diretor de jornalismo da TV Anhanguera, José Lindomar de Almeida, relata que foi necessário treinar pessoas, pois não havia jornalistas graduados com pretensões de mudanças para a cidade: Os formados do Rio de Janeiro, São Paulo ou Belo Horizonte, não iam sair da mordomia para comer poeira, ainda mais ganhando um salário baixo em Palmas<sup>251</sup>.

Devido à carência de mão-de-obra, pessoas da região sem formação específica em televisão atuavam como repórteres, cinegrafistas, produtores e apresentadores.

Foi realmente difícil contratar pessoal. Na época, foi mais complicado ainda, pois não existia nem faculdade de jornalismo. A TV Anhanguera tinha uma filosofia de que a TV tinha que ser um agente de transformação social. Era necessário, então, que o pessoal da equipe integrasse com a comunidade local. Não era só vir para Palmas fazer televisão, ganhar dinheiro e não investir nada. Para solucionar o problema da falta de profissional, desenvolvemos uma forma de treinar o pessoal em 15 dias apenas. Ou seja, o contratado tinha 15 dias para aprender a exercer a função. Foi dessa experiência que surgiram muitos repórteres e cinegrafistas que atuam em Palmas. A

<sup>250</sup> BUCAR, Ruy. **Entrevista** concedida a T.F.B. Palmas-TO, fev. 2001.

<sup>251</sup> ALMEIDA, J. L. **Entrevista** concedida a M.A. S. Palmas-TO, 29 jun. 2001.

empresa e a prática diária foram a grande faculdade de televisão na época<sup>252</sup>.

Por isso um dos requisitos necessários para a contratação e formação das equipes era a origem nortense, em razão do conhecimento que estes profissionais tinham da região. Ruy Alberto Bucar é um exemplo, ele havia trabalhado no jornal impresso *Espaço Livre* em Goiânia, mas sem nenhuma experiência em televisão. Entretanto, por ser originário da região, foi contratado pela Organização Jaime Câmara para cobrir a posse do primeiro governador, Siqueira Campos. Ruy relata:

Fui o primeiro jornalista contratado pela Organização Jaime Câmara, para trabalhar como repórter na televisão. Aproveitei a oportunidade para aprender, já que não havia trabalhado como repórter de televisão, pois minha experiência vinha do jornal impresso<sup>253</sup>.

Portanto, não havendo outro meio, a saída foi treinar mão de obra local. Pessoas sem nenhuma prática eram submetidas a treinamento intensivo de quinze dias e depois tinham de se aperfeiçoar na prática. Um exemplo destes é Élcio Dias, repórter da TV Palmas:

Eu comecei na profissão na TV Anhanguera como auxiliar de cinegrafista e depois passei a ser cinegrafista, onde registrei cenas históricas da Capital. De tanto acompanhar o trabalho do jornalista, eu passei para diante das câmeras. A prática e a vivência me fizeram repórter.<sup>254</sup>

---

<sup>252</sup> Idem.

<sup>253</sup> BUCAR, Ruy. **Entrevista** citada.

<sup>254</sup> DIAS, E. **Entrevista** concedida a E.M. Palmas-TO, 25 set. 2001.

Em face das dificuldades de atrair graduados para assumir as funções, outra solução adotada pelas emissoras foi a contratação de profissionais de outras áreas, inclusive amadores:

Em 1992, a OJC contratou para a função de repórter da TV Anhanguera de Araguaína e de correspondente do Jornal do Tocantins um padre que queria ser jornalista. Depois de algum tempo, a empresa descobriu que o suposto padre nunca tinha frequentado o Seminário Franciscano de Anápolis. Era um estelionatário e procurado pela polícia. Antes de ser demitido, o homem fugiu da cidade, logo depois de aplicar um golpe em algumas pessoas da cidade.<sup>255</sup>

As vias de acesso às cidades de Miracema e Porto Nacional não eram pavimentadas e não havia estradas entre a cidade de Paraíso do Tocantins (BR 153) e Palmas, apesar da distância não ser superior a 70 km. As emissoras continuavam com dificuldades nas contratações, não tinham recursos humanos disponíveis, para tanto contratavam de acordo com a necessidade:

Na cidade de Gurupi, um homem foi contratado dizendo entender de reportagem, de produção e edição, quando nós fizemos o teste, percebemos que ele não sabia de nada. No dia seguinte, ele fugiu da cidade.<sup>256</sup>

Em virtude dessas adversidades as equipes de reportagem eram deslocadas para as cidades próximas, Miracema ou Porto Nacional. Carlos Gomes, outro repórter pioneiro, explica:

---

<sup>255</sup> ALMEIDA, J. L. **Entrevista** citada.

<sup>256</sup> Idem

Apesar do expediente em Palmas só começar às 8 horas, nós tínhamos que sair de Porto Nacional às 5 horas da manhã para fugir da poeira no caminho, pois naquele tempo a estrada ainda não era asfaltada. Nós saíamos cedo já pensando na poeira, porque naquele tempo não tinha carro com ar-condicionado. Íamos numa Parati velha. No final da tarde, para voltar para Porto Nacional era outro sacrilégio, pois a estrada estava mais cheia ainda devido ao número de funcionários do Estado que moravam na cidade histórica. Tanto que na época, Porto Nacional era considerada a cidade dormitório. Novamente, comíamos poeira até chegar em Porto.<sup>257</sup>

Ao lembrar este período o cinegrafista Sidney Madalena descreve com detalhes as condições de trabalho:

Os jornalistas que vinham para Palmas fazer a cobertura ficavam no escritório da EMSA (empresa construtora). Eram umas 15 pessoas, entre jornalistas, fotógrafos, cinegrafistas e motoristas, dormindo no chão. E como era uma caixa d' água para todo esse pessoal, no outro dia não tinha água para todo mundo. Então, tomávamos o café e só íamos escovar os dentes lá no Palacinho, onde ficava a Comunicatins. Tinha dia que nós estávamos escovando os dentes e o governador chegava gritando e acenando para nós "Bom Dia".<sup>258</sup>

Nesta época, a disputa pelo primeiro lugar na audiência ainda não provocava dissensões entre os jornalistas e os técnicos. Havia camaradagem e companheirismo, mesmo entre colegas de função em emissoras concorrentes.

<sup>257</sup> GOMES, C. **Entrevista** concedida a E. M. Palmas-TO, 13 nov.2001.

<sup>258</sup> MADALENA, S. **Entrevista** concedida a T. B. F. Palmas-TO, 26 nov.2001.

## Entre luzes e câmeras

Os equipamentos adquiridos pela TV Palmas foram herdados do Consórcio de Empresas de Radiodifusão e Notícias do Estado de Goiás (CERNE) pois com a divisão do Estado de Goiás todos os setores do governo que operavam no norte-goiano foram repassados ao governo do Tocantins.

Com as câmeras e os VTs de edição modelo U-matic, do CERNE, produziu-se o primeiro telejornal da TV Palmas e, conseqüentemente, da capital, o “Telejornal do Tocantins”. As câmeras U-matic (formato semiprofissional) pesavam em torno de dez a doze quilos, o que exigia a presença de um técnico auxiliar para facilitar o trabalho do cinegrafista.

Os equipamentos eram bem mecânicos. As teclas da edição pareciam com a de um acordeom. As câmeras que faziam a captação, não só das matérias externas, como também dos comerciais eram de modelo U-matic. Como pesavam mais de 10 quilos, era necessária a figura do auxiliar, pois, enquanto o cinegrafista carregava a câmera, o auxiliar carregava os acessórios da câmera e trocava as fitas.<sup>259</sup>

As imagens da emissora estatal foram ao ar pela primeira vez, ainda em caráter experimental, em março de 1990, operando em UHF (Ultra High Frequency), canal 36, retransmitindo a programação da TV Bandeirantes de São Paulo. Posteriormente, no mesmo ano, atendendo ao pedido da população, o sinal foi trocado pelo da Rede Manchete em razão de uma novela de sucesso chamada “Pantanal” que chegou a ultrapassar trinta pontos no IBOPE.

O responsável pela implantação da TV foi o jornalista Luiz de Carvalho, Secretário de Comunicação.

---

<sup>259</sup> COSTA, M. **Entrevista** citada.

Eu vim para o Tocantins ainda em 1989 para assumir uma diretoria da Comunicatins, com a missão de montar a primeira emissora. Quando a capital se transferiu para Palmas, no dia primeiro de janeiro de 1990, o governador Siqueira Campos queria que a TV fosse montada logo. Então, corremos para conseguir todo o equipamento necessário, o que foi difícil, pois não encontrávamos materiais nem em São Paulo. Foi preciso contratar um técnico de Goiânia que montou toda uma estrutura artesanal de transmissor e de estúdio, com exceção apenas da câmera. Tivemos apenas dois meses para colocar a primeira estação de TV em Palmas no ar.<sup>260</sup>

A emissora foi instalada num pequeno galpão de madeirite, construído atrás do Palacinho, sede provisória do Governo onde ficava também a Secretaria de Comunicação e a equipe do Telejornal do Tocantins, que tinha como apresentadores Ademar Martins, Carlos Moscom, as repórteres Marly Santos, Carla Borges e Maria Filomena e os cinegrafistas Frederick Borges e Sidney Madalena. Estes dois últimos trabalhavam na emissora concorrente, a TV Anhanguera, da Organização Jaime Câmara, onde exerciam a mesma função.

Apesar do esforço da equipe a qualidade das primeiras edições do Telejornal do Tocantins era deficiente devido à ausência de condições técnicas.

No início, o noticiário era feito com uma câmera só, sem VT e sem equipamento de edição próprio. Desta forma, a maioria das edições ficava prejudicada. Acontecia que, às vezes, não tínhamos como mandar imagens para o telejornal. Então, nós pegávamos uma fotografia, pregava na parede e abríamos a câmera no apresentador. Quando era para mostrar a imagem a câmara era desviada no sentido da imagem

---

<sup>260</sup> CARVALHO, L. **Entrevista** concedida a E.M. Palmas-TO, 13 nov. 2001.

e o apresentador continuava narrando a informação em Off. Era uma experiência realmente difícil e ao mesmo tempo agradável.<sup>261</sup>

A TV mudou-se para um prédio próprio no dia 10 de setembro de 1990. Em decorrência desta mudança houve uma reestruturação das condições técnicas. Foi também nesta mesma data, às 20h30, que o governador Siqueira Campos, em ato simbólico (digitou o botão *play* de um VT) inaugurou a TV Palmas. Destaca-se, portanto, o fato de que nos primeiros seis meses, funcionando em instalações provisórias na sede do Governo, a emissora havia operado apenas em caráter experimental.

Em meio à escassez de recursos técnicos e estruturais, dificuldades eram superadas com criatividade. Quando não se podia contar com o apoio técnico necessário, a saída era trabalhar na base do improvisado. Uma situação típica foi a primeira transmissão telejornalística ao vivo da nova capital, no relato do gerente técnico da TV Palmas:

Aconteceu quando a sede da TV Palmas estava localizada atrás do Palacinho, no primeiro semestre de 1990, quando foram transmitidas para cerca de 20 cidades do Tocantins, através do sistema de link em UHF, a inauguração da primeira capelinha de Palmas. O governador Siqueira Campos decidiu numa sexta-feira à tarde que queria de qualquer jeito transmitir ao vivo a inauguração da capelinha, sendo que a inauguração ia acontecer no outro dia pela manhã. E, tecnicamente, não estávamos preparados para isso, afinal, até então nunca tínhamos feito uma transmissão ao vivo. Não tínhamos os equipamentos necessários. Foi então que, com cabos simples de vídeo, montamos a primeira transmissão ao vivo. E no final deu tudo certo.<sup>262</sup>

<sup>261</sup> Idem.

<sup>262</sup> COSTA, M. **Entrevista** concedida a T. F. B. Palmas-TO, 26 nov. 2001.

A TV Palmas entrava no ar definitivamente com um clipe de três minutos de duração. O clipe apresentava cenas aéreas feitas pelo primeiro cinegrafista contratado pela Secretaria de Comunicação, Sidney Madalena, e música com o cantor tocantinense Genésio Tocantins, que havia composto um hino especialmente para aquela abertura.

Foi um momento que marcou todos nós funcionários. Uma grande emoção, um desafio manter a TV no ar, com a perspectiva de continuar expandindo. Tudo ocorreu certinho, não teve nenhuma falha. Foi mesmo uma adrenalina, pois era muita pressão e responsabilidade. Eu virava dia e noite dentro da emissora para que nada desse errado na hora da inauguração.<sup>263</sup>

Os técnicos tiveram muito trabalho para garantir a chegada das primeiras transmissões às casas dos poucos telespectadores de Palmas, que moravam na Vila dos Deputados (ARSE-14), primeira quadra residencial da capital, pois os televisores domésticos não dispunham do sistema UHF. Sem este sistema o sinal da TV Palmas só podia ser recebido via antena parabólica.

Como a TV Palmas era canal UHF, moradores da Vila dos Deputados chegaram até a fazer uma arrecadação para comprar uma antena parabólica, a qual foi colocada onde hoje é o posto Tucunaré, na ARSE - 14.<sup>264</sup>

Na cidade de Palmas, só existia a sede do governo, portanto nas pautas dos telejornais predominavam matérias referentes às atividades governamentais. Devido à escassez de notícias eram produzidas matérias relacionadas aos pioneiros, narrando o dia a dia das pessoas que chegavam de todos os cantos do país.

<sup>263</sup> MADALENA, S. **Entrevista** concedida a T.F.B. Palmas-TO, 26 nov. 2001.

<sup>264</sup> Idem.

No dia 15 de março de 1991 o médico Moisés Nogueira Avelino, filiado ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), assume o Governo do Estado promovendo mudanças na administração estadual. A emissora oficial seria administrada por Mônica Calassa, jornalista goiana que mais tarde se tornaria proprietária de agência de publicidade e propaganda na capital.

A troca de governo provocou mudanças na estrutura da emissora estatal. Os profissionais que trabalharam no governo anterior foram automaticamente demitidos. Este mesmo fato se repetiu com o advento do segundo governo Siqueira Campos, que realizou inúmeras contratações, havendo modificações no quadro funcional da TV Palmas.

Nesta nova fase a emissora contou com quatro novos telejornais: o *Jornal da Manhã*, às 7 horas; o *Tribuna do Povo*, que tinha uma linha de prestação de serviço à comunidade; o *Tocantins em Manchete* primeira edição, às 12 horas, e segunda edição, às 19 horas e; o *Manchete Esportiva*, primeiro programa jornalístico da área de esporte de Palmas. Estes três últimos telejornais levavam o nome em decorrência do sinal da TV Manchete do Rio de Janeiro que a emissora tocantinense passara a retransmitir.

## **Flash final: telejornais**

Os cenários dos telejornais eram simples. Muitos nem mostravam o nome do telejornal. De acordo com o cinegrafista Sidney Madalena, que trabalhou na TV Palmas, o cenário do *Telejornal do Tocantins* tinha apenas uma parede branca no fundo, sem logomarca, e uma mesinha onde ficava o apresentador.

Como ainda não existia o teleprompter, ao lado do cinegrafista ficava uma pessoa segurando um papel, onde estavam escritas, em tamanho grande, as manchetes que o apresentador tinha que ler.<sup>265</sup>

---

<sup>265</sup> MADALENA, S. **Entrevista** citada.

Algumas emissoras não tinham estúdio para produzir as entrevistas para os telejornais. Os profissionais da televisão ficavam à mercê das condições climáticas para produzir as entrevistas externas. Lindomar de Almeida relata como essa instabilidade climática influenciava na produção do “Bom Dia Tocantins”, telejornal implantado em 1995:

O Bom Dia Tocantins era dividido em três blocos, destes um era dedicado a entrevistas de Palmas geradas ao vivo da torre da emissora, localizada no centro da capital. Estas entrevistas tinham que ser feitas externamente, pois do lado da torre havia apenas um pequeno cômodo que não cabiam nem o entrevistado nem o repórter. Durante um ano tivemos que torcer para que a chuva não atrapalhasse a entrevista comprometendo a produção do telejornal. O que foi uma tremenda sorte, pois neste período, não choveu nem um dia sequer.<sup>266</sup>

Além dos equipamentos ultrapassados, também comprometiam o fechamento do telejornal as condições financeiras de algumas emissoras. Sem recursos suficientes para aquisição de carros e contratação de mais funcionários, os jornalistas tinham de exercer mais de uma função dentro da redação. Humberto Tonaco, que foi apresentador, produtor e repórter do telejornalismo da TV Javaés narra:

Como nós tínhamos um carro só e poucas pessoas trabalhando na redação, às vezes, não tínhamos matérias para fechar a edição do telejornal. Teve telejornais que foram ao ar somente com entrevistas em estúdio. Uma edição inteira feita com entrevistas.<sup>267</sup>

<sup>266</sup> ALMEIDA, L. **Entrevista** citada.

<sup>267</sup> TONACO, H. **Entrevista** concedida a T. F. B. Palmas-TO, 30 nov. 2001.

Mesmo com dificuldades estruturais, as emissoras produziam noticiários. Segundo os entrevistados, o telespectador tinha acesso à notícia e ao entretenimento. As máquinas de escrever foram aos poucos substituídas por computadores e as antigas câmeras por modelos com melhor definição de som e imagem. Era o telejornalismo entrando na Era da informatização, acompanhando as tendências do mercado. A TV Palmas, por exemplo, começou a captar imagens e editá-las com câmeras e ilha de edição no formato *Betacam*.

A TV Palmas foi a primeira emissora de Palmas a usar o sistema Betacam. O que melhorou a qualidade de imagem, facilidade de manuseio, possibilitando maior agilidade no trabalho do cinegrafista, principalmente em determinadas situações em que se é necessário captar uma imagem em questões de segundo.<sup>268</sup>

Com o crescimento populacional da cidade, o fluxo de informações também aumentara, levando as emissoras a aumentar os investimentos na infraestrutura e em tecnologias para acompanhar a demanda.

Nesse contexto, os telejornais começaram a adquirir outros equipamentos, os cenários passaram a ter um designer moderno, com mais cor e as matérias tornaram-se elaboradas. Com o uso da tecnologia nos telejornais, pretendia-se diminuir a improvisação e a margem de erros vividos nos primeiros momentos.

Antes da difusão tecnológica o apresentador lia as manchetes do telejornal por meio de um aparelho chamado *teleprompter* – um equipamento mecânico que rodava manualmente as chamadas das matérias e mostrava numa tela o que o apresentador deveria anunciar em cada bloco. Em alguns cenários de telejornais o *teleprompter* nem existia. O apresentador segurava o texto e continuava a narração. Entretanto, com a informatização,

<sup>268</sup> DIAS, E. **Entrevista** concedida a E.M. Palmas-TO, 25 set. 2001.

este sistema ganhou outra versão, o *Telenet*, software que envia os textos diretamente para o computador do estúdio, facilitando a leitura pelo apresentador.

Com o advento de equipamentos modernos as primeiras máquinas utilizadas nos telejornais ficaram obsoletas ou guardadas em depósitos. Algumas emissoras resolveram reaproveitar os equipamentos desatualizados para outras funções. Na TV Anhanguera as câmeras *U-matics* passaram a ser usadas para gravar comerciais.

Os VTs de edição e as câmeras herdadas do estado de Goiás estão na TV Palmas, inclusive com placa de patrimônio do CERNE.

Os equipamentos que usamos antigamente ainda existem, mas não são usados na produção do telejornal. Eles estão todos parados e existe a possibilidade de eles serem tombados. Como registro histórico, eles deverão ficar no Palacinho, que será transformado em museu, com os primeiros equipamentos usados na TV Palmas.<sup>269</sup>

Na capital existem onze canais abertos de televisão. Das seis emissoras instaladas, quatro produzem telejornal local: TV Anhanguera, TV Palmas, TV Girassol e a TV Jovem Palmas. Os canais Rede TV, TV Lajeado e TV Diário não possuem telejornais.

Atualmente, os telejornais das emissoras adotaram uma linha comunitária, incluindo discussões ao vivo sobre os problemas que afetam a comunidade, como a falta de infraestrutura, asfalto e saneamento básico.

---

<sup>269</sup> COSTA, Manoel Filho. **Entrevista** concedida a T.F.B. Palmas-TO, fev. 2001.

## Considerações Finais

Quando o telejornal está prestes a terminar, o apresentador logo anuncia: “e uma última notícia”... A partir deste momento ele diz em poucas palavras a informação que chegou à redação naqueles instantes finais do noticiário. E, por fim, declara: “... esta edição do telejornal está terminando, boa noite (ou bom dia ou boa tarde) e até amanhã!”.

A última notícia deste trabalho não encerra as investigações sobre o assunto. Deixa no ar a confirmação de que novos dados estão dinamicamente sendo elaborados diariamente na formação do estado do Tocantins, sendo a televisão parte deste processo que é contínuo.

Mas é possível concluir que a implantação da televisão, ainda no antigo norte goiano, onde hoje estão as cidades tocantinenses, contribuiu para o processo separatista semeado no século XVIII na região, propalado pelos jornais impressos ainda no Império, multiplicado pelos diários que surgiram no século XX e difundido pela retransmissão das imagens da televisão nas últimas décadas do século.

A televisão trouxe consigo uma nova roupagem cultural, interferindo nos costumes locais e mudando o cotidiano dos moradores da região. Mas é, sobretudo, o uso do discurso, principalmente dos que apoiavam a emancipação, que o grupo goiano denominado Organização Jaime Câmara vislumbrou a expansão dos seus domínios. Com pretensões políticas específicas o empresário Jaime Câmara apoiou prefeitos e lideranças regionais atendendo pedidos

de instalação de antenas retransmissoras. Em troca recebeu menções de aplauso e louvor de câmaras municipais e de prefeitos e viu seus negócios prosperarem na região.

“De olho” na influência que a televisão demonstrava ter diante dos milhares de telespectadores, novos investimentos foram feitos. O mercado publicitário da região amargava resultados pouco atrativos. Havia o interesse expansionista e comercial do grupo, pois a criação do novo Estado significaria investimentos na infraestrutura, como rodovias, indústrias e crescimento demográfico. Portanto, o empreendimento atrairia capital financeiro para a região.

Ao adotar o desenho do bandeirante como símbolo da TV Anhanguera, Jaime Câmara introjetou no telespectador a imagem do desbravador determinado a trazer o desenvolvimento para o norte.

No final da década de 1980, a televisão passou a desempenhar um papel preponderante no movimento divisionista. Produziu uma proximidade dos acontecimentos para inserir no tempo do ritual e na rotina a autonomia do Estado como a única via possível de ampliação da industrialização e do desenvolvimento local. A sedução foi canalizada por meio de *slogans* publicitários em defesa do norte goiano.

No entanto, ao mesmo tempo em que possibilitou a intercomunicação e a autoidentificação com a cultura local, provocou o desenraizamento causado pela substituição do cotidiano da região por um dia a dia das telenovelas.

O desenraizamento causado pela substituição da programação regional pela programação nacional modificou sentenças populares. Se por um lado a presença da retransmissora era bem vinda, por outro lado havia pessoas contrárias à novidade, porque a instalação provocou mudanças na rotina do nortense.

Assim, ao recolocar os repertórios exclusivos de um determinado grupo, redimensionou para a imagem seus desejos de ordenação em torno da separação da porção setentrional goiana. A implantação da televisão reforçou a sedução da imagem.

## BIBLIOGRAFIA

AVEMDOLA AVILA, C.R. **A Teleinvasão**: a participação estrangeira na televisão do Brasil. São Paulo: Cortez, 1982.

BARROS, Otávio. **Breve história do Tocantins e de sua gente**: uma luta secular. ARN/Brasília: Fieto/Solo Editores, 1996.

BUCCI, Eugênio. (Org.). **A TV aos 50**: criticando a televisão brasileira no seu cinquentenário. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

CANCLINI, Nestor García. **Consumidores e Cidadãos**: conflitos multiculturais da globalização. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.

\_\_\_\_\_. **Culturas Híbridas**. São Paulo: Edusp, 2003.

CAPARELLI, Sérgio. **Televisão e Capitalismo no Brasil**. Porto Alegre: L&P, 1982.

CAVALCANTE, Maria do Espírito Santo Rosa. **Tocantins**: o movimento separatista do norte de Goiás. São Paulo: Anita Garibaldi, 1999.

\_\_\_\_\_. **O discurso autonomista do Tocantins**. Goiânia: Editora UCG, 2003.

CERTEAU, Michel. A Invenção do Cotidiano. 1. **Artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1996.

\_\_\_\_\_. A Operação histórica. In: LE GOFF, Jacques. Et al. **História**: novos problemas. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1995.

CHARTIER, Roger. **A História cultural**: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S. A, 1990.

\_\_\_\_\_. A História hoje: dúvidas, desafios, propostas. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro. v. 7, n. 13, p. 97-113, 1994.

CHAUI, Marilena. Janela da alma, espelho do mundo. In: NOVAES, Adauto (Org.). **O Olhar**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

CHAUI, Nasr Fayad. **Caminhos de Goiás**: da construção da decadência aos limites da modernidade. Goiânia: UFG, 2001.

COSTELLA, Antonio. **Comunicação**: do grito ao satélite. São Paulo: Editora Mantiqueira, 2001.

DARTON, Robert. **O beijo de Lamourette**: mídia, cultura e revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DREIFUSS, René Armand. **1964**: a conquista do Estado. Petrópolis: Vozes, 1987.

FEDERICO, M.E.B. **História da Comunicação – Rádio e TV no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1982.

FESTA, Regina; SANTORO, Luiz Fernando. A terceira idade da TV: o local e o internacional. In: NOVAES, Adauto (Org.). **Rede imaginária: televisão e democracia**. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura, 1991.

FRANÇA, Vera Regina Veiga. Construção jornalística e dizer social. In: PORTO, Sergio Dayrell. (Org.). **O jornal: da forma ao sentido**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

FURTADO, Rubens. **TV ao vivo: depoimentos**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

GIRALDIN, Odair. (Org.). **A (trans) formação histórica do Tocantins**. Goiânia: Ed. UFG, 2002.

HABERT, Nadine. **A década de 70 (Apogeu e crise da ditadura militar)**. São Paulo: Ática, 1992.

HALBACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice/RT, 1990.

HAMBURGER, Éster. Diluindo fronteiras: a televisão e as novelas do cotidiano. In: **História da Vida Privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**. vol. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HERZ, Daniel. **A história secreta da Rede Globo**. Porto Alegre: Editora Tchê Ltda, 1987.

HOLLANDA, Chico Buarque de. **Chico Buarque, letra e música** (incluindo gol de letras de Humberto Werneck e Carta ao Chico de Tom Jobim). São Paulo: Companhia das Letras, 1985.

KEHL, Maria Rita. **Um País no Ar – História da Televisão Brasileira em 3 Canais**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986.

KILPP, Suzana. **Apontamentos para uma história da televisão no Rio Grande do Sul**. São Leopoldo: Unisinos, 2000.

LE GOFF, Jacques. **A História Nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

\_\_\_\_\_. **História: Novos Problemas**. Rio de Janeiro: Livraria Alves Editora, 1995.

MARANHÃO, Othon. **O setentrão Goiano**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1990.

MARTIN-BARBERO, Jesus. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

MATTELART, Armand. **História das teorias da comunicação**. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

MATTOS, Sérgio. **História da Televisão Brasileira: uma visão econômica, social e política**. Petrópolis: Vozes, 2002.

\_\_\_\_\_. **Um perfil da TV Brasileira (40 anos de História 1950-1990)**. Salvador: ABAP/A TARDE, 1990.

MEIHY, José Carlos Sebe. **Manual de História Oral**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

MELO, José Marques (Org.). A pesquisa da comunicação na transição política brasileira. In: **Comunicação e Transição Democrática**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

MENDONÇA, Sonia R. et al. **História do Brasil recente ( 1964 – 1980)**. São Paulo: Ática, 1991.

MORAIS, Fernando. **Chatô: o rei do Brasil, a vida de Assis Chateaubriand**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MOREIRA, Sonia Virgínia. A legislação dos meios eletrônicos (TV e rádio) nos Estados Unidos e no Brasil. In: **Comunicação e Sociedade**. Ano XIII, nº 24. São Paulo: Editora IMS, 1995.

MOTTER, Maria de Lourdes. História e Imprensa. **Revista Comunicação e Arte**. Ano 15, 24 setembro – dezembro, número 24, 1990.

NOVAES, Adauto (Org.). **Rede imaginária: televisão e democracia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

NOVAIS, Fernando A (Coord.). **História da Vida Privada no Brasil**. vol. 4. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

ORTENCIO, Bariani. **Dicionário do Brasil Central: fundamentos à filosofia**. São Paulo: Ática, 1983.

ORTIZ, Renato. **A moderna tradição brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PALACIN, Luís G. **Coronelismo no Extremo Norte de Goiás: o Padre João e as três revoluções de Boa Vista**. São Paulo: Edições Loyola. Goiânia: CEGRAF, 1990.

PINA, Braz. **História da Imprensa**. Goiânia: CERNE, 1971.

PRIOILLI, Gabriel. A tela pequena no Brasil grande. In: **Televisão & Vídeo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1985.

RIBEIRO, Fabrício de Almeida. **A invenção do Tocantins**: memória, história e representação. Goiânia: Tese (Mestrado) UFG, 2001.

RIZZINI, Carlos. **O Jornalismo antes da Tipografia**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

ROCHA, Hélio. **Os inquilinos da Casa Verde**: governos de Goiás de Pedro Ludovico a Maguito Vilela. Goiânia: Gráfica do Estado, 1998.

RODRIGUES, Cláudio José Lopes. **Alienados e subversivos**: a Aventura Estudantil (1950 - 1999). João Pessoa: Ideia, 2002.

\_\_\_\_\_. **O filtro da memória**. De estudante a bacharel: o rito de passagem. João Pessoa: Ideia, 1995.

SAMPAIO, Mário Ferraz. **História do rádio e da televisão no Brasil e no mundo (memórias de um pioneiro)**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.

SANTOS, Jocyléia Santana. **O sonho de uma geração (Casa do Estudante do Norte Goiano) CENOG e movimento separatista 1959-1968**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em História. Recife: UFPE, 1996.

\_\_\_\_\_. **O sonho de uma geração**: o movimento estudantil – Goiás e Tocantins. Goiânia: Ed. UCG, 2007. ISBN: 978-85-7103-409-9

\_\_\_\_\_. (Org.). **Educação e pluralidades culturais**. São Paulo: Ed. Xamã, 2008. ISBN: 978-85-7587-101-0

\_\_\_\_\_. A Cenog no discurso dos seus integrantes. In: GIRALDIN, Odair (Org.). **A (trans) formação histórica do Tocantins**. Goiânia: UFG/Unitins, 2002. ISBN:

85-7274-201-8

\_\_\_\_\_. O sonho de uma geração CENOG: Movimento estudantil Pró-Tocantins. **Revista do Unipê**. João Pessoa: Editora Unipê, 2001. vol 5, nº 1. ISSN: 1414-3194

\_\_\_\_\_. A sedução da imagem: historiando a televisão. **Ensaios**: comunicação em revista. Ano II. v. 1.n. 2. Palmas: Unitins, 2003. ISSN: 1677-5201.

\_\_\_\_\_. A Televisão no sertão de Goiás. Estudos: **Revista da Universidade Católica de Goiás**. v. 29 (Especial). Goiânia: Editora da UCG, 2002. ISSN: 0103-0876

\_\_\_\_\_. Entre luzes e câmeras: imagens cotidianas. **Revista Fragmentos de Cultura**. v. 15, n. 8. Goiânia: Editora da UCG, 2005. ISSN 1414-9494.

\_\_\_\_\_. Estudantes engajados na luta pró-Tocantins: Casa do estudante do Norte Goiano. Estudos: **Revista da Universidade Católica de Goiás**. v. 30. Goiânia: Editora da UCG, 2003. ISSN: 0103-0876.

\_\_\_\_\_. Imagens no sertão: televisão. **Ensaio**: comunicação em revista. Ano I. v. 1. n. 1. Palmas: Unitins, 2002. ISSN: 1677-5201

\_\_\_\_\_. O jornal como fonte de pesquisa histórica. In: **Revista Fontes**. Palmas: Gráfica Unitins, 2002. ISSN: 1677-0161.

\_\_\_\_\_. Práticas Sacerdotais Femininas. In: **Revista Fragmentos de Cultura**. v.12, n. 6. Goiânia: Editora UCG, 2002. ISSN: 1414-9494.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Retrato em branco e negro**: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SIMÕES, Inamá. **TV Tupi**. Rio de Janeiro: Funarte, s.d.

SODRÉ, Muniz. **A máquina de narciso**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

SOUSA, Mauro Wilton de. **Sujeito, o lado oculto do receptor**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SOUZA, C. V. A invenção do Tocantins: espaço e tempo na construção da comunidade imaginada em um contexto regional. **Ciências Humanas em Revista**, v. 6, n. 2, p. 46-63, jul-dez.1995.

TELES, José Mendonça. **A imprensa matutina**. Goiânia: CERNE, 1989.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. Petrópolis: Vozes, 1998.

VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da história**. São Paulo: Hucitec, 1998.

VAMPRÉ, Octavio Augusto. **Raízes e Evolução do rádio e da televisão**. Porto Alegre: FEPLAM, 1979.

XAVIER, Ricardo. et al. **Almanaque da TV**: 50 anos de memória e informação. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

WHITE, Hayden. **Trópicos do Discurso. Ensaio sobre a crítica da cultura**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

## SITES

**ANTHOLOGY OF EARLY TEXTS ON TELEVISION** - FROM THE 3rd CENTURY B.C. TO 1900. Disponível em: <<http://histv2.free.fr/cadreanthology.htm>>..  
**Acesso em: 27 maio 2005**

**TELEVISION HISTORY** - THE FIRST 75 YEARS. Disponível em: <<http://www.tvhistory.tv/index.htm>>. **Acesso em: 25 jun. 2003**

<<http://www.televisoresantigos.com.br/colecao.htm>>. **Acesso em; 29 ago. 2004**

<<http://www.museudatv.com.br/>>. **Acesso em: 14 jun. 2005**

**HISTORIA DA TELEVISÃO DE LYBA FRYDMAN**. Disponível em: <<http://www.geocities.com/Wellesley/Gazebo/2165/index1.html>>. **Acesso em: 7 abr. 2005**

<<http://www.imprensa.macao.gov.mo/pt/links/record.asp>>. **Acesso em: 19 ago. 2005**

<<http://sampa3.prodiam.sp.gov.br/ccsp/tvano50/dec60.html>>. **Acesso em: 28 mar. 2005**

<[www.intercom.org.br/papers/xxiv-ci/np06/NP6SILVA.pdf](http://www.intercom.org.br/papers/xxiv-ci/np06/NP6SILVA.pdf)>. **Acesso em: 15 fev. 2005**

<<http://www.rodrigopereiradecastro.hpg.ig.com.br/TelevisaoManualdoRadialistaComputacaoIbope.html>>. **Acesso em: 29 ago. 2004**

<<http://www.radialistasp.org.br/radiodifusao.html>>. **Acesso em: 17 mar. 2005**

<[http://pt.wikipedia.org/wiki/Assis\\_Chateaubriand](http://pt.wikipedia.org/wiki/Assis_Chateaubriand)>. **Acesso em: 30 set. 2005**

## FONTES CONSULTADAS

### ARQUIVOS:

- ARQUIVO DO JORNAL OPÇÃO

JORNAL OPÇÃO

- ARQUIVO DO JORNAL DIARIO DA MANHÃ

JORNAL DIÁRIO DA MANHÃ  
- CEDOC DA ORGANIZAÇÃO JAIME CÂMARA  
JORNAL O POPULAR  
JORNAL DO TOCANTINS  
JORNAL DE BRASÍLIA  
FOLHA DE SÃO PAULO

### **OUTROS**

- INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO GOIANO  
JORNAL FOLHA DE GOIAZ – 1976 - 1983  
JORNAL O POPULAR – 1976 -2004  
JORNAL CINCO DE MARÇO – 1976 - 1980  
JORNAL DO TOCANTINS – 1979  
JORNAL DIÁRIO DA MANHÃ -1980 - 1991  
JORNAL OPÇÃO – 1978 – 1997  
JORNAL MATUTINA MEIAPONTENSE. PIRENÓPOLIS, P.1, Nº 1, 05 MAR.  
1830. JORNAL INFORMAÇÃO GOYANA. RIO DE JANEIRO, 1932.  
FOLHA DO NORTE. PORTO NACIONAL (TO), N. 16, 15 JUN.1892.  
- INSTITUTO DE PESQUISAS E ESTUDOS HISTÓRICOS DO BRASIL CENTRAL  
- JORNAL CINCO DE MARÇO – MICROFILMADO  
1976, 1977, 1978, 1979

### **MAPAS**

- CARTOGRAMAS SÓCIO-ECONÔMICOS. Edição melhorada. Goiânia: A  
Tipografia, 1972. Caderno Informativo, série A, n 6.  
- CATÁLOGO TELEFÔNICO OFICIAL DE GOIÁS. Goiânia: Editora de Catálogos  
Telefônicos do Brasil S.A. 1976.

## LEIS

- Carta de lei de 22 de novembro de 1823.

Regula a liberdade de imprensa.

- Carta de lei de 20 de agosto de 1830.

Dos abusos da liberdade de exprimir os pensamentos por impressos, por palavras e manuscritos, e das penas.

- BRASIL. Lei Estadual nº 13.550, de 11 de novembro de 1999 criou a Agência Goiana de Comunicação – AGEKOM, que absorveu todas as empresas do CERNE, inclusive a Gráfica de Goiás. Diário Oficial, Goiânia, GO, 11 nov.1999.

- BRASIL. Lei nº 6.301, de 15 de dezembro de 1975. Institui política de exploração de serviço de radio fusão de emissoras oficiais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 dez. 1975.

- BRASIL. Decreto 52.795, de 31 de outubro de 1963 que aprova o regulamento dos serviços de Radiodifusão. Capítulo II. Título III. Art.5º n.º 18.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAÍNA

1.PROJETO DE LEI Nº 73 DE 27 DE DEZEMBRO DE 1976 - Gabinete do Prefeito de Araguaína

Concede ajuda para implantação do sistema de som e imagem de Televisão de Araguaína e dá outras providências.

2.AUTÓGRAFO DE LEI Nº 365/76 – Câmara Municipal de Araguaína 31/12/76

Concede ajuda para implantação do sistema de som e imagem de Televisão de Araguaína e dá outras providências.

3.PROJETO DE LEI Nº 14/77 DE 17 DE MARÇO DE 1977 - Gabinete do prefeito de Araguaína.

Abre crédito especial e dá outras providências.

4.AUTÓGRAFO DE LEI Nº 371/7719 DE MARÇO DE 1977 - Câmara Municipal de Araguaína

Abre crédito especial e dá outras providências.

5.PROJETO DE LEI Nº 002/78 DE FEVEREIRO DE 1978 – Gabinete do Prefeito de Araguaína

Autoriza a cessão por empréstimo a TV Anhanguera a Torre Localizada em Estreito.

6.AUTÓGRAFO DE LEI Nº 421/78 DE 13 DE FEVEREIRO DE 1978- Câmara Municipal de Araguaína

Autoriza a cessão por empréstimo à TV Anhanguera a torre localizada no Estreito.

7.LEI Nº 789 DE 23 DE JANEIRO DE 1978 - Prefeitura Municipal de Porto Nacional Solicita autorização para tomar as providências para instalação de um canal de televisão nesta cidade.

8.PROJETO DE LEI Nº 015/89 DE 24 DE FEVEREIRO DE 1989- Gabinete do Prefeito -Araguaína

Autoriza o Sr. Prefeito municipal a celebrar convênio com a Televisão Anhanguera S/A e dá outras providências.

9.EMENDA Nº 001/89 AO PROJETO DE LEI Nº 015/89 – 3 de março de 1989 Fica o Sr. Prefeito municipal autorizado a celebrar convênio com a Televisão Anhanguera S/A, a TV Brasil Central e TV Boa Sorte, com finalidade de trazer, em caráter definitivo, o serviço de retransmissão daquela emissora até os distritos e povoados do município de Araguaína.

10. AUTÓGRAFO DE LEI Nº. 909 DE 08 DE MARÇO DE 1989 - Câmara Municipal de Araguaína

Autoriza o Sr Prefeito Municipal a celebrar Convênio com a Televisão Anhanguera S/A, TV Brasil Central e TV Boa Sorte e dá outras providências.

#### DOCUMENTOS SONOROS

ANTUNES, Arnaldo. **Televisão**. São Paulo: WEA, p. 1985. 1 disco sonoro.

CRUZ, Juraídes. **Lugar Seguro**. São Paulo: Devil Discos, p.1998. 1CD. Faixa 14.

DOCUMENTÁRIO **Semeador de sonhos**. Goiânia: TV Anhanguera.08 abr, 1999.

FOTOS de Marisa de Sousa. 1986- LP/CD - “Semeadores de Sonho”, Documentário Jaime Câmara - Gravado no Máster Stúdio - Rio de Janeiro.

## ENTREVISTAS

ALMEIDA, José Lindomar. **Entrevista concedida a M.A.S.** Palmas (TO), 29 jun. 2001.

ARAÚJO, Tomásia de Sena. **Entrevista concedida a M.C.C.** Porto Nacional (TO), 30 nov. 2001.

AYRES, Djalma. **Entrevista concedida a M.C.C.** Porto Nacional (TO), 20 nov. 2001.

BUCAR, Ruy Alberto. **Entrevista concedida a T.F.B.** Palmas (TO), nov. 2001.

CARVALHO, Luiz Espíndola. **Entrevista concedida a E.M.** Palmas (TO), 13 nov. 2001.

CASTRO NETO, João Batista. **Entrevista concedida a J.S.S.** Araguaína (TO), mar. 2002.

COSTA, Aderson. **Entrevista concedida a T. F. B.** Palmas (TO), 26 nov.2001.

COSTA, Manoel Filho. **Entrevista concedida a T.F.B.** Palmas (TO), fevereiro de 2001.

DIAS, Élson. **Entrevista concedida a E.M.** Palmas (TO), 25 set. 2001.

GOMES, Carlos. **Entrevista concedida a E.M.** Palmas (TO), 13 nov. 2001.

GOUVEIA, Antonio Davi. **Entrevista concedida a M. C. C.** Porto Nacional (TO), 03 out. 2001.

LIMA, Luiz Fernando Rocha. Ex-diretor da OJC no Tocantins. **Entrevista concedida a J.S.S.** Goiânia(GO). 25 jan. 2005.

MACEDO, José. **Entrevista concedida a M. C. C.** Porto Nacional (TO), 28 set. 2001.

MACEDO, Jurimar. Ex-prefeito de Porto Nacional. **Entrevista concedida a M.C.C.** Porto Nacional (TO), 20 nov.2001.

MADALENA, Sidney. **Entrevista concedida a T.F.B.** Palmas (TO), 26 nov.2001.

MOREIRA, Francisco Onildo. **Entrevista concedida a J.S.S.** Araguaína (TO), 25 mai. 2001.

OLIVEIRA JR, Euclides Néri. **Entrevista concedida a M.A.S.** Palmas (TO), 20 jun. 2001.

-POZZEBON, Jurema Bonamigo. **Entrevista concedida a J.S.S.** Araguaína (TO), mar. 2002.

RORIZ, Fátima. Diretora da OJC no Tocantins. **Entrevista concedida a J.S.S.** Palmas (TO), jan. 2002.

SILVA, Rubens. **Entrevista concedida a J.S.S.** Araguaína (TO), 16 out. 2001.

TEIXEIRA, Josealdo da Silva. **Entrevista concedida a J.S.S.** Araguaína (TO), 17 out. 2001.

TONACO, Humberto. **Entrevista concedida a T.F.B.** Palmas (TO), 30 nov. 2001.

## PERIÓDICOS

REVISTA A verdadeira História da criação do Estado do Tocantins. Estado do Tocantins, n. 2. dez. 1989.

REVISTA Brasil em Exame. São Paulo. Abril Editora, mar.1980, p. 179.

REVISTA Presença. Goiânia. ano I, n. 6, 1986, p. 9.

REVISTA Isto é. São Paulo, p. 68, 23 jul. 1980.

